

ELIANE APARECIDA MIRANDA GOMES DOS SANTOS

**MEMÓRIAS SOBRE A CAFEICULTURA E A GEADA NEGRA DE 1975
EM SÃO PEDRO DO IVAÍ- PR, 1970-2018**

IRATI
2019

ELIANE APARECIDA MIRANDA GOMES DOS SANTOS

**MEMÓRIAS SOBRE A CAFEICULTURA E A GEADA NEGRA DE 1975 EM SÃO
PEDRO DO IVAÍ-PR, 1970-2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado, da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, Área de Concentração “História e Regiões”, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof^o. Dr^o. José Miguel Arias Neto

Linha de Pesquisa: Espaços de Práticas e Relações de Poder.

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

S237m Santos, Eliane Aparecida Miranda Gomes dos
Memórias sobre a cafeicultura e a geada negra de 1975 em São Pedro do Ivaí-PR, 1970-2018 / Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos. -- Irati, 2019.
xi, 122 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões. Linha de pesquisa: Espaços de Práticas e Relações de Poder, 2019.

Orientador: José Miguel Arias Neto
Banca examinadora: Gilmar Arruda, Hélio Sochodolak, José Miguel Arias Neto

Bibliografia

1. Memórias. 2. São Pedro do Ivaí. 3. Geada Negra. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH
Área de Concentração – História e Regiões



TERMO DE APROVAÇÃO

Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos

**Memórias Sobre a Cafeicultura e a Geada Negra de 1975
em São Pedro do Ivaí-PR 1970-2018**

Dissertação aprovada em 31/10/2019, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr. Gilmar Arruda
Universidade Estadual de Londrina
Titular

Dr. Helio Sochodolak
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular

Dr. José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina,
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2019

AGRADECIMENTOS

Ao professor Drº José Miguel Arias Neto minha profunda gratidão, por me aceitar como sua orientanda no curso de mestrado. Agradeço a paciência e as inúmeras correções realizadas no decorrer do processo da escrita.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da Universidade Estadual do Centro-Oeste- Unicentro: Oséias de Oliveira, Fábio André Hahn, Geysa Dongley Germinari e Beatriz Anselmo Olinto na administração de disciplinas que proporcionaram pertinentemente provocações acerca da pesquisa.

Aos professores Oséias de Oliveira e Hélio Sochodolak pela participação na banca de qualificação. Agradeço de maneira especial pelas valiosas contribuições que, certamente, proporcionaram um melhor desempenho na dissertação. Meus agradecimentos também ao professor Drº Gilmar Arruda do PPGH de História Social da Universidade Estadual de Londrina por fazer parte da minha banca de defesa e pelas valiosas considerações enfatizando o valor da história Oral. À secretária do PPGH- Cibele Zwar, agradeço a presteza no atendimento e nas resoluções das questões burocráticas.

Aos funcionários do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) pela atenção a mim dispensada em várias vezes que estive no departamento em buscas de documentações que me auxiliassem na pesquisa e pelos serviços prestados.

Agradeço a amizade e as interlocuções realizadas com os amigos da turma de mestrado. Em especial, a Silvéria Ferreira e Nikolas Corrent pelas longas conversas desesperadoras, confortadoras e por várias vezes terem me acolhido no seio de seus lares, o que sou eternamente grata. Tenho grande respeito e admiração aos amigos citados, pois foram para mim, fonte de inspiração e motivação nessa trajetória acadêmica.

Agradeço a meu esposo e companheiro de todas as horas, Marcio, pelo apoio constante, sempre estando ao meu lado e ajudando de todas as maneiras possíveis a realizar o meu sonho, muitas vezes, cansado após um dia exaustivo de trabalho realizando a leitura do texto. Agradeço, enfim pela sua compreensão e paciência, o que não é nada fácil, na convivência diária de alguém que após dezoito anos volta a se dedicar aos estudos.

Agradeço a meus filhos Guilherme e Eduardo por compreenderem a minha ausência, e muitas vezes procuraram me acalmar durante todo o processo da escrita, me motivando e incentivando. Enfim, agradeço a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível”. São Francisco de Assis.

RESUMO

A cafeicultura desempenhou um papel importante na economia brasileira, especialmente no estado do Paraná. Em 1950 o estado foi considerado o maior produtor de café. Dessa maneira, por meio da cafeicultura, ocorreu a formação de vários municípios no norte do estado e nesse contexto, São Pedro do Ivaí. As frequentes geadas que ocorrem no estado prejudicaram o desenvolvimento da lavoura cafeeira, especialmente a geada negra de 1975 que causou grandes modificações no cenário da cafeicultura. Na memória de muitos habitantes da cidade essa geada é tida como responsável pelo fim do cultivo da lavoura cafeeira no município. A presente dissertação, intitulada “Memórias sobre a cafeicultura e a geada negra de 1975 em São Pedro do Ivaí- Pr, 1970-2018”, buscou analisar, através de entrevistas com antigos moradores, a memória coletiva acerca das experiências e percepções sobre a realidade vivenciada no período de declínio e extinção da lavoura cafeeira no município e os impactos da geada negra sobre aquela realidade social, ao mesmo tempo que privilegia, sobretudo, as memórias de sujeitos sociais frequentemente excluídos da história de São Pedro do Ivaí, como as mulheres, as crianças e os adolescentes. A geada negra de 1975 deu o golpe de misericórdia para que os cafeicultores tomassem a decisão definitiva de se desligarem da lavoura, já que a modernização da agricultura já batia à porta dos paranaenses.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias. São Pedro do Ivaí. Geada Negra.

ABSTRACT

Coffee growing has played an important role in the Brazilian economy, especially in the state of Paraná. In 1950, the state was considered the largest coffee producer. Therefore, through coffee growing, several municipalities were formed in the north of the state and, in this context, São Pedro do Ivaí. The frequent frosts that occur in the state prevented the development of the coffee crop, especially the 1975 black frost, which caused major changes in the coffee growing scenario. In the memory of many inhabitants of the city, this frost is considered responsible for the end of coffee cultivation in the municipality. This dissertation, entitled “Memories of Coffee growing and Black Frost 1975 in São Pedro do Ivaí-Pr, 1970-2018”, sought to analyze, through interviews with former residents, the collective memory about experiences and perceptions about the reality experienced in the period of decline and extinction of coffee growing in the municipality and the impacts of black frost on that social reality, privileging, above all, the memories of social subjects often excluded from the history of São Pedro do Ivaí, such as women, children and adolescents. The black frost of 1975 dealt a coup de grace to coffee farmers to make the final decision to leave the farm, as the modernization of agriculture was already knocking on the state's door.

KEYWORDS: Memories. São Pedro do Ivaí. Black Frost

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- MAPA DA EXPANSÃO CAFEIEIRA NO PARANÁ.....	p. 38
FIGURA 2- PROPAGANDA DAS TERRAS DO NORTE DO PARANÁ.....	p.41
FIGURA 3- AMPLIAÇÃO DO FINAL DO CARTAZ REPRESENTADO NA FIG. 2.....	p.42
FIGURA 4- DEMONSTRAÇÃO DA ALTURA DOS PÉS DE CAFÉ.....	p.43
FIGURA 5- FOTO DO MUNICÍPIO ONDE DEMONSTRA AO FUNDO O CULTIVO DA LAVOURA DE CAFÉ.....	p.50
FIGURA 6- BRASÃO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ.....	p.52
FIGURA 7- POPULAÇÃO RURAL DO PARANÁ DE 1960-2010.....	p.62
FIGURA 8- CAFEICULTURA QUEIMADA PELA GEADA NEGRA DE 1975.....	p.81
FIGURA 9- O GELO COBRE O SOLO DA CAFEICULTURA.....	p.82
FIGURA 10- GOVERNO PROMETE AJUDAR OS CAFEICULTORES.....	p.83

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- CULTURAS TEMPORÁRIAS DO MUNICÍPIO DO ANO DE 1975.....	p.46
TABELA 2- CULTURAS PERMANENTES DO MUNICÍPIO DO ANO DE 1975.....	p.47

LISTA DE SIGLAS

CLT= Consolidação das Leis do Trabalho

ETR= Estatuto dos Trabalhadores Rurais

GERCA= Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

IBGE= Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PROÁLCOOL=Programa Nacional do Álcool

SEP= Serviço Estatístico da Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1	22
HISTÓRIA DO PARANÁ	22
1.1 Um local marginal	23
1.2 As iniciativas separatistas e a busca por autonomia institucional.....	25
1.3 A expansão da economia cafeeira.....	29
1.4 A construção do Norte Pioneiro.....	35
1.5 São Pedro do Ivaí: Formação e Cafeicultura	48
1.6 A Construção do discurso do progresso e a figura do herói pioneiro	51
1.7 O labor diário dos Ivaíenses na lida cafeeira	53
1.8 Sistema de trabalho da cafeicultura de São Pedro do Ivaí.....	55
CAPÍTULO 2	62
FIM DA CAFEICULTURA NO NORTE PIONEIRO	62
2.1 As pragas e animais peçonhentos dos cafeeiros.....	70
2.2 Memórias: A Geada Negra	72
2.3 A (re) construção da Memória dos Ivaíenses.....	88
2.4 Cultura, religiosidade e identidade	89
CAPÍTULO 3	96
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E CRIANÇAS NA CAFEICULTURA EM SÃO PEDRO DO IVAÍ.....	96
3.1 Mulheres e a invisibilidade de seu trabalho na cafeicultura	97
3.2 As Crianças como sujeitos históricos	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
PERIÓDICOS.....	112
FONTES	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

INTRODUÇÃO

A lavoura cafeeira foi uma atividade econômica que se deu em alta escala na região do norte do estado do Paraná, constituindo, para a historiografia, um dos principais fatores explicativos para a formação de vários municípios, e o caso de São Pedro do Ivaí não é diferente.

A cidade está localizada no Noroeste¹ paranaense e sua população, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 10.167 habitantes. Os nascidos no município são denominados ivaíenses, mas a população autodenomina-se como são-pedrenses. A cidade é movimentada, principalmente, por atividades agrícolas. É comum as pessoas trabalharem na zona rural, no cultivo de lavouras com ciclos anuais - soja, trigo e milho. No entanto, muitos desses trabalhadores, grandes ou pequenos proprietários de terras, são residentes do meio urbano. No município, a agropecuária também se destaca e atualmente alguns sitiantes estão se aventurando no ramo da avicultura. Já o setor industrial da cidade é composto pela multinacional *Alltech* do Brasil, a *Renuka Vale* do Ivaí/ Usina de Açúcar e Álcool e a Cooperativa Cocari. Além disso, o comércio local e a Prefeitura são setores importantes na economia local.

O município foi criado através da Lei Estadual n° 253, de 26 de novembro de 1954, e instalado em 30 de outubro de 1955² em um período de tensões sociais pela posse de terras, cujo exemplo maior é a revolta camponesa de Porecatu.³ O município tem, portanto, 63 anos de emancipação política, mas sua formação acontece em 1948 com a chegada das primeiras famílias advindas de “Ibiporã, Nova Fátima, Joaquim Távora” e de outros estados como “São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco”⁴. O município, assim como muitas cidades do norte e noroeste paranaense, “tem em comum a sua formação embasada na cafeicultura”⁵.

O presente trabalho visa discutir e analisar a memória da cafeicultura e da geada negra de 1975 nas classes populares em São Pedro do Ivaí- Paraná. O recorte histórico estabelecido justifica-se pelo fato de que em 1970 o cultivo da lavoura cafeeira perdia sua força, devido às incertezas na economia brasileira e às questões políticas que envolviam a

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

² RAINATO, Luiz Gonzaga. *A história do nosso Município*, 1997, p. 11.

³ PRIORI, Angelo Aparecido. *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Campo (1942-1952)*. Tese de Doutorado, apresentado a Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2000.

⁴ RAINATO, Luiz Gonzaga. *A história do nosso Município*, 1997, p. 9.

⁵ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*, Curitiba, Paraná, 2006, p. 130.

lavoura e seus produtores. Não se ofereciam, à época, boas perspectivas para a produção e a valorização do café no mercado, nem melhorias ou estímulos à cafeicultura, já que esta sofria de um lado pelos baixos preços, resultado da superprodução, e de outro com os fatores climáticos que dificultavam a produção, como a frequência das geadas.

Dessa maneira nos propomos, através de entrevistas com algumas pessoas que foram trabalhadores da lavoura e outros que eram pequenos proprietários da cafeicultura, analisar a memória coletiva dessas pessoas acerca do período cafeeiro e da geada negra em São Pedro do Ivaí.

Genericamente, grande parte da sociedade sabe qual o significado de geada e conhece as consequências desse fenômeno para a agricultura; basicamente, a geada acontece quando há uma “queda de temperatura do ar para um valor abaixo de zero grau”⁶.

Para o melhor entendimento do que venha a ser a geada e as classificações dela, buscamos a explicação do Engenheiro Agrícola Guilherme Augusto Biscaro:

As geadas podem ser classificadas em: geada branca, geada negra e geada de vento e suas ocorrências irão depender da quantidade de umidade presente no ar, da temperatura e da presença de massas de ar em deslocamento. Na **geada branca**, com a diminuição de temperatura e com a presença de certa quantidade de umidade no ar, a água que se condensa e se deposita sobre a superfície das plantas (formando o orvalho), vindo a congelar quando a temperatura atingir valores abaixo de zero grau. Pode-se dizer então que a geada branca é o orvalho que se congelou. A superfície vegetal adquire uma coloração branca, que são os cristais de gelo. No caso da **geada negra**, também ocorre à diminuição da temperatura, porém o ar possui baixíssimo teor de umidade, não havendo, portanto, a condensação. Quando a temperatura atinge valores abaixo de zero, os tecidos vegetais são congelados mesmo sem a presença de gelo sobre a superfície, causando um efeito ainda mais devastador que a geada branca. Ocorre o rompimento das membranas das células e a morte do vegetal. Vale ressaltar que a geada branca e a geada negra ocorrem em geral com a presença de uma massa de ar de origem polar sobre a região, sem a presença de ventos e em noites sem nuvens. Também pode ocorrer um tipo de geada que, mesmo a temperatura do ar estando um pouco acima de zero grau, a umidade estiver baixa e houver a presença de vento, promove a desidratação dos tecidos vegetais, causando a sua morte. Este tipo de geada é denominada **geada de vento** e sua principal causa são as massas de ar polar em deslocamento.⁷

⁶ BISCARO, Guilherme Augusto. *Meteorologia Agrícola Básica*. 1 ed. Mato Grosso do Sul: Unigraf, 2007. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/guilhermebiscaro/arquivos/meteorologia.pdf>. Acesso em 09 de Jul. de 2019, p. 42.

⁷ Idem. Op.cit. p. 43.

Assim percebe-se que a geada negra é nociva à agricultura, causando grandes danos à lavoura cafeeira, pois essa cultura é mais sensível a baixas temperaturas. Dessa maneira, vamos nos atentar à geada negra, ocorrida no dia 18 de julho de 1975. Este fenômeno climático consistiu em um episódio singular devido à sua intensidade e as consequências deixadas aos trabalhadores e pequenos proprietários ivaíenses. A geada de 1975 atingiu todo o norte do estado e muitos habitantes da região recordam esse acontecimento como sendo o divisor de águas na história da agricultura dessa região.

O contato inicial com a temática ocorreu em 2012, no curso de graduação em História. Observou-se que a lavoura de café teve grande importância para a localidade sendo atribuído o fim do cultivo desta à geada de 1975. Há, no entanto, uma carência de estudos acadêmicos na área de História acerca de São Pedro do Ivaí. Consequentemente buscou-se, por meio das fontes orais, em relatos colhidos através de entrevistas realizadas com trabalhadores e pequenos proprietários, analisar as memórias em torno da cafeicultura bem como a sua extinção, cuja explicação aparece vinculada à referida geada. Ademais, buscou-se analisar a memória coletiva de sujeitos sociais frequentemente excluídos, destacando para tanto, a participação das mulheres, crianças e adolescentes naquela sociedade ivaíense no período histórico que abarca os anos de 1970 a 1981. Como o trabalho de entrevista foi realizado no período de 2014 a 2018, e considerando que a memória é uma leitura realizada a partir do presente, o recorte temporal da dissertação se define no período de 1970 a 2018.

O recorte temporal sob investigação, se inicia em 1970, pois, segundo alguns entrevistados, já havia à época a intenção de eliminar a cafeicultura em algumas localidades de São Pedro do Ivaí, e se conclui em 1981, pois já havia ações no sentido de tentar superar os impactos negativos da extinção do cultivo da lavoura cafeeira.

A pesquisa, portanto, utilizou como fontes primárias as entrevistas com pessoas do gênero masculino e feminino, entre as quais algumas eram crianças e adolescentes dentro do recorte temporal do trabalho. Em 1970 o cultivo da lavoura de café ainda possuía grande destaque na economia ivaíense, mesmo após as geadas de 1953, 1955, 1969; enfatizamos a geada de 1955, que acabou com a expectativa de produção para o ano de 1956.⁸ Apesar desses fatores, o cultivo do “ouro verde” ainda ocupava a segunda posição no gráfico da produção das lavouras em São Pedro do Ivaí, conforme documentos históricos da prefeitura.⁹ No entanto, através desses documentos pudemos observar que gradativamente o município apresentava sinais de que já buscava a diversificação da produção agrícola, despontando a

⁸ Informações conforme *Dados estatísticos de São Pedro do Ivaí*, 1957. Prefeitura Municipal.

⁹ Idem.

produção da soja, algodão e trigo. Por esse fator, constatamos que a famosa geada de 1975 coincidiu com o fim do cultivo da cultura cafeeira e veio ao encontro da ideia de diversificação agrícola.

Conforme as análises das entrevistas, a geada negra de 1975 é vista como a vilã que atravessou a história do norte do Paraná, sendo “a grande responsável pela destruição da cafeicultura, quase como se ela fosse entidade humana com vontade própria”, causando consideráveis prejuízos para os anos seguintes.¹⁰ Em São Pedro do Ivaí a geada ocasionou a extinção dos cafezais. A temperatura chegou a sete graus negativos e, com essa alteração do clima, as plantações de café foram extintas e erradicadas, o que consolidou os esforços para a expansão do cultivo de outros produtos agrícolas.

Luiz Gonzaga Rainato apresenta que;

Decorrente da erradicação dos cafezais a implantação de novas culturas, o município sofreu grandes mudanças tanto no aspecto social, econômico e administrativo, sendo subsequente a utilização de produtos químicos (defensivos e adubos) tendo em vista o aumento da produção. Tal mecanização foi responsável por um aumento considerável na produção agrícola e, agora com recursos fundamentais (...) como novas fontes mercantis na região.¹¹

A erradicação da cafeicultura no município está ligada a evasão populacional rural, uma vez que após a geada negra muitos trabalhadores migraram para os grandes centros urbanos em busca de sustento a suas famílias. Os agricultores que permaneceram em São Pedro do Ivaí decidiram investir no cultivo da soja - cultura mecanizada - que promoveu a dispensa de grande parte do trabalho braçal na agricultura, ocasionando um excedente de mão de obra no município.

Em vista disso, alguns fazendeiros se uniram e, aproveitando-se do “Programa Federal Proálcool”, buscaram montar a Destilaria Vale do Ivaí, já que “a agroindústria canavieira estava em expansão e ocupava as regiões de lavoura permanente no norte do Paraná”, a produção do álcool está vinculada a “modernização da agricultura”¹². Ainda que, evidentemente, a intenção fosse o lucro, essa iniciativa acabou freando a evasão populacional

¹⁰ MORES, Lucas. *História ambiental do agroecossistema do café (Coffea arábica) no norte do Paraná (1945-1975)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2017.

¹¹ Gonzaga, Luiz Rainato. *A história do nosso município, São Pedro do Ivaí*, Paraná: UEL, 1997, p. 77.

¹² CARVALHO, Josiane Fernandes. *Os assalariados rurais e a agroindústria canavieira na mesorregião noroeste paranaense; temas sobre o território e modernização da agricultura*. 2008. Dissertação de mestrado. UEM, Paraná.

do local.¹³ Dessa maneira, passa a funcionar em 1981 a usina Vale do Ivaí Açúcar e Álcool S/A, seguindo o modelo da Usina de Valparaíso, Estado de São Paulo.¹⁴

Nesse período, a instalação da usina chamou a atenção de trabalhadores de toda a região e muitos deles se deslocavam de suas cidades para trabalharem em São Pedro do Ivaí, tanto como funcionários internos da usina quanto como trabalhadores braçais que cultivavam os canaviais da redondeza. Além disso, um aspecto importante é que, após a crise da cafeicultura, muitos proprietários de terra (pequenos e médios sitiantes) viram no arrendamento de suas propriedades rurais à usina uma maneira de superar a crise sem ter que vender as suas terras. Diante desse contexto, o município assistiu à acelerada expansão do cultivo da cana-de-açúcar.

A presente pesquisa está dividida em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo, buscou-se contextualizar a história do Paraná, procurando traçar a história do estado desde sua formação, passando pelos ciclos de atividades econômicas como tropeirismo e o comércio da madeira, que caminhou paralelo ao período ervateiro; discutimos acerca da expansão cafeeira no norte do estado; discorreu-se sobre a construção do chamado Norte do Paraná; abordamos os aspectos relacionados à formação do município de São Pedro do Ivaí e sua ligação com a cafeicultura; abordou-se também o labor diário dos ivaíenses, na lida com a cafeicultura e também os sistemas de trabalho dos cafezais no município já citado.

No segundo capítulo, procurou-se tratar do fim da cafeicultura no Norte do Paraná, discutindo e analisando os fatores econômicos, políticos e climáticos que contribuíram para que a cultura definhasse nessa região do estado, pontuando também a presença das pragas e animais peçonhentos existentes nas lavouras. Buscou-se ainda discorrer sobre a memória dos sujeitos sociais acerca da geada negra de 1975, procurando, portanto, reconstruir por meio dos entrevistados parte da memória dos ivaíenses sobre aquele contexto histórico, já, que “a

¹³ Conforme Michellon (2008, p. 02), em meio ao primeiro choque do petróleo em 1973, o governo brasileiro passa a buscar formas alternativas para reduzir a dependência do país ao combustível fóssil e amenizar os efeitos do choque na economia brasileira. Com a deterioração do balanço de pagamentos e aumento da inflação, causados pelo preço elevado do petróleo, o Brasil, que importava 80% da sua necessidade, se viu obrigado a buscar formas alternativas renováveis de combustível. Dentre vários programas propostos o que obteve maior êxito foi o Programa Nacional do Álcool – Proálcool, lançado em 1975, que visava a produção de álcool anidro de cana-de-açúcar, em destilarias anexas as usinas, para ser adicionado à gasolina. O programa nasce alicerçado em subsídios e financiamentos públicos, ficando a cargo do governo, através da Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, a compra, transporte, armazenamento, distribuição e mistura do álcool a gasolina, e também a determinação do preço de venda do produto.

¹⁴ POLIZELO, Pedro de Olindo. 78 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 02 de Set. de 2015.

memória abre todas as suas portas e, no entanto, ainda não está suficientemente aberta”¹⁵. Nessa perspectiva acreditamos que a memória sendo estimulada possibilita vir à tona detalhes ricos da vivência das pessoas que contribuíram com a história de municípios como São Pedro do Ivaí. Buscou-se também, discorrer acerca dos aspectos que envolvem a cultura e a identidade dos habitantes de São Pedro do Ivaí.

No terceiro capítulo procurou-se analisar o papel desempenhado por mulheres e crianças dentro do contexto de expansão da cafeicultura do município em questão. Ao desenvolver as entrevistas com algumas mulheres que desde sua juventude trabalharam na cafeicultura constatou-se a existência de um discurso excludente em relação à mão de obra feminina e infantil. Dessa maneira, buscou-se evidenciar a participação desses sujeitos sociais frequentemente esquecidos na história. Por essa razão, através das entrevistas procurou-se analisar a realidade vivenciada por essas pessoas em São Pedro do Ivaí dentro do recorte histórico proposto pela pesquisa.

¹⁵ NIETZSCHE, Friedrich. Considerações extemporâneas. In:_____. **Obras incompletas**. Coleção Os Pensadores: seleção de textos de Gérard Lebrun. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999, p. 277.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa consiste na análise das entrevistas e dos aportes teóricos metodológicos fornecidos pela história oral. Os depoimentos são de trabalhadores e pequenos produtores da lavoura cafeeira, pessoas que na época eram crianças, ou jovens adultos, e hoje são aposentados. Como critério para a escolha dos entrevistados, optou-se por trabalhadores da lavoura cafeeira e pequenos proprietários de terras (sitiantes) que cultivaram a lavoura em São Pedro do Ivaí. Assim, pode-se analisar duas visões: dos que vendiam a sua mão de obra, e do proprietário da terra que contava com a contribuição da família nas tarefas nos cafezais e que por vezes pagavam para o “boia-fria” para terminarem a colheita do café. Preocupamos-nos em preservar o conteúdo das entrevistas de forma fidedigna, portanto elas foram transcritas preservando todos os aspectos possíveis da oralidade.

Cursando a graduação de História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi necessário pensar em uma temática para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Foi então que surgiu o interesse em escrever sobre o período cafeeiro e os efeitos da geada negra de 1975 para os trabalhadores do município. Iniciou-se a busca por fontes e, relatando a dificuldade do levantamento dessas a algumas pessoas, foi-nos indicado o Sr. Ciro Ohara, de Londrina, supervisor da Secretaria Executiva da Cooperativa Integrada, que em 2013 participou de um trabalho no município, patrocinado pela prefeitura. O Sr. Ciro então, gentilmente, disponibilizou para esta pesquisa parte do acervo, o qual consistia de várias matérias de jornais do ano de 1975 que retratavam o fenômeno climático de 18 de julho. Através de uma ligação telefônica marcou-se um horário com o Sr. Ciro e esse cedeu alguns periódicos para o trabalho do TCC. Esse foi o primeiro contato com algumas fontes sobre cafeicultura e geada negra.

Por indicação também de algumas pessoas do município, marcou-se uma entrevista com o Sr. João Bonini; também foi sugerida uma entrevista com a Sra. Maria da Anatividade de Andrade, já que ela havia trabalhado muito tempo na cafeicultura. Entrou-se em contato com a Sra. Maria e marcou-se a entrevista. Assim os entrevistados iam indicando as pessoas que conheciam e sabiam que tinham trabalhado com a cafeicultura.

Os entrevistados têm a faixa etária de 59 a 83 anos. O Sr. João Bonini, aposentado de 78 anos, morador de São Pedro do Ivaí desde 1952, chegou ao município aos dez anos de idade. Segundo Bonini sua família morou um ano em Águas do Lindóia, município de São Paulo. Em 1950 migraram a Londrina no Paraná; em 1951 seu pai veio sozinho a São Pedro

do Ivaí, fez a derrubada da mata em seu pedaço de terra, construiu uma casa e somente no ano seguinte, a família fixou moradia no município.

Já o Sr. Alécio Bianchini, 59 anos; nasceu em São Pedro do Ivaí no ano de 1955, casou-se, formou família, sempre esteve envolvido com atividades rurais; com seus pais cultivou a cafeicultura e migraram para o cultivo das lavouras de ciclos anuais. Alécio vive até o momento no município.

A Sra. Maria da Anatividade de Andrade, de 83 anos, trabalhadora rural, é natural de São Joaquim, Estado da Bahia; migrou para Maringá na Fazenda Santa Inácio e lá se casou aos 27 anos com o Sr. Jerônimo. Em 1955 migraram para Rancho Alegre, no Paraná, onde continuaram a trabalhar na cafeicultura; em 1970, juntamente com o esposo e filhos, se dirigiram a São Pedro do Ivaí para trabalharem na Fazenda Junqueira com a cafeicultura. Assim sempre esteve ligada à agricultura, seja cafeeira, seja com a cultura do rami e devido a essa segunda atividade deu pensão a 80 homens (que ela denomina de peões) que vinham de várias cidades da região para trabalhar com seu esposo que foi “gato” durante uns anos após a geada negra de 1975.¹⁶

O Sr. Nelson Pegoraro, de 73 anos, proprietário rural aposentado, chegou ao município em 1972, da cidade de Erechim, Rio Grande do Sul. O sítio do Sr. Nelson era de sociedade com o seu irmão Henrique Pegoraro, localizado na estrada Jussara no Km 9, e em 1974 compraram suas terras no bairro Dois Palmitos, área que já se cultivava a cafeicultura.

A Sra. Zilda Gobeti, de 64 anos, aposentada e atualmente comerciante, nasceu em Apucarana no ano de 1953 e, com quarenta dias de vida, sua família migrou para o município; seu pai chegou ao local já intencionado a cultivar a lavoura cafeeira. O aposentado Sr. Ordalvo Rosseto, de 74 anos, nascido em 1944, é morador de São Pedro do Ivaí desde a idade de 9 anos. Rosseto, juntamente com sua família, cultivou a lavoura cafeeira até a geada de 1975, pelos impactos que a geada causou na lavoura, ele extinguiu os cafeeiros. Passou a cultivar as lavouras de ciclos anuais. O Sr. Ordalvo com sua família concluíram que seria melhor retornar a cultivar a lavoura cafeeira, e assim em 1990 passa a cultivar a cafeicultura novamente. Antes de sua família estabelecer moradia no município, esses foram moradores do distrito Luar de São João do Ivaí.

¹⁶ NAKAGAWARA, Y. Café, do colonato ao bóia-fria. *Semina: Ciências Sociais e Humana.*, Londrina, v. 15, n. 3, p.270-279, set.1994. O autor nos descreve que: Nos povoados, distritos ou mesmo na periferia urbana de quase todos os municípios norte e oeste paranaenses há pontos de recrutamento diário de trabalhadores denominados de "bóias-frias" geralmente mediados por um "gerenciador de mão de obra, chamado de gato. Esse possui uma condução, geralmente em estado precário de conservação e recebe um percentual da diária de cada bóia-fria. O pagamento geralmente é feito semanalmente pelo proprietário ao gato que repassa ao trabalhador a quantia já descontada da sua comissão".

Pedro Polizelo, de 78 anos, natural do município de Olímpia, São Paulo, sempre trabalhou como agricultor e se estabeleceu no município em 1958 com a idade de 21 anos. Era sanfoneiro e animava os bailes que acontecia na zona rural. A Sra. Geni Fernandes de Souza, de 75 anos, é natural de Cambé, onde nasceu em 1943; aos 13 anos veio morar com um tio no município, em 1956. O esposo da Sra Geni, o Sr. Rubens de Souza, nasceu em 1939, tem 78 anos de idade, é natural de São José do Rio Preto, estado de São Paulo; migrou para Warta, distrito de Londrina, aos 15 anos e aos 20 anos, em 1959, tornou-se morador de São Pedro do Ivaí. Foi morando no município que eles se conheceram, casaram e compraram um sítio em sociedade com o irmão do Sr. Rubens, no Distrito Mariza. Foram cafeicultores, cultivaram também hortelã e algodão, suas atividades sempre foram envolvidos com a terra.

A Sra Anita Bassanelo Berbel, de 75 anos, migrou de Araçatuba, São Paulo a São Pedro do Ivaí em 1953. A família de Berbel tinha terras em Araçatuba e venderam tudo para comprar terras no Paraná; segundo Berbel, seu pai, o Sr. Francisco João Berbel, se encantou com os cafezais da Fazenda São Jorge. Naturais de Santa Mariana, no Paraná, o Sr. Alcy Moreira da Silva, de 59 anos e seu irmão o Sr. Sebastião Luiz da Silva, se dedicaram à lavoura cafeeira, mas conforme Alcy, seu irmão Sebastião, por ser mais velho, trabalhou mais na cafeicultura. Os irmãos se tornaram ivaíenses em 1964, assim Alcy tinha 06 anos de idade e seu irmão 09 anos. O Sr. Alcy e seu irmão Sebastião formaram família em São Pedro do Ivaí, sendo que o primeiro trabalhou como bancário e atualmente é funcionário público, o segundo foi comerciante e no ano de 2018 veio a falecer. Dessa maneira, as entrevistas com esse grupo de pessoas enriquecem a pesquisa, pois através de cada depoimento é possível ter acesso ao passado vivenciado por eles e que colaboram com a história de São Pedro do Ivaí.

Os depoimentos orais, gravados nas residências dos depoentes, foram pré-marcadas. As entrevistas de 2014 e 2015 foram coletadas com uma filmadora (máquina Kodak) e as entrevistas de 2017 e 2018 foram registradas via celular; todas foram armazenadas em um HD externo e nas nuvens, medida essa de preservação das fontes da pesquisa.

Os entrevistados são pessoas que desde 1960 dedicaram suas vidas ao trabalho na roça e, em especial, na lavoura cafeeira, uns como meeiros, outros como proprietários da lavoura. Após a geada de 1975 se viram obrigados a buscar novas alternativas de trabalho – aos meeiros restou o trabalho braçal como “boia- fria”¹⁷ ou “volantes”¹⁸, ou seja, pessoas que mantêm residência nas áreas urbanas mas trabalham nos sítios ou fazendas com o proprietário

¹⁷ STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, 1986, p.258, descreve que o termo “boia- fria” a qualidade da alimentação do trabalhador rural.

¹⁸ Segundo Verena Stolcke (1986, p. 257), o termo volante é empregado ao trabalhador eventual.

de terras, de forma informal, sem serem registrados pelo empregador. Os proprietários das terras migraram ao cultivo das lavouras de ciclos anuais.

Teve-se acesso também a uma obra municipal denominada *A história do nosso município*, do Sr. Luiz Gonzaga Rainato, conhecido popularmente com Zaga, do ano de 1997. Rainato nasceu em oito de setembro de 1949, no Espírito Santo do Pinhal, São Paulo, e faleceu em 07 de setembro de 2019, com 69 anos. Em 1952, Rainato e seus familiares migraram a São Pedro do Ivaí, sendo ele ainda solteiro. Ele trabalhou como taxista, depois, de 1976 a 1977, trabalhou como funcionário público; encerrou suas atividades na prefeitura e no ano de 1991 voltou a trabalhar na prefeitura municipal, já concursado pelo município, onde trabalhou até o seu falecimento. Rainato sentia a necessidade de escrever algo sobre São Pedro do Ivaí, assim iniciou a busca por informações do município. Entrou em contato com o Sr. Jackson Proença Testa, reitor da Universidade Estadual de Londrina que o orientou na escrita. Rainato descreve na obra *A história de nosso município* que a ideia de escrever um inventário geral de São Pedro do Ivaí fora despertada pelo Dr. Aguiário Pereira Lafaiete, esse lhe disse “alguém tinha que levantar a história do nosso município, antes que se perca nas brumas do passado”¹⁹. Ainda no ano de 1997, Rainato participou do concurso de poesia Helena Kolody, foi vencedor e escreveu o livro *Ensaio do meu apogeu*.

Busca-se com o presente trabalho realizar uma análise historiográfica acerca da memória coletiva dos habitantes de São Pedro do Ivaí, através de entrevistas realizadas com algumas pessoas que atuaram naquele cenário da cafeicultura, focando analisar as memórias acerca das narrativas sobre a geada negra de 1975, já que verificamos a existência de uma memória socialmente construída, a qual associa o período cafeeiro como sendo uma época de ouro, ou seja, acreditou-se que o tempo do “Eldorado” daria a segurança de progresso e prosperidade para a localidade. Procurou-se abordar também os sujeitos excluídos da história dos ivaíenses, ou seja, as mulheres e as crianças como trabalhadores da lavoura cafeeira.

Vale pontuar que a construção do trabalho só foi possível devido às entrevistas dessas pessoas que vivenciaram o período cafeeiro no município, sendo alguns trabalhadores que vendiam sua mão de obra e outros proprietários das terras que produziam a lavoura. Como destacado pelo historiador Alessandro Portelli “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos”, elas nos permitem analisar os fatos narrados com novas perspectivas.²⁰

¹⁹ RAINATO, Luiz Gonzaga. *A história do nosso município*, 1997, p. 5.

²⁰ PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. São Paulo, 1997, p. 31.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA DO PARANÁ

No presente capítulo propõe-se uma análise acerca da história do Paraná, buscando, por meio desta, a contextualização do objeto da pesquisa. O objetivo pretendido é relacionar a história local do município dentro de uma perspectiva que visa contemplar as influências de processos mais amplos na formação de São Pedro do Ivaí.

Consideramos relevante o aprofundamento da história desse município localizado ao noroeste do estado do Paraná, que atualmente celebra 63 anos de emancipação política e, assim como os demais municípios da região do estado, passou pela expansão, pela decadência e extinção da lavoura cafeeira.

Procuramos discutir a história das pessoas que se dedicaram aos trabalhos da lavoura cafeeira, sendo esta uma das responsáveis pela formação da então Cidade do Ivaí²¹. Ao trabalharmos com as fontes primárias (as entrevistas dos trabalhadores da cafeicultura do município), a pesquisa baseia-se nas concepções do historiador Edward Palmer Thompson, que ao refletir acerca das finalidades da história contemplou a “história vista de baixo”, contrapondo a tendência da invisibilidade desses grupos na historiografia.

Conforme o censo do IBGE realizado em 2010, o estado do Paraná possui uma população de 10.444.526, sendo a população rural desse estado de 1.531.034 habitantes. Hoje, o estado do Paraná possui certa autonomia política como qualquer outra unidade da federação, mas até 1853, o território ainda integrava a Província de São Paulo. O espaço que hoje conhecemos por Paraná, foi marcado pela ocupação de terras, já que estudos como o de Brasil Pinheiro Machado apontam a existência de grupos étnicos autóctones, e esses eram caçados, catequizados e comercializados. Em sua obra *A História do Paraná*, o autor apresenta que “os índios foram carpinteiros, tecelões, ferreiros, pintores, estatuários, fundidores [...] funções estas impostas pelos colonizadores”²².

Sobre os aspectos que envolvem a configuração social da capitania de São Paulo, é pertinente destacarmos a existência de um discurso enraizado no imaginário popular que defende o surgimento do estado do Paraná alheio à escravidão, como se esse elemento estivesse presente somente na história de outros estados brasileiros, como a Bahia,

²¹ Cidade do Ivaí foi o primeiro nome dado à localidade segundo RAINATO (1997, p. 11). *A história do nosso Município*.

²² MACHADO, Brasil Pinheiro. et.al. *História do Paraná*. 1969, p. 51.

Pernambuco e Minas Gerais. Porém, contrariando essa narrativa, a historiadora Lucia Helena Oliveira Silva explica que “as atividades econômicas mais significativas que envolveram o escravo foram a produção do mate e o tropeirismo”²³. Os escravos africanos foram empregados em diversos trabalhos na agricultura paranaense em companhia de não escravos.

Acompanhando essa questão da presença dos escravos no estado do Paraná, permanecemos seguindo os apontamentos da historiadora Lucia Helena Oliveira:

De qualquer modo, não há como negar que o mate foi uma das atividades mais duradouras durante o período colonial. Plantado no planalto curitibano, era levado para engenhos em cidades como Morretes, Antonina e Paranaguá, esta última usada como porto de escoamento. Toda essa movimentação trazia fortalecimento de núcleos urbanos indicava onde os escravos se faziam presentes.²⁴

A autora, em seu trabalho *Escravos e Libertos no Paraná*, aponta que ao final do século XVIII, ao ser realizado o primeiro levantamento populacional, contabilizou-se 12.349 brancos, sendo o número de habitantes negros e mulatos de 5.336, então a porcentagem de negros e mulatos seria de 30,17% da população. Já no ano de 1858, cinco anos após a emancipação política do Paraná, o número da população aumentou, passando a 60.380 brancos, 8.493 negros, representando 12,24% e 507 mulatos livres, ou seja 0,73%. Em 1872, realizado um levantamento populacional, observa-se que havia um contingente de 116.162 brancos e 10.560 negros e mulatos, ou seja, houve “um aumento dessa população”, porém em ritmo lento²⁵, considerando que 8,33% da população seriam de negros e mulatos. Dessa maneira, não se pode ignorar a presença e utilização dessa mão de obra no Paraná.

1.1 Um local marginal

O estado que hoje conhecemos por Paraná pertencia a São Paulo como sua 5ª Comarca. Sua emancipação aconteceu em 1853, assim é necessário acompanhar os acontecimentos relevantes que corroboraram para que o território paranaense deixasse esse lugar marginal.

²³ SILVA, Lucia Helena Oliveira; FERNANDES, Priscila Martins. Etnias no Paraná. In. ALEGRO, Regina Célia [et al.]. (Org.) *Temas em questão*. Londrina- Paraná, Eduel, 2013.

²⁴ Idem, *op. cit.*, p. 130.

²⁵ Idem, *op. cit.*

Ao final do século XVI e início do século seguinte são intensificadas as buscas por ouro no Brasil e a região da Baía de Paranaguá foi a primeira a apresentar vestígios do metal precioso, o que chamou a atenção dos paulistas. Dessa maneira Paranaguá é transmutada a Capitania e “nesse mesmo contexto houve a fundação de Curitiba”. Porém o ouro foi encontrado na região “Centro-oeste do Brasil” e a “Coroa Portuguesa desviou a atenção do território paranaense”. No ano de 1710, a Capitania Geral de São Paulo é formada, sendo nela incluídos vários territórios, inclusive o da capitania de Paranaguá, como a 5ª Comarca de São Paulo.²⁶

Um aspecto importante na formação do que hoje conhecemos como estado do Paraná foi o caráter marginal relegado à região até o século XVII. Conforme destacado pelo economista Pedro Calil Padis:

[...] é fato inconteste que a ocupação do território do hoje Estado do Paraná começou apenas cerca de século e meio após a descoberta do Brasil. Isso leva a conclusão fácil de que, pelo menos de forma direta, o Paraná em nada participou do ciclo da economia açucareira, senão como fornecedor de uma parte de índios escravizados e que foram vendidos para trabalharem nos engenhos, pois “sabiam os padres que de Santos partira um navio cheio de ‘peças’ destinadas a lavouras de Pernambuco”.²⁷

Segundo o autor, essa situação é um demonstrativo de que o Paraná até o “século XVII [...] estava totalmente na periferia do sistema econômico brasileiro”, sendo irrelevante a participação deste nessa economia. Mas não se pode negar que os paranaenses, animados com o “comércio de tropas muares e bovinas”, iam ocupando “*as regiões*” e formando as comunidades denominadas tradicionais²⁸.

No ano de 1731, ocorrem transformações na economia da 5ª Comarca de São Paulo, com o início do chamado de ciclo das tropas, conforme destacado por Brasil Pinheiro Machado.

[...] em 1731 entrou nos campos de Curitiba, vinda do Rio Grande, e rumando para S. Paulo, a primeira tropa, tangida por cem tropeiros, e composta de “duas mil e tantas cabeças, entre cavalos, mulas e éguas”. [...] O “ciclo das tropas” começa em 1731 e se esgota na década de 1870, quando as construções das estradas de ferro do café, em S. Paulo, desvalorizam o muar como meio de transporte.²⁹

²⁶ PRIORI, Angelo. *História do Paraná (séculos XIX e XX)*, 2012, p.16.

²⁷ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná*. 2006, p. 50.

²⁸ Idem, p. 50- 86.

²⁹ MACHADO, Brasil Pinheiro. et.al. *A história do Paraná*, Curitiba, Paraná, 1969, p. 65.

Exatamente em 1885, quando o projeto da construção das estradas de ferro saiu do papel, esse veio superar a comercialização de muares que perdem o valor, substituindo aos poucos a sua função de transporte.³⁰

1.2 As iniciativas separatistas e a busca por autonomia institucional

As primeiras iniciativas de “cunho separatista”³¹ aconteceram em 1811, lideradas por Pedro Joaquim de Sá, “presidente da Câmara de Paranaguá”³², reivindicando a separação da Comarca de Curitiba em relação à Província de São Paulo, a qual demonstrava resistência à ação, temendo a perda de território. Em 15 de julho de 1821, Floriano Bento Viana apresentou de forma oral a sua reivindicação, pedindo a separação da 5^o Comarca da Província de São Paulo. Essa ação foi denominada como “Conjuntura Separatista”³³.

Sem o apoio dos companheiros integrantes do movimento separatista, o pedido de Floriano Bento Viana é calado e a comarca continua pertencendo a São Paulo. Em 1842, com receio dos paranaenses aderirem “aos movimentos revolucionários do Sul [...], o presidente da Província, Barão de Monte Alegre [...] envia a Curitiba um emissário, com a finalidade de organizar a defesa do Governo, João da Silva Machado”³⁴, futuro barão de Antonina.

As intenções separatistas foram acalmadas com a promessa de elevação da 5^a Comarca à Província. Porém, mais uma vez, os hoje denominados paranaenses ficaram no aguardo do cumprimento da promessa. Conforme as bibliografias consultadas para a pesquisa, observa-se como o Paraná vai adquirindo destaque político a partir da metade do século XIX, contexto em que a propaganda separatista se fortalecia.³⁵

Conforme Angelo Priori

Durante o Período Regencial no Brasil (1831-1840), surgiram rebeliões em várias partes do Império. Uma das revoltas mais intensas aconteceu no Rio Grande Sul, conhecida como Revolta Farroupilha (1835-1845), desencadeada pelo descaso das autoridades imperiais em relação à economia de criação de gado e de produção de charque na região Sul.

³⁰ SISCATO, José Luis. *Material Didático sobre a estrada de ferro Curitiba Paranaguá*. Curitiba, Paraná. 2012, p.5.

³¹ SCHLICHTING, Juliana de Souza Bello. As artes visuais e a construção de uma identidade paranaense. In. SOCHODOLAK, Hélio, NETO, José Miguel Arias (Org.) *Capítulos de História do Paraná*. Guarapuava, Paraná. Unicentro, 2012.

³² PRIORI, Angelo. *História do Paraná (séculos XIX e XX)*, 2012, p. 16.

³³ Idem, *Op. cit.*, p. 17.

³⁴ MACHADO, Brasil Pinheiro. et.al. *A história do Paraná*, Curitiba, Paraná, 1969, p. 104.

³⁵ Idem, p. 107.

Temendo que as forças revolucionárias encontrassem adesão no Paraná, a província de São Paulo buscou apoio em Curitiba, prometendo, em troca, a emancipação da Comarca. Com essa promessa, Curitiba passou a cooperar com o Governo Central, lutando contra os revolucionários.³⁶

Assim, o Barão de Monte Alegre, presidente de São Paulo, envia ao Ministro do Império a solicitação para a elevação da Comarca de Curitiba à categoria de província. Após dez anos, em 2 de agosto de 1853, o projeto de criação da Província do Paraná é aprovado.³⁷

Zacarias de Goes e Vasconcelos assume a presidência da província em 19 de dezembro de 1853 com a missão “de instalar e organizar a nova Província”³⁸. O objetivo de Floriano Bento Viana e dos paranaenses, portanto, consolida-se. Na organização da nova província, Zacarias de Goes e Vasconcelos propõe na “Assembléia Provincial, uma Comarca no litoral e duas serras acima, com sede em Paranaguá, Curitiba e Castro”³⁹. Porém, o presidente tinha que organizar mais uma questão importante para a administração da província: definir o melhor local para a sua capital. A partir da “Lei n.º 704”⁴⁰, fica estabelecida a sede do governo: Curitiba.

Dois anos mais tarde, Zacarias de Goes e Vasconcelos “determina a construção da ‘Estrada da Graciosa’ que ligaria mais facilmente Curitiba ao litoral”, e, dessa maneira, facilitaria o escoamento da erva-mate, que nesse período era a grande fonte econômica do Paraná, juntamente com a madeira, “especialmente o pinho”⁴¹, em uma escala de importância inferior à do mate, porém presente no cenário da economia paranaense.

O mate paranaense “era exportado para a Argentina, Uruguai e Chile”, mas Zacarias de Goes e Vasconcelos se preocupava com a concorrência do mate paraguaio devido à superioridade da qualidade da erva naquele país. Frente a essa situação, o presidente aconselha os trabalhadores e “moradores do Paraná que, gradualmente, pelo menos em parte, fossem deixando a indústria do mate [...]”⁴². Já no período de 1854, Zacarias de Goes e Vasconcelos incentivava a população para o cultivo da lavoura do café, encorajando-a dizendo que o “futuro parece tão risonho”⁴³.

³⁶ PRIORI, Angelo. *História do Paraná (séculos XIX e XX)*, 2012, p.18.

³⁷ MACHADO, Brasil Pinheiro. et.al. *Op.cit.*, p. 109.

³⁸ Idem. *Op.cit.*, p.109.

³⁹ Idem, *Op.cit.*, p. 113.

⁴⁰ Idem. *Op.cit.* Loc.cit.

⁴¹ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia Periférica: o caso do Paraná*, p. 86-91.

⁴² MACHADO, Brasil Pinheiro. et.al. *História do Paraná*. Curitiba, Paraná. 1969, p. 111.

⁴³ Idem, *Op.cit.*, p. 113.

A produção da erva mate no Paraná passou por vários reveses ao longo de 28 anos. O cenário econômico sofre novas alterações e, entre 1882 e 1892, a erva-mate recupera o lucro em 30%.

De acordo o economista Pedro Calil Padis

A exportação da erva-mate se constituía na atividade condutora de todo o conjunto da economia paranaense, assumindo uma importância extremamente mais considerável que a madeira. Embora, nas palavras do presidente provincial “a erva (sejam) as duas produções notáveis sobre que, por ora, exerce-se entre nós a indústria extrativa (...) o desenvolvimento que tem tomado a exportação do mate, produção que motiva operações de três indústrias distintas: da extrativa para os simples ervateiros, da fabril e comercial para os donos dos engenhos, alimentando quase toda a de carroto ou de transporte, tal desenvolvimento, digo, não pode deixar de influenciar sobre o comércio geral da província. Assim, quando o mate sofre baixa de preço nos mercados consumidores e a sua procura (...) diminui, necessariamente manifesta-se uma crise em todas as transações comerciais (...). Portanto, é fácil perceber-se que o ramo exportador – diga-se o mate —como ser a atividade condutora da economia, era a fonte principal da receita pública, o principal responsável pelo nível de emprego e, fundamentalmente, instrumento de importação de bens não produzidos internamente, por ser responsável pela capacidade de importar.⁴⁴

A erva mate e o comércio da madeira foram os principais produtos da economia do estado. Vale mencionar que no ano de 1885 é concluída a ligação da ferrovia Curitiba-Paranaguá, facilitando e agilizando “o escoamento do produto”⁴⁵, havendo participação da mão de obra imigrante nessa construção e em outros trabalhos públicos.⁴⁶

Vários fatores contribuem com a oscilação da exportação do mate, como a instabilidade política que o país atravessou nesse período, resultante da abolição da escravidão, e a proclamação da República, episódios que desencadearam fortes crises econômicas.

A crise econômica do Brasil e a instabilidade política do início da república provocaram também, em 1893, a Revolução Federalista. Esse fato envolve precisamente o Rio Grande do Sul, englobando agentes políticos de oposição e situação. O historiador Angelo Priori, na obra *História do Paraná*, demonstra a importância do estado no “desfecho do conflito”⁴⁷.

⁴⁴ Idem, *Op.cit.*, p. 90.

⁴⁵ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia Periférica: o caso do Paraná*, 2006, p. 55.

⁴⁶ MACHADO, Brasil Pinheiro. et.al. *História do Paraná*. Curitiba, Paraná. 1969, p.182.

⁴⁷ PRIORI, Angelo. *História do Paraná (séculos XIX e XX)*, 2012, p. 33.

Em termos políticos, o Paraná desenvolveu importante papel no contexto da Revolução Federalista. A resistência articulada pelo General Carneiro na cidade de Lapa permitiu que os reforços governistas se organizassem contra os revoltosos, contribuindo para a manutenção da República presidencialista no Brasil⁴⁸.

A economia do estado do Paraná era instável. Novamente, a produção ervateira sofre novas quedas no volume de exportação, atingindo números abaixo das “três décadas anteriores”⁴⁹. Consequentemente a exportação do chá em 1897 foi menor que em 1892, o que se dava também devido as falsificações da erva paranaense.

Em 1913 e 1914 a exportação do mate é bem inferior graças aos “efeitos da crise geral que [são] agravados pela campanha contra a erva paranaense desenvolvida nos mercados consumidores, em razão da impureza da produção ervateira paranaense”⁵⁰. Esses fatores contribuíram, durante toda a segunda década do século XX, para a maior crise da história do recente estado do Paraná, causando desempregos e a retirada de muitas pessoas do território paranaense rumo a outros estados por melhores condições de trabalho. Em meio à instabilidade causada pelas oscilações no mercado da produção ervateira, o cultivo do café começa a despontar mesmo que de forma modesta na economia do Paraná.

Com o fim do conflito mundial, a exportação do mate recupera parte de seu vigor, caracterizando “um fenômeno normal, nos períodos de após-guerra”⁵¹. Nesse contexto, houve um aumento do mercado europeu por carnes, cereais e salitre. Por essa razão, a Argentina, o Uruguai e o Chile dedicaram-se a suprir a demanda por esses e outros produtos, interrompendo a produção da erva e abrindo espaço para o comércio do mate produzido no Paraná, o que culminou em uma sensível recuperação da exportação do mate paranaense.

Em 1924, alguns produtores esperançosos diante deste quadro voltaram a investir no cultivo da erva mate. Em 1926, no entanto, a indústria ervateira paranaense sofre um duro golpe desencadeado pela ação do governo argentino, que, no intuito de competir no mercado exportador da erva mate, aumentou as taxas alfandegárias sobre o produto paranaense em 60%. Tal situação foi agravada em 1931, quando o país platino proibiu a importação da erva mate brasileira.

Diante da instabilidade do mercado externo, o governo paranaense buscou direcionar a produção ervateira para seu mercado interno, incentivando a população brasileira a consumir

⁴⁸ PRIORI, Angelo. *História do Paraná (séculos XIX e XX)*, 2012, p. 33.

⁴⁹ PADIS, Pedro Calil. *Op.cit.* Loc. cit.

⁵⁰ Idem. *Op.cit.* p. 61.

⁵¹ MACHADO, Brasil Pinheiro. et.al *Op. cit.*, p. 62.

a erva mate, através da diminuição dos impostos sobre o produto, medida que alcançou um resultado muito modesto frente ao esperado.

A produção ervateira passou por um contexto de ampla decadência. Frente a isso, entre outras ações, o Paraná criou o Instituto do Mate. Mesmo assim, não se conseguiu evitar a derrocada do produto. Para Pedro Calill Padis

Duas observações principais podem ser feitas sobre o comportamento da economia ervateira paranaense durante as oito décadas que mediaram a emancipação do Estado [...]. De início, um comportamento bastante hegemônico, que a partir de 1914 começa a perder importância na economia do Estado. Em segundo lugar, deve-se observar que o Paraná regrediu da posição de exportador de produto manufaturado para a de exportador do produto não elaborado. E, depois de ter sido o fornecedor de mais de 60 por cento de todo o produto consumido na América do Sul, foi perdendo sua situação privilegiada por não ter sido capaz de defender o próprio produto, preferindo os caminhos dúbios do livre-cambismo, enquanto a Argentina, que adotara medida diametralmente oposta, lograva vencer.⁵²

A produção de mate passou por vários reveses para manter-se no mercado. Durante oito décadas conseguiu desenvolver seu papel de condutor na economia paranaense, sucumbindo à concorrência dos países vizinhos. Diante do quadro de decadência da produção ervateira, a cafeicultura despontou como principal atividade econômica do estado, conferindo importância econômica para a região norte do Paraná.

1.3 A expansão da economia cafeeira

A expansão cafeeira no Paraná, conforme apontam os estudos de Nadir Aparecida Cancian e de Ana Cleide Cesário, é uma “continuação da ‘marcha para o oeste’ dos paulistas” que estavam à procura de terras favoráveis ao cultivo da lavoura cafeeira, pelo fato de que as terras do estado de São Paulo estavam “se tornando escassas ou supervalorizadas pelo desenvolvimento da agricultura comercial com base na produção de café”⁵³.

Conforme Ana Cleide Cesário, organizou-se uma “caravana” em Londrina que recebeu o nome de *Marcha para o Oeste*. Dessa forma:

⁵² Idem. *Op. cit.*, p.64.

⁵³ CESÁRIO, Ana Cleide. Norte Novo- A expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. PAZ, Francisco (org.). *Cenários de Economia e Política*. Paraná. 1991, p. 47.

Em 10 de novembro de 1942, uma caravana organizada em Londrina, e batizada simbolicamente de “Marcha para o Oeste”, partiu em direção à localidade que hoje é Maringá, seguindo até o Porto São José. Os participantes eram moradores da região, tendo a frente da promoção o prefeito de Londrina, Major Blasi, e o diretor da Companhia, Arthur Thomas.⁵⁴

Podemos observar como a lavoura cafeeira serviu de estímulo na busca dessas pessoas pelo novo, incluindo um espaço diferente. Esses eram movidos pelas perspectivas de lucro e, automaticamente, almejavam que financeiramente suas vidas melhorassem. A caravana denominada *Marcha para o Oeste* está no contexto “daquele núcleo dinâmico capitalista da economia nacional”. Assim, as pessoas estavam interessadas na comercialização das terras, e não somente em uma “simples ocupação territorial, mas sim o estabelecimento de uma produção voltada para o mercado”⁵⁵.

Nas entrevistas realizadas com os trabalhadores da cafeicultura e nas leituras para o desenvolvimento dessa pesquisa, ouvimos e lemos a palavra *pioneiro*. Nas análises do geógrafo Leo Waibel, em sua obra *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil* (1958), “apenas o agricultor pode ser denominado como pioneiro”, pois “somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena”.

É significativo o entendimento e a discussão sobre o *pioneiro* e sua definição. Leo Waibel, através de seus estudos, apresenta-nos uma proposta de definição do que vem a ser pioneiro.

O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro, também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual! (...) Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena⁵⁶.

Nessa perspectiva, esses pioneiros chegaram às terras de São Pedro do Ivaí, derrubando matas e transformando a paisagem do lugar com otimismo, plantando os cafezais na esperança de modificarem suas vidas e de suas famílias.

O historiador José Miguel Arias Neto, em sua dissertação de mestrado intitulada *O Eldorado: representações da política no norte do Paraná - 1930/1975*, destaca como, na

⁵⁴ Idem, *Op. cit.*, p. 51

⁵⁵ Idem, *Op. cit.*, p. 47.

⁵⁶ WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, 1958, p. 265.

região, é exaltada a figura do pioneiro em continuidade da figura do bandeirante, e também a associação com a imagem do pioneiro do oeste americano - do pioneiro da Califórnia, por exemplo, construindo a ideia do homem formado por si mesmo. Essa narrativa cria uma ideia de excepcionalidade do norte do Paraná, um lugar em que impera a agricultura familiar, a pequena propriedade, ou seja, um lugar diferente do resto do Brasil.

A figura do pioneiro ou do desbravador valorizou-se no período do ápice da cafeicultura, assumindo um papel importante nesse contexto histórico da região norte do estado do Paraná.

Para o historiador José Miguel Arias Neto:

Nos período em questão – os anos do Eldorado – a representação do pioneiro portava um conjunto de significados distintos: ao mesmo tempo em que era identificado ao pioneiro norte-americano, foi revestido da aura épico-mítica do bandeirante paulista, o que tornou possível a incorporação, em seu conteúdo, tanto da idéia de desbravador, como a do fazendeiro de café, representado também como um bandeirante moderno⁵⁷.

Também essa concepção sobre a representação do pioneiro observa-se presente nas falas dos depoentes de São Pedro do Ivaí. Percebe-se que há uma supervalorização em relação à imagem do pioneiro. Mas, curiosamente, entende-se que muitas vezes existe aquele indivíduo que está inserido no contexto de pioneiro e por vários motivos não evoluiu economicamente; essa pessoa passa a ser negligenciado, ou até mesmo esquecido e seu nome não é evidenciado nas comemorações locais. E o termo é repetido especialmente quando se refere a determinados cidadãos que participaram das primeiras ocupações nas terras ivaíenses e que conseguiram evoluir financeiramente.

Assim se destaca, de maneira geral, o trabalhador rural no contexto de cultura e lavoura do café. Hoje, mesmo com o cultivo de outras lavouras de ciclos anuais e com as tecnologias que são usadas para esse fim, a figura do homem da roça continua sendo forte no município. O trabalhador rural “não era uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país”⁵⁸.

É comum encontrarmos nas bibliografias sobre a história do Paraná e nas entrevistas coletadas no decorrer da pesquisa a referência ao pioneiro. Ana Cleide Cesário descreve que,

⁵⁷ ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da Política no Norte do Paraná - 1930/1975*. Londrina, Paraná, 1993, p. 69.

⁵⁸ MARTINS, Jose de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Rio de Janeiro, 1983, p.16.

Essa é uma saga cuja narrativa gira em torno de alguns elementos, como a coragem e a conquista das terras que serão cultivadas, tornando-se o pioneiro um produtor que, a exemplo do café, se planta na terra roxa e cujo sofrimento, através da purificação, produz o amor entre o homem e a terra, fatores indispensáveis para a “iniciação” de uma nova vida com maiores oportunidades, lembrando os rituais de passagem⁵⁹.

Realizamos entrevistas com os trabalhadores da cafeicultura e proprietários de terras, sendo eles pequenos sitiantes, hoje aposentados, e habitantes de São Pedro do Ivaí desde a sua formação. É marcante nas entrevistas essa concepção de pioneiro, o homem que produz e tem forte ligação com a terra. Consequentemente, os entrevistados eram envolvidos diretamente com a cultura cafeeira seja ele trabalhador que vendia sua mão de obra, seja ele pequeno proprietário da lavoura.

Dessa maneira, a Sra. Anita Bassanelo Berbel, relata que seu pai, o Sr. Francisco João Berbel, morador de São Paulo, quando passou pela Fazenda São Jorge, localizada nas proximidades de São Pedro, ao ver a qualidade da plantação de café, cortou um galho da planta, carregada do fruto, colocando-a na mala para mostrar aos seus familiares como as terras do norte do Paraná eram férteis.⁶⁰ Essa fertilidade das terras do norte realmente foi um fator determinante para a atração de produtores e trabalhadores no período.

O Paraná, entre os anos de 1940 e 1959, “passou a ser considerado o maior produtor de café”⁶¹. Dessa maneira, a produção cafeeira alavancou ainda mais os ânimos dos agricultores paranaenses que viam ótimas perspectivas na expansão da produção da lavoura.

Quando se busca analisar a expansão da cafeicultura no norte paranaense, automaticamente faz-se a ligação a essas terras roxas e produtivas dessa região do estado. Porém, nem sempre a lavoura contava com essa associação: “o café nem sempre esteve associado à terra roxa pura, e sim, muito mais, às terras ainda virgens, recobertas de mata”⁶². Percebe-se que o Norte contava com essas duas condições predominantes ao café, terras roxas e virgens, produtivas, com altas perspectivas de lucro.

Warren Dean escreve de maneira muito clara sobre a relevância ou não das terras roxas quando se tratava da qualidade dela;

A cor, todavia, não era um indício certo. Existem solos vermelhos chamados Catanduva que são de baixa qualidade, e um solo amarelo, o massapé, de origem basáltica e granítica, que é quase tão fértil quanto a

⁵⁹ Idem, *Op. cit.*, p. 53.

⁶⁰ BERBEL, Anita Bassanelo. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 11 de Dez. de 2018.

⁶¹ AGUIAR, Aparecida Eliete Pinto. *O café no Norte Pioneiro do Paraná*. Jacarezinho, Pr, 2013, p. 4.

⁶² CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura Paranaense- 1900/1970*. Curitiba, Grafipar, 1981, p. 106.

terra roxa. Supunha-se que apenas as terras de antigas florestas eram adequadas para o plantio de café, e certas espécies de árvores eram consideradas padrões – sinal seguro de que o cafeeiro se daria bem no mesmo lugar. Pau d’alho, jangada brava e figueira branca eram tidas em alta conta. Às vezes se deixava um pé dessas árvores no meio da plantação, como prova para os vizinhos ou compradores em potencial de que os cafeeiros eram fortes. (...) Os padrões eram tão sensíveis ao frio quanto o cafeeiro e, portanto, constituíam dupla prova de localização favorável⁶³.

Nesse sentido, a corrida pelo cultivo da cafeicultura avançava no norte do Paraná, cujo reflexo imediato era o desmatamento, deixando rastros do impacto do capitalismo, cuja tônica foi a comercialização da terra e a produção de café.

O cultivo da cafeicultura alternava-se nas regiões do norte pioneiro, norte novo e norte novíssimo desencadeando um movimento simultâneo de superação em relação à lavoura: enquanto em uma região a produção atingia baixos resultados, em outra “a cafeicultura se encontrava momentaneamente no apogeu”⁶⁴.

Um aspecto importante acerca da cafeicultura consistiu na frequente necessidade de novas terras para seu cultivo, o que além de se mostrar uma situação de muita insegurança para os envolvidos na produção do café, propiciou o desenvolvimento de novas regiões para o seu cultivo, estendendo a expansão cafeeira à região do Norte Novo.

Observamos essa situação nas análises da historiadora Nadir Aparecida Cancian:

Até 1950 o Norte Pioneiro liderou a produção do café no Paraná, porém vinha em declínio desde 1940 e embora se refizesse consideravelmente pouco depois, não chegou mais a atingir o nível daquele ano, nem acompanhou o dinamismo de outras regiões. Tudo indica que, dado à menor disponibilidade de terras próprias ao cafeeiro por essa época no Norte Pioneiro, a expansão se fez, principalmente no Norte Novo, até então com uma cafeicultura ainda incipiente.⁶⁵

Essa lavoura é responsável por transformar, econômica e culturalmente, as regiões onde era cultivada. A cafeicultura propiciou um ambiente de grande efervescência cultural, marcada pela pluralidade de pessoas, nela envolvidos, como imigrantes de diversos países, principalmente italianos, espanhóis e japoneses, além de brasileiros vindos de várias regiões do Brasil. Dessa maneira os espaços iam se formando ou sendo praticados com as particularidades de seus atores.⁶⁶

Para Durval Muniz de Albuquerque Junior:

⁶³ DEAN, Warren. *Rio Claro, Um sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820- 1920*. Tradução de Waldívia M. Portinho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 45-46.

⁶⁴ CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense – 1900/1970*, 1981, p.92.

⁶⁵ Idem. *Op.cit.*, Loc. cit.

⁶⁶ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano, a artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1998.

As regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas.⁶⁷

A região é um efeito histórico e geográfico de domínio de um território e é dotada de historicidades específicas, transformações sociais das pessoas que lhe dão suporte ao longo do tempo. A região espacial do norte paranaense foi pouco a pouco se transformando, as terras roxas iam se alterando em uma grande área verde, tomada pelas plantações de pés de café.

Em 1950 esgotaram-se as terras disponíveis no norte novo e uma década depois as terras do norte novíssimo também se esgotam. A produção do café foi um forte contribuinte para a ocupação do norte do Paraná e grande motivador econômico desse estado e do Brasil. Para os governantes da época, produzir o café no Paraná era garantia de desenvolvimento ao estado.

A produção da lavoura de café em São Pedro do Ivaí se desenvolveu no final da década de 1949. Segundo Luiz Gonzaga Rainato⁶⁸, “em 1949 iniciou a derrubada da Mata na Fazenda Barbacena para o plantio do café”, iniciando assim, a corrida para plantar o café. São Pedro do Ivaí surge em um período que a cafeicultura passa por uma modesta valorização no mercado internacional.⁶⁹

Segundo os estudos de Nildo Aparecido Melo,

O período de 1946 a 1961 foi caracterizado pela industrialização substitutiva de importações e por uma revalorização do café no mercado internacional, apoiado em políticas cambiais de sobrevalorização da moeda nacional, da concentração da industrialização no Sudeste e na valorização do café paulista-paranaense, desencadeando a hibernação da política de diversificação de produtos e regiões do período anterior⁷⁰.

Os estudos de Cancian apresentam uma lavoura em 1940 diante de um declínio, sendo que após seis anos a cultura torna a ser valorizada. Assim, é compreensível a pressa que os novos moradores da recém-criada cidade tinham em plantar o café, pois era necessário

⁶⁷ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun., 2008, p. 58.

⁶⁸ RAINATO, Luiz Gonzaga. *A história do município*, Londrina- Paraná, 1997, p. 13.

⁶⁹ Idem. *Op.cit.*, Loc. cit.

⁷⁰ MELO, Nildo Aparecido. *Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa vilas rurais no norte do Paraná*. geoAtos—Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia da FCT/UNESP. Presidente Prudente, n.11,v.1,p. 58-76, jan/jun.,2011, p. 62

aproveitar o despertar da valorização da lavoura⁷¹. Portanto, fica clara a intenção e a expectativa de melhora de vida que impulsionavam as pessoas a se deslocarem com suas famílias para as terras do norte do Paraná, rumando ao povoado que levaria o nome de São Pedro do Ivaí.

1.4 A construção do Norte Pioneiro

Grande parte das cidades do norte do Paraná tem sua formação explicada por meio da lavoura cafeeira, sendo o cultivo desta a principal atividade econômica pelo qual justificou-se o acelerado desmatamento da região em finais do século XIX - que representa “historicamente uma fase [...] do roteiro do café, acompanhando o café e sendo este acompanhado pelas mesmas populações que o cultivavam desde o vale do Paraíba”⁷², mesclando-se um grande contingente populacional formado tanto por imigrantes como por migrantes.

É o caso da formação do município de São Pedro do Ivaí, cujos pioneiros foram pessoas oriundas de diversos estados e localidades do Brasil, como São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e de cidades como Ibitiporã. A formação do Norte do Paraná nos faz analisar a atitude de Zacarias de Goes e Vasconcelos que no ano de 1892 solicita “ao Congresso uma lei de terras que pudessem prevenir a invasão dos paulistas, plantadores de café”⁷³. Curiosamente, o presidente só fez esse pedido trinta anos após o início desse processo, pois desde 1862 os paulistas e mineiros já adentravam a região.

Conforme a geógrafa e historiadora Cecília Maria Westphalen:

Aí apareceram as cidades de Tomazina, Colônia Mineira (hoje Siqueira Campos) e Jacarezinho, a qual depois de 1910, se tornou o centro da região. A ocupação dessa área se estende até as margens do Tibagi e se completa no decênio de 1920⁷⁴.

Dessa maneira, o norte do Paraná se expandiu, chamando a atenção pela qualidade das terras e as possibilidades de ganho sobre elas, o que motivou os colonizadores e colonos que também se encontravam ao lado esquerdo da margem do Tibagi. Em 1919, através das

⁷¹ CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense- 1900/1970*. Curitiba, Paraná, 1981.

⁷² MACHADO, Brasil Pinheiro. et.al. *História do Paraná*. Curitiba, Paraná. 1969, p. 26.

⁷³ WESTPHALEN, Maria Cecília; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. *Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno*. Boletim da UFPR. Departamento de História. Curitiba. n 7, 1968, p. 02.

⁷⁴ Idem. *Op.cit.*, p.03.

“companhias colonizadoras Corain e Cia., e Leopoldo de Paulo Vieira”, inicia-se com sucesso a fundação da cidade de “Primeiro de Maio e Sertanópolis”⁷⁵.

Em 1924, Simon Joseph Fraser, conhecido como Lord Lovat, que tinha experiência com a colonização agrícola por meio de empreendimentos de “colonização agrícola na Austrália e na África”, através da “Missão Montagu”⁷⁶ veio analisar o potencial das terras do Norte do Paraná. Ao constatar altas perspectivas de lucro através do loteamento das terras, em 1927 negociou com o governo do estado a venda de “cêrca de 500.000 alqueires, situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí”, sendo fundada a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).⁷⁷

Segundo Ana Cleide Cesário, em função de sua experiência tanto no mundo dos negócios quanto no da política internacional, Lovat soube identificar a possibilidade de lucro através do empreendimento imobiliário no Norte paranaense:

Lord Lovat, cujo nome era Simon Joseph Fraser, preencheu o vácuo de 4 anos realizando negócios diretamente com o governo do estado. Sabia ele, com a sua vasta experiência no mundo dos negócios e de política internacional, que mudanças sócio-econômicas estavam em gestação no Brasil. A carência social e econômica da época, bem como a concessão de benefícios do governo paranaense, fizeram de Lord Lovat, com capital inglês na mão e dispendo de condições objetivas favoráveis, o personagem que viabilizou o sucesso do empreendimento imobiliário⁷⁸.

Foi elaborado e executado pela “Paraná Plantation Limited, a Companhia de Terras Norte do Paraná”, juntamente com a “Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná”, um “plano de colonização das terras obtidas do Govêrno paranaense”. Estas terras foram devidamente divididas em lotes e, a partir daí, foi construída a ferrovia, iniciando-se o processo de fundação das cidades - entre elas, a cidade de “Londrina, centro da região chamada do Norte Novo, fundada em 1931, e Maringá, fundada em 1947”⁷⁹. Em 1934, Londrina torna-se um grande polo “tendo em sua volta”, dentro de 15 anos, “mais de duas dezenas de núcleos novos”⁸⁰.

⁷⁵ MACHADO, Brasil Pinheiro, et.al. *História do Paraná*. Curitiba, Paraná. 1969, p. 215.

⁷⁶ WESTPHALEN, Maria Cecília. MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. *Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno*. Boletim da UFPR. Departamento de História. Curitiba. n 7, 1968, p. 3.

⁷⁷ MACHADO, Brasil Pinheiro, et.al. *Op.cit.* Loc.cit.

⁷⁸ HOFF, Sandino. A ocupação do norte. PAZ, Francisco, (org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: 1991, p.31.

⁷⁹ WESTPHALEN, Maria Cecília; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. *Op. cit.*, Loc, ci.

⁸⁰ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia Periférica: o caso do Paraná*, 2006, p. 144.

O crescimento rápido do chamado norte do Paraná chama a atenção, sendo que “a um estudioso de movimentos ocupacionais ou de frente pioneiras de ocupação territorial, não pode passar despercebido o fenômeno ‘Norte do Paraná’”⁸¹. Nos “anos quarenta e cinquenta”, o estado oferecia aos “imigrantes condições favoráveis para a aquisição de terras e uma eventual prosperidade econômica, com seus programas de colonização bem definidos e organizados”⁸².

O Norte do Paraná, na perspectiva do historiador Rene Mussalan “é, realmente, uma zona pioneira. Isto porque, em nenhuma região do país, ocorreu um processo de povoamento e expansão da agricultura de forma tão rápida e de efeitos tão surpreendentes”⁸³.

Seguindo a perspectiva de Leo Waibel:

De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um boom ou rush. Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam a terra quase da noite para o dia, em um espírito de arrôjo e de otimismo invade toda a população. Sômente estas zonas pioneiras dinâmicas são o assunto de meu trabalho e, somente elas podem ser comparadas com as zonas pioneiras do Middle West dos Estados Unidos.⁸⁴

Dessa maneira, observa-se como a questão de zona pioneira se concretiza no norte do Paraná através da movimentação de pessoas em busca de um pedaço de chão para cultivarem suas lavouras, em especial a de café. Após Apucarana e Araçongas entrarem no movimento ocupacional do norte do Paraná, a companhia agenciadora inicia um planejamento das cidades que seriam construídas em torno de centros maiores como as cidades de Londrina, Apucarana e Araçongas. O objetivo era “instalar entre” esses centros “várias cidades pequenas, distanciadas mais ou menos 15 quilômetros uma da outra”⁸⁵.

⁸¹ PADIS, Pedro Calil. *Op. cit.*, p.129.

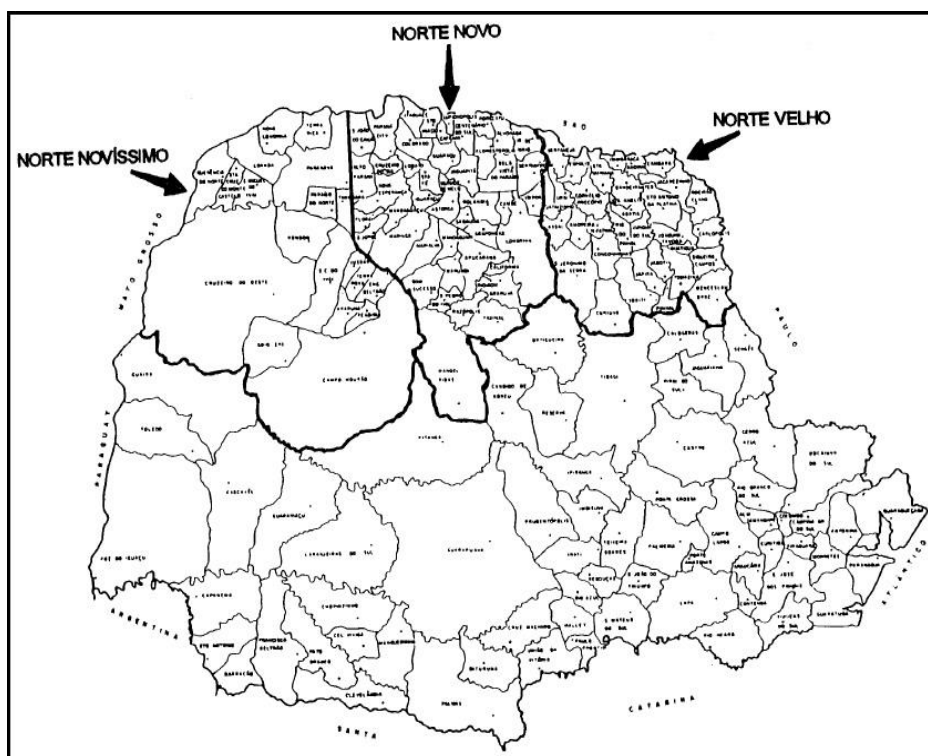
⁸² SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, Catherine et.al (org.) *Fronteiras*. Brasília: EdunB, 1988, p. 19.

⁸³ MUSSALAN, Rene. *Norte pioneiro do paraná formação e crescimento a t r a v é s dos censos*, 1974, p. 16.

⁸⁴ WAIBEL, Leo. *As zonas pioneiras no Brasil. Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Trad. Walter A. Egles. 2 ed. Rio de Janeiro: SEPLAN/IBGE, 1979, p. 266.

⁸⁵ PADIS, Pedro Calil. *Formação de um Economia Periférica: o caso do Paraná*. Curitiba, Paraná. 2006, p. 145

Figura 1: Expansão da cafeicultura



Fonte: Pedro Calil Padis, 1981, p. 148.

O processo de expansão da lavoura cafeeira paranaense, como ilustrado na imagem acima, foi em grande medida responsável pelo surgimento de várias regiões, sendo justamente por meio deste explicada a formação do município de São Pedro do Ivaí.

Assim, inicia-se uma grande movimentação (um *boom*) de pessoas, vindo de várias regiões do Brasil, atraídas por melhores perspectivas de vida. Podemos verificar essa situação com a citação a seguir de Cecília Maria Westphalen que explica:

Vieram colonos de todo o Brasil, desenvolvendo grande riqueza agrícola que, embora tivesse seu ponto de apoio na cultura cafeeira, expandiu-se com a pequena propriedade e com a policultura. O geógrafo Pierre Monbeig, estudando a colonização do Norte do Paraná, em face da colonização do Oeste de São Paulo, assim caracterizou aquela: “É também uma colonização-- não mais de franco atiradores ou de associações de famílias – mas do tipo de economia capitalista moderna”⁸⁶.

Para evitar as ações dos “grileiros” e intrusos que invadiam e se apropriavam das terras, a “Companhia de Terras Norte do Paraná”, juntamente com o governo de estado da

⁸⁶ WESTPHALEN, Maria Cecília; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. *Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno*. Boletim da UFPR. Departamento de História. Curitiba. n 7, 1968, p. 3.

época (1930), realizou uma divisão das “terras devolutas, na região do chamado Norte Novíssimo” dando início à “colonização” através da “venda de lotes agrícolas”⁸⁷. Quando a CTNP decidiu lotear as terras em 1925 e em 1929, deu-se início à colonização do norte do Paraná, que “havia procedido à expulsão de índios e caboclos”⁸⁸.

Dessa maneira, foi a custas de muitas vidas que as terras do norte do Paraná foram loteadas. Em 1931 ainda existiam áreas não ocupadas no denominado “Paraná Velho”, e através da “Brazil Tokushoku Kaisha (Bratac)” e da “Nambei Tochikubushiri” fundou-se as cidades de Assaí e Uraí que tinham como “base econômica [...] o algodão”; um aspecto marcante dessas cidades foi a forte presença de imigrantes japoneses.⁸⁹

Em 1937, a CTNP já tinha loteado “as terras que iam além de Apucarana até o rio Ivaí”⁹⁰. O êxito no avançar das novas terras dá indício dos lucros que a CTNP estava obtendo, já que os políticos da época davam respaldo às ações da Companhia de Terras.

Conforme Ana Cleide Cesário:

O interventor Manoel Ribas, possuidor de um estilo de governo marcadamente pessoal, visitou seguidamente o Norte do Paraná durante os treze anos em que dirigiu o estado e manteve uma eficiente ligação com a Companhia de Terras Norte do Paraná. Foi, inclusive, o responsável pela construção da rodovia do Cerne, que ligou Curitiba ao Norte do estado.⁹¹

Portanto, o bom relacionamento da CTNP com as autoridades políticas da época contribuiu para o êxito de sua empreitada no norte do Paraná. A CTNP tinha interesses imobiliários, e em virtude desses, ao perceber a perspectiva de valorização das terras em razão da ferrovia São Paulo-Paraná, buscou imediatamente concluir, com capital inglês, o projeto iniciado pela Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Nesse campo, o da construção de ferrovias, os ingleses tinham “experiência em todo o mundo”⁹².

Nelson Dacio Tomazi apresenta que:

A Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná estava à sua disposição, pois os fazendeiros que a tinham iniciado não possuíam mais capitais para

⁸⁷ Idem. *Op. cit.*, Loc. Cit.

⁸⁸ HOFF, Sandino. A ocupação do norte. PAZ, Francisco, (org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba-Pr. 1991, p. 27- 28.

⁸⁹ A Bratac e a Nambei Tochikubushiri eram companhias de terras que utilizavam de capital japonês para o desenvolvimento de suas atividades. PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*. Curitiba, Paraná. 2006, p. 90 e 141.

⁹⁰ HOFF, Sandino. A ocupação do norte. PAZ, Francisco (org.). *Cenários de Economia e Política: Paraná*. Curitiba-Pr. 1991, p. 27.

⁹¹ CESÁRIO, Ana Cleide. Norte Novo- A expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. PAZ, Francisco (org.). *Cenários de Economia e Política*. Paraná. 1991, p. 45.

⁹² TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná, Histórias e Fantasmagorias*. Curitiba, Paraná. 1997, p. 185.

continuar as obras e ampliá-la em direção ao rio Tibagi. Assim, a CTNP conseguiu "comprar" a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (CFSP/PR).⁹³

Dessa maneira, conforme as análises do autor, os ingleses tinham grande interesse na ferrovia e ela não foi vendida e, sim, “doada”. Tomazi ainda conclui afirmando que os ingleses já tinham conhecimento dos potenciais lucros que poderiam obter no norte do Paraná e “já haviam tido interesse em melhor conhecê-lo”⁹⁴. Portanto, percebe-se um esquema bem organizado para a CTNP alcançar o bom êxito da missão da comercialização das terras do norte do Paraná.

A imprensa escrita da época, pelo que se pode observar, contribuiu para o sucesso, diríamos assim, das vendas dos lotes e da expansão da cafeicultura sobre o norte do Paraná.

As imagens que serão apresentadas a seguir, neste capítulo, demonstram como a imprensa escrita foi usada no processo de divulgação e comercialização das terras do norte do Paraná. Mostram também a utilização da propaganda em prol da promoção das terras da região norte do estado, sempre associadas à riqueza e produtividade, características da terra roxa. A CTNP, em suas propagandas de comercialização das terras do norte do Paraná, vendia a imagem da localidade como a “Terra da Promissão”⁹⁵.

Jean-Marie Domenach, em sua obra *A Propaganda Política*, entende que “ao mesmo tempo que aumentam as tiragens, bem como sua influência, os jornais tornam-se “negócios” a serviço do capitalismo ou do Estado e dependem de agências de informações, igualmente controladas”⁹⁶.

José Miguel Arias Neto, em sua já citada dissertação de mestrado, faz uma análise sobre a propaganda que foi uma ferramenta de comercialização dos terrenos do norte paranaense e colaboradora desse fluxo migratório ocorrido no estado.

A propaganda atraiu também brasileiros de todos os Estados, mas especialmente do centro-sul (São Paulo e Minas) e do nordeste, os grandes focos de tensões econômicas e sociais do período. E quando vieram, fixaram-se predominantemente no campo⁹⁷.

⁹³ Idem. *Op. cit.* Loc. Cit.

⁹⁴ Idem. *Op. cit.*, p. 186.

⁹⁵ ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da Política no Norte do Paraná- 1930/1975*, Londrina, Paraná, 1993.

⁹⁶ DOMENACH, Jean-Marie. *A Propaganda Política*. Tradução de Ciro T. Pádua. São Paulo. Difusão Europeia do Livro. 1955, p. 17.

⁹⁷ ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da Política no Norte do Paraná- 1930/1975*, Londrina, Paraná, 1993, p. 25.

A CTNP investia fortemente em propagandas para alcançar o objetivo de comercialização das terras do norte do Paraná sempre apontando a região do estado como "(...) um Eldorado, onde não há minas de ouro, mas onde se faz ouro de tudo"⁹⁸.

Observa-se nas propagandas a exaltação à qualidade das terras. Na imagem abaixo observamos um anúncio sobre as facilidades de pagamento das terras adquiridas e que essas eram livres de pragas, e as mesmas eram terras roxas. No final do cartaz de propaganda o anunciante assegura que: “quem adquirir um lote de terras da Companhia pode ter certeza que plantando dá... dá e colhe com abundância: café, milho, algodão, arroz, feijão, batata, etc”. As imagens a seguir nos permitem notar o teor das publicidades em relação às vendas dos lotes de terras do norte do Paraná.

Figura 2: Propaganda das terras do norte do Paraná

Paraná-Norte
Director-Proprietario: H. FUGGARI COUTINHO
Dr. João Figueiredo
Cidade de Curitiba e seu
Distrito - Foz de Iguaçu - Ponta Grossa
Coritiba - Paraná - 1938

ANNO IV — Londrina, 3 de Abril de 1938 — NUM. 181

TERRAS ROXAS MAGNIFICAS
E
Livres do flagello da saúva
Em clima esplendido • Altitude propria para café
AGUAS PURISSIMAS
Optimas rodovias com acesso para todos os lotes vendidos e por vender
INVEJAVEL SERVICO DE OMNIBUS
A MAIS ESTUPENDA RESERVA DE TERRAS ROXAS DO BRASIL

Comp. de Terras Norte do Paraná
VENDAS COM FACILIDADES NO PAGAMENTO

Sede: **LONDRINA**
(100 Norte de R. Paraná)
C. F. S. Paulo-Paraná

ENCOMENDAS CENTRAIS
S. PAULO
Rua 3 de Dezembro 45-2ª andar
Ca. postal 871-Edif. Tupy, Garante

Quem adquire um lote de terras da Companhia pode ser a certeza de que
plantando dá...
Dá e colhe com abundancia: café, milho, algodão, arroz, feijão, batatas, etc.
Londrina, sede da Comp. é uma cidade de Jardim e já possui 1.500 casas e agua encanada; é sede de colheitas, etc. Além disso tem o seu centro commercial da primeira ordem.
Adquire um lote, quanto antes, e obter sua independencia economica. Ha terra boa para todos. Desde o pequeno agricultor ao fazendeiro mais opulento.
No Norte do Paraná, onde ha futuro immenso para todos, terra esplendida e que recompensa prodigiosamente os que trabalham.

Fonte: disponível em:

<https://museu.mediasystems.com.br/uploads/itinerante/arquivos/Catalogo_Caravana_80_anos.pdf>
Acesso em 08/09/2018.

⁹⁸ Idem. *Op. cit.*, p. 62.

Figura 3: Ampliação do final do cartaz representado na imagem 2



Fonte: disponível em:

<https://museu.mediasystems.com.br/uploads/itinerante/arquivos/Catalogo_Caravana_80_anos.pdf>
Acesso em 08/09/2018.

Observa-se que existe na imagem da propaganda de terras uma exaltação a Londrina, cidade que está localizada no norte do Paraná. Também é notório o reforço no cartaz que a terra “recompensa prodigiosamente os que trabalham” ou seja é a nova Canaã, é a terra prometida que os que almejam riquezas buscam. Evidentemente percebe-se nessas imagens o envolvimento da imprensa escrita na divulgação do progresso, dessa maneira essas propagandas estimulavam o imaginário daqueles que as liam, logo era despertado nesses, o desejo de adquirir essas terras para que através delas alcançassem um futuro promissor. Claro, que há também nessa imagem a exaltação de recompensa aqueles que trabalham, como sendo uma ferramenta de incentivo a exploração das novas terras, já intituladas de férteis.

Atrelando a cultura do trabalho, Edward P. Thompson escreve;

[...] não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com muito cuidado os seus componentes: ritos modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.⁹⁹

⁹⁹ THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura Popular Tradicional*. São Paulo 1998, p.22.

Nesse feixe vem a propagação das terras e da cultura do trabalho que, conforme pode-se analisar nos entrevistados de São Pedro do Ivaí, foi passado de geração a geração. No cotidiano podemos observar que a imprensa, seja ela escrita ou televisiva, exerce grande influência na formação de opiniões da sociedade e, de certa maneira, desempenha um controle sobre a população. Assim é preciso clareza para que seja abandonada a ideia de que “o jornal cumpria a nobre função de informar ao leitor o que se passou, com rigoroso respeito à ‘verdade dos fatos’”¹⁰⁰. No caso da imagem abaixo, trata-se de uma propaganda das terras do Norte do Paraná. O intuito é agilizar o processo de comercialização dessas.

Figura 4: Altura dos pés de cafés

CONSTRUA SEU LAR EM ZONA PROGRESSISTA

É quasi proverbial a riqueza e fertilidade das terras zonas apuradas, pertencentes à **COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ** onde existem em grande abundância os melhores padrões de terra como os apurados à Figueira Branca, Jangada, Palmotó, Jabumacá, Castanheira de melão legum, Uruga e outros, além de madeiras de lei como sejam: Peroba, Cedro, Canjuruá, Pau Marfim e outras.

Essa Zona Privilegiada pela natureza é dotada de clima irregular e saluberrimo.

CAFFEEIRO CARACTERISTICO DA FERTILISSIMA ZONA NORTE DO PARANÁ

Para as terras desta Companhia tem imigrado grande numero de familias, as quais confiam na fertilidade dessas terras e no progresso ininterupto da COMP. FERRO-VIARIA S. PAULO - PARANÁ, em infatigavel collaboração com esta Comp. já estão formando santeiros de sitios e fazendas, convictos da prodigalidade das terras e dos lucros compensadores que lhes auferirao futuramente.

Nas terras da Companhia é facultado o plantio de cafeeiros, nos termos do Decreto Federal, de 19 de Dezembro de 1932.

A COMP. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Já iniciou a venda em LONDRINA de terras da 3.ª parte dessa FUTUROSA CIDADE GIGANTE DO NORTE DO PARANÁ

LONDRINA já é circundada por mais de 750 sitios formados e em plena formação, existindo allí installações de agua, luz electrica e telephone, no momento só para as depósitos da Companhia, mas, com recursos e projetos já executados para servir toda a população, esperando dar inicio brevemente a todos esses melhoramentos. Além disso possui um matadouro construido com todo o cuidado afim de assegurar o maximo conforto e hygiene, possui mercado e um hospital perfeitamente mantido, com medicação de grande capacidade, e pratica local, enfermeiras e pharmacia, apesar da sua salubridade.

Solicitem informações detalhadas do agente autorizado DR. WALDOMIRO LINDBERG, ex de sua est-agente nesta cidade

Fonte: disponível em

<https://museu.mediasystems.com.br/uploads/itinerante/arquivos/Catalogo_Caravana_80_anos.pdf. Acesso em 08/09/2018>

¹⁰⁰ MARTINS, Ana LUIZA; LUCA, Tania Regina(org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012, p. 71.

As terras do norte do Paraná se tornaram um negócio rentável à CTNP. A companhia adquiriu terras do governo do Estado por uma quantia de “20 mil réis por alqueire paulista”¹⁰¹. Esse valor seria hoje, aproximadamente R\$ 2.460,00 o alqueire.¹⁰² Passada uma década e meia, ela negociava esses terrenos no valor de “500 mil-réis”¹⁰³. Em 1950, já sob a administração da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), o valor das terras dessa região do estado começa a sofrer uma desvalorização, chegando a custar “10 mil cruzeiros” por alqueire, sendo “quinze vezes o salário mínimo fixado para a região” e “oito vezes o estabelecido para a cidade de São Paulo”¹⁰⁴. Nesse sentido, os interessados pelas terras do norte do Paraná poderiam comprar no caso, “três alqueires, por 30 mil cruzeiros” e pagar em “48 prestações, o que significava pouco mais que um salário mínimo por mês”¹⁰⁵. Com a baixa do valor das terras os cidadãos poderiam adquirir seu pedaço de chão para cultivar suas lavouras vivendo da renda que poderiam alcançar nas atividades agrícolas.

No setor econômico do norte do Paraná havia perspectivas interessantes. Em primeiro lugar, “as atividades da lavoura desenvolveram-se numa estrutura fundiária baseada nas pequenas e médias propriedades”¹⁰⁶. Ademais, os lucros ficavam por conta do “volume da produção de determinados bens”¹⁰⁷, sendo “responsáveis por considerável parcela da renda gerada no Estado”¹⁰⁸. Quando se busca a história do norte do Paraná, automaticamente vem à memória a lavoura de café, e essa cultura “perpassou com importância a vida dos primeiros colonos do Norte do Paraná”¹⁰⁹.

Priori faz uma definição o que seria para ele o norte do Paraná;

Diante desses esclarecimentos, o que então seria a região Norte do Paraná? Considera-se como Norte do Paraná a região onde a partir dos anos quarenta constitui-se a mais nova civilização do café, assumindo

¹⁰¹ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná.*, Curitiba, Paraná. Secretaria da Educação e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981, p. 106.

¹⁰² DINIZ, Bruno. *Conversão hipotética dos Réis para o atual Real.* Disponível em <http://diniznumismatica.blogspot.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>. Acesso em 30 de Jun. 2019.

¹⁰³ Idem. *Op. cit.* Loc. cit.

¹⁰⁴ Idem. Idem. *Op. cit.* Loc. cit. Seguindo o raciocínio de Diniz (2015) o valor de 10 mil cruzeiros, seria equivalente a R\$ 1.230.00 o alqueire.

¹⁰⁵ Idem. Idem. *Op. cit.* Loc. cit.

¹⁰⁶ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná.* Curitiba, Paraná. Secretaria da Educação e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981, p.105.

¹⁰⁷ Idem. *Op. cit.* Loc. cit.

¹⁰⁸ Idem. *Op. cit.*, p. 153.

¹⁰⁹ MIRANDA, Danilo Eduardo Pinto de; BOTTON, Fernando Bagiotto. A memória do café: o olhar fotográfico de Haruo Ohara. *Ateliê de História UEPG*, v. 5, 2017.

importância fundamental na economia do país, não só por ser gerador de capital, mas também de emprego e mão de obra.¹¹⁰

O autor apresenta que o Paraná passou a ser a mais nova civilização do café. Porém, nesse cenário existiram outras culturas como o “rami”, a hortelã e a mamona, que contribuíram com a economia paranaense.¹¹¹

Segundo estudos do economista Pedro Calil Padis:

[...] ao rami, foi no norte paranaense que se obteve, nesse quinquênio, praticamente a virtual totalidade da produção do Estado (95 por cento) [...] Nos primeiros anos da década dos sessenta o Estado produziu uma quantidade considerável de “85 por cento de hortelã, 99,5 por cento da mamona e metade da soja foram obtidos nessa região. Cumpre ressaltar que a produção desses itens é fenômeno mais ou menos recente no Paraná”. [...] no quinquênio de 64/68 a produção de mamona e soja sofreram consideráveis aumentos ano a ano.¹¹²

Maria da Anatividade de Andrade, em entrevista, rememora que o município em questão, além de cultivar a cafeicultura, também contava com a produção da lavoura do rami e da hortelã e, segundo ela, após a geada negra de 1975, trabalhar nessa cultura foi à alternativa que teve. O trabalho no rami era perigoso, e a Sra. Maria descreve que presenciou alguns acidentes e cita um determinado indivíduo que passou por uma amputação de um dos braços no manejo com a lavoura. Segundo os entrevistados, o período de cultivo do rami no município foi curto.¹¹³

Outro aspecto que chama atenção é a produção do trigo no município, que foi bastante expressiva tanto em área de cultivo como em rendimentos. A tabela a seguir demonstra que a lavoura estava presente no levantamento de culturas temporárias do município; isso foi constatado nas documentações que tivemos acesso pela Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí - no caso, trata-se de um levantamento realizado pelo IBGE de 1975.

¹¹⁰ PRIORI, Angelo. *A legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais do Norte do Paraná (1956- 1963)*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Assis, 1994, p. 8.

¹¹¹ CASTRO, Guilherme Augusto Paiva. Revista Bragantia. *Revista Científica do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo*. Vol. 35, Campinas, dezembro de 1976. N.º40. Define o rami (*Boehmeria nivea Gaud.*), como uma planta da família das urticáceas, tem uma das melhores fibras têxteis que se conhece. Sendo individualmente uma das mais longas e resistentes fibras vegetais, além de possuir fineza desejável vem sendo utilizada, através dos séculos, para os mais diversos fins. Assim, em forma de fios são utilizados na confecção de tecidos, desde os mais finos (cambraias) até os mais grossos (lonas). São utilizadas ainda, na fabricação de cordas, cordéis, barbantes e, nos últimos anos, como matéria-prima para a confecção de tecidos de anagem, cortinas e tapetes.

¹¹² PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná*. Curitiba, Paraná. Secretaria da Educação e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 198 , p.159-160.

¹¹³ ANDRADE, Maria da Anatividade. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Mar. De 2014.

Tabela 1: Culturas temporárias do município, 1975.

Produto Agrícola	Área Colhida (HA)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (KG/HA)	Valor Mil Cruzeiros
Alfafa Fenada	7	26	3.714	13
Algodão Herbáceo (em caroço)	1.000	1.898	1.898	3.796
Amendoim (em casca)	120	220	1.833	220
Aveia	1.320	2.214	1.677	3.321
Cana para forragem	80	3.200	40.000	128
Fumo (em folhas secas)	3.600	3.159	877	4.738
Mamona	120	223	1.858	156
Mandioca	43	968	22.511	123
Melancia	2	4	2.000	7
Milho	6.000	12.240	2.040	6.120
Rami (em fibras secas)	400	960	2.400	2.112
Trigo (em grão)	1.680	1.892	1.126	3.159

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí (2014)

Dessa maneira, os agricultores encontravam nas culturas temporárias o suporte para a manutenção as suas famílias. Dentro do quadro de produção agrícola, percebe-se também uma diversificação na produção agrícola local. Já no quadro a seguir procurou-se demonstrar as culturas permanentes do período.

Tabela 2: Culturas permanentes do município, 1975.

Produto Agrícola	Área Colhida (HÁ)	Quantidade Produzida (1.000 Frutos)	Rendimento Médio (Frutos/HA)	Valor Mil Cruzeiros
Banana	6	6	1.000	48
Café	3.437	5.155	1.499	32.321
Laranja	15	722	48.133	108
Limão	1	22	22.000	2
Tangerina	2	122	61.000	14

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí (2014)

As tabelas evidenciam o destaque do café, porém, não era absoluto na economia do município, já que o plantio de outras culturas intercalava as plantações dos cafeeiros.

Em relação à cultura da lavoura cafeeira, Sandino Hoff apresenta que, para o governo paranaense, a melhor saída naquele momento era o trabalho familiar e que esse era suficiente para manter os trabalhos de expansão do cultivo da cafeicultura, com o foco na exportação dos grãos de café.

A política agrária do governo paranaense, para quem estava claro que somente a produção familiar, com sua jornada de trabalho prolongada e intensificada, conseguia, na época, transformar as matas em cafeeiros produzindo grãos para a exportação.¹¹⁴

O entrevistado Sr. Alécio Bianchini relata-nos que em sua propriedade o cultivo do café era de responsabilidade de toda a família. Eles não contratavam a mão de obra externa para limpar, rastelar ou para a colher os grãos de café.¹¹⁵

Conforme os testemunhos orais, quando se faz menção aos trabalhadores rurais¹¹⁶, estes são identificados como homens do campo que, com coragem, adentraram as terras da localidade ivaíense. O trabalhador rural muitas vezes é caracterizado como aquele indivíduo que, de certa forma, está à margem da sociedade; sendo ele trabalhador rural e morador da cidade, ou sendo ele homem que vive e trabalha no campo, é “excluído”, sendo que “essa

¹¹⁴ HOFF, Sandino. A ocupação do Norte. PAZ, Francisco (org.). *Cenários de Economia e Política*. Paraná. 1991, p. 35.

¹¹⁵ BIANCHINI, Alécio. 59 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos no ano de 2014.

¹¹⁶ POLIZELO, Pedro de Olindo. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 02 de Set. de 2015 em sua residência.

exclusão define justamente o lugar”¹¹⁷. Assim busca-se entender qual seria o lugar dessas pessoas na história, qual a participação desses trabalhadores na construção do município.

Na atualidade, percebe-se que alguns cidadãos, devido à posse e a comercialização de consideradas extensões de terras, se tornaram respeitados fazendeiros que conseguem altos lucros com o cultivo da soja, trigo e milho. No cenário capitalista em que estamos inseridos, essas pessoas se apresentam e são consideradas *pessoas de visão* - e esse é o caso de alguns dos entrevistados produtores dessas lavouras.

O entrevistado Nelson Pegoraro na época do período estudado não era um grande proprietário de terras, assim como é hoje. Percebe-se que a visão desse entrevistado em relação às adversidades do período, é diferente de outros trabalhadores¹¹⁸, já que relata sobre os impactos negativos causados pela geada negra de 1975 à sua lavoura. Segundo ele, apesar de dificuldades, conseguiu formar a lavoura cafeeira com auxílio de um financiamento. Após verificar os prejuízos causados pela geada, ele foi ao Banco e negociou mais prazo para pagar o financiamento. Observamos na fala do entrevistado a “relações capitalistas de produção do meio rural” que privilegiava aqueles de maior poder de capital já que outro entrevistado, o Sr. Rubens, esposo da Sra. Geni, não teve acesso ao financiamento, por não ter conhecimento dessa opção de apoio aos agricultores de maneira geral.

1.5 São Pedro do Ivaí: Formação e Cafeicultura

São Pedro do Ivaí teve sua formação no ano de 1948 e foi emancipado em 1955. Inicialmente, o município recebeu o nome de Cidade do Ivaí, porém, devido ao fato de haver outro município com esse nome no Paraná, posteriormente foi renomeado como “São Pedro do Ivaí”. As famílias pioneiras chegaram de várias partes do país, como destaca Luiz Gonzaga Rainato: pessoas de Minas Gerais, Pernambuco e também famílias vindas de cidades do norte pioneiro, como Ibiporã, Nova Fátima, Joaquim Távora e outras cidades do estado do Paraná e de São Paulo chegavam à cidade do Ivaí em busca de lotes de terras para o cultivo da lavoura cafeeira.¹¹⁹

O coronel Gabriel Jorge Franco foi o primeiro a lotear as quadras para o projeto de urbanização, também foi ele que nomeou o município de Cidade do Ivaí, o coronel vendeu

¹¹⁷MARTINS, Jose de Souza. *Op. cit.*, p. 25.

¹¹⁸ PEGORARO, Nelson. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos, Jul de 2014.

¹¹⁹ RAINATO, Luiz Gonzaga. *A História do nosso município*, Londrina, Pr. 1997, p. 9. Cidade do Ivaí era o nome da localidade em 1948.

todos os seus lotes ao seu filho, Afonso Junqueira Franco que ampliou mais quadras e iniciou as vendas das datas, Afonso fez uma oferta em dinheiro no valor de 500 cruzeiros velhos para cada comprador que construísse uma “casa de madeira até dezembro de 1950”. Tal atitude animou e fomentou o número de famílias que se instalavam no lugar. Dessa maneira, a população local aumentou consideravelmente. No censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1970, o total de habitantes era de 19.388. Em 1975 realizou-se uma estimativa pelo mesmo instituto que atestou o crescimento populacional para 24.367 pessoas - aumento que se explica, em parte, como um resultado da política de incentivo para as propriedades que cultivavam as lavouras cafeeiras.¹²⁰

Os proprietários de terras e trabalhadores de São Pedro do Ivaí se dedicaram ao cultivo da lavoura até o fim da década de 70. Após a geada negra de 1975, houve a evasão rural e boa parte da população local mudou-se para os grandes centros como Londrina, Curitiba e São Paulo.

A cafeicultura contribuiu significativamente para a formação do município de São Pedro do Ivaí, bem como no desenvolvimento de muitos outros municípios do norte do Paraná. A partir de entrevistas realizadas para o desenvolvimento desse trabalho, percebe-se que as pessoas chegavam ao local com a intenção de cultivar o café. Iniciavam-se as plantações do “ouro verde” e, como afirmou o entrevistado João Bonini, “o pessoal entrou firme no café”¹²¹.

A Sra. Maria da Anatividade de Andrade também expõe que em São Pedro do Ivaí cultivava-se apenas o café, ou seja, era a lavoura de destaque nesse cenário: “aqui, só era café, só plantava café”¹²². Em paralelo com São Pedro do Ivaí, “todo o norte do Paraná foi dominado por verdadeiro mar de cafezais, até meados da década de 1960”¹²³.

Um tipo de fonte que pode ser utilizada para a análise da pujança da cafeicultura em São Pedro do Ivaí é a fonte imagética, que consiste em fotografias tiradas no município no contexto de expansão da cafeicultura. Como é possível observar na imagem abaixo, uma fotografia panorâmica de São Pedro do Ivaí tirada na década de 1960, o cultivo da lavoura cafeeira ocupava grande parte do espaço municipal, pode-se constatar a mescla entre a

¹²⁰ Idem. *Op. cit.* Loc.cit.

¹²¹ BONINI, João. Aposentado. 78 anos. Entrevista Concedida a Eliane Aparecida Miranda. São Pedro do Ivaí, 01 de maio de 2014.

¹²² ANDRADE, Maria da Anatividade de Andrade, entrevista cedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em sua residência em 30/03/2014.

¹²³ CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense -1900/1970*, Curitiba, Pr. 1981, p. 46.

paisagem rural e a urbana, sendo esta última surgida justamente em função da primeira. Na década de 1960 a população local era de 23.000 habitantes.¹²⁴

Figura 5: Foto do município onde se observa ao fundo o cultivo da lavoura cafeeira



Fonte: disponível em: <<http://saopedrodoivaihistorico.blogspot.com/p/fotos-historicas.html>>

A população total do município no ano de 1970, segundo o IBGE, era de 19.388 habitantes, sendo que 15.894 moravam na área rural, sendo então 3.494 habitantes da área urbana; assim fica clara a imagem que demonstra uma região de predominância rural, onde ao redor da cidade está uma lavoura cafeeira. Atualmente vemos uma realidade inversa à da década de setenta do século passado, podendo se observar uma mudança drástica nessa questão: em uma população de 10.167 habitantes do município, 8.044 pessoas habitam na área urbana de São Pedro do Ivaí e 2.123 habitantes moram da zona rural.¹²⁵

Ao analisar as fotos referentes ao cultivo da lavoura de café ou da geadá negra, procuramos tratar essas imagens não somente como uma “mera ilustração”, mas como uma fonte que permite visualizarmos como esse município esteve fortemente ligado à cafeicultura, “sendo uma forma importante de evidência histórica”¹²⁶.

¹²⁴ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1960.

¹²⁵ Idem. *Op.cit.*

¹²⁶ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. História e Imagem*. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniele Aarão Reis Filho. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 17.

Um grande obstáculo ao historiador é o acesso às fontes, ora pela sua escassez, ora por elas pertencerem a acervos particulares.

Para Boris Kossoy:

Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. [...] Toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho.¹²⁷

As fotografias passam a ser uma importante fonte ou objeto à historiografia, em especial quando nos deparamos com insuficiências de fontes de determinadas temáticas e períodos. Embora os trabalhadores do município não tivessem acesso fácil a máquinas fotográficas para registrar esse período da história local, algumas fotografias foram tiradas, sendo, além de um importante registro do município às gerações atuais e as futuras, possíveis fontes a trabalhos historiográficos sobre São Pedro do Ivaí.

1.6 A construção do discurso do progresso e a figura do herói pioneiro

Nesse sentido, constatamos a existência de um discurso marcado pela noção de gratidão histórica, tanto à cafeicultura, símbolo da riqueza da região, quanto ao pioneiro, um herói tido como anônimo, responsável pelos símbolos do município¹²⁸, a exemplo do brasão oficial da cidade.

Nele podemos observar a representação de um ramo de café, que ao ser analisado em conjunto com a cor dourada que se destaca na imagem, evoca uma clara alusão ao chamado “ouro verde”, uma denominação que remete à riqueza colhida nos cafezais ivafenses, observa-se também um ramo de trigo, que faz referência a lavoura que já era presente em São Pedro do Ivaí.

¹²⁷ KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*, São Paulo: Ateliê editorial, 2001, p.45-50.

¹²⁸ Tanto o brasão quanto o hino municipal encontram-se disponíveis no site oficial da prefeitura de São Pedro Ivaí: <http://www.saopedrodoivai.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368kcb0&id=1700>. No hino de São Pedro do Ivaí é exaltado a ação do pioneiro.

Figura 6: Brasão de São Pedro do Ivaí



Fonte: Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí.

Em paralelo ao contido no brasão do município, destacamos também um trecho do hino, no qual se enaltece o “ouro verde”: “mas entendo o valor do tesouro, me impulsiona mais força e mais fé, quando o sol em filetes de ouro, tece longos pendões de café”. O brasão do município, já em 1971 aparece os ramos de trigo que fazia parte da cultura temporal do local.

Em outro trecho do hino municipal, podemos constatar a valorização da figura do pioneiro: “minha linda cidade natal, narra a história de braços pioneiros, que sentindo o pulsar do teu chão, arrancaram teu vulto altaneiro, aos mistérios de velho sertão”¹²⁹.

De acordo com o historiador José Miguel Arias Neto, em torno da figura do pioneiro existe a construção de uma narrativa, a qual identifica o homem do norte-paranaense como um desbravador. Como destacado por esse autor:

A representação do pioneiro portava um conjunto de significados distintos: ao mesmo tempo em que era identificado ao pioneiro norte-americano, foi revestido da aura épico-mítica do bandeirante paulista, o que tornou possível a incorporação, em seu conteúdo, tanto da ideia de desbravador,

¹²⁹ Hino Municipal, composto no ano de 1971 pela senhora Vera Vargas e pelo senhor Sebastião Lima. Disponível em <http://saopedrodoivaihistorico.blogspot.com/p/hino-de-sao-pedro-do-ivai-autores-vera.html>. Acesso 10 Jun. de 2019.

como a do fazendeiro de café, representado também como um bandeirante moderno. Essas associações foram facilitadas e mesmo estimuladas pelo amplo significado do termo pioneiro, que é originário do francês – pionnier – e quer dizer: militar, separador, explorador de sertões. O delineamento da figura do pioneiro ocorre, no entanto, dentro de um movimento geral de redefinição espacial, política, econômica e simbólica da região norte do Paraná. Essa redefinição caracteriza a marcha do progresso como a marcha dos cafezais.¹³⁰

Dessa maneira, percebemos que essa representação de pioneiro está imbricada nas representações acerca da cultura cafeeira e os seus símbolos, em São Pedro do Ivaí, foram historicamente arquitetado pela elite dirigente da cidade, em uma busca pela criação de um vínculo com um passado grandioso, representado pelo progresso propiciado pela opulência natural do norte-paranaense, cujo principal símbolo, a terra roxa, acentua uma espécie de especificidade da história do norte do Paraná, protagonizada pelo pioneiro, que figura com o *status* de herói. Nessa narrativa, a cidade de São Pedro do Ivaí é retratada como uma terra privilegiada, um lugar de oportunidades, ou fazendo uso do termo que marca o título do trabalho de Arias Neto, um “Eldorado”¹³¹.

Constatamos, no entanto, que esse tipo de representação é acompanhado pela completa exclusão da figura feminina, constatação essa que motivou a execução do presente trabalho. Portanto discutiremos no terceiro capítulo, qual seria o papel desempenhado pelas mulheres na cafeicultura, entre os anos que a pesquisa trabalha.

Embora seja natural imaginar que essas trabalharam, assim como os homens, nas lavouras, existe uma incógnita acerca da realidade vivenciada pelas mulheres naquele contexto histórico. Preencher, portanto, parte desse vazio historiográfico consiste a tarefa na qual modestamente nos lançamos.

1.7 O labor diário dos Ivaíenses na lida cafeeira

Conforme observado nas entrevistas com os trabalhadores da lavoura cafeeira de São Pedro do Ivaí, o dia a dia dessas pessoas eram intensos devido às atividades na lavoura, que se iniciavam muito cedo. Geralmente às sete horas da manhã as famílias já estavam na roça, lidando com a cafeicultura. A partir das entrevistas, foi possível analisar que, em função dos trabalhos rurais envolverem as famílias, os filhos eram iniciados de forma muito precoce nas

¹³⁰ ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado. Representações da Política no Norte do Paraná - 1930/1975*. Londrina, Paraná, 1993, p. 69.

¹³¹ Idem. *Op.cit.*

atividades da lavoura, herdando de seus pais o conhecimento do trato com a cafeicultura; os filhos que não estivessem envolvidos diretamente com o trabalho nos cafezais ficavam encarregados de levar o alimento aos membros das famílias que estavam em atividade na cafeicultura.

Para Edward Palmer Thompson,

O aprendizado, como iniciação em habitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras junto à mãe ou a avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola.¹³²

A prática do trabalho era transmitida de geração a geração às famílias, assim havia empenho em passar esse ensinamento às crianças. Essa concepção de educar pelo trabalho perpassa o tempo e essa mão de obra não é dispensada na lavoura cafeeira, pois quanto mais braços estivessem disponíveis para a execução das tarefas nas roças de café, mais rápido terminariam a colheita.

Como anteriormente mencionado, o cultivo dessa lavoura passou por várias dificuldades relacionadas às oscilações de preços e as mudanças climáticas, mas conforme os entrevistados, trabalhar na cafeicultura era o que eles sabiam fazer. O entrevistado Sr. João Bonini nos relata que aos 16 anos, já trabalhava na lavoura de café e se orgulha em dizer que aprendeu tudo com o pai.

Já a entrevistada Sra. Zilda Gobeti rememora que, com sete anos de idade, já era responsável por levar o almoço e o café da tarde ao pai e aos irmãos trabalhadores da lavoura de café. Dessa maneira, consideramos que, direta e indiretamente, toda a família se envolvia nas atividades relacionadas ao cultivo dos cafeeiros. Além do mais, as famílias se uniam nas plantações da lavoura, na derriça do fruto, na rastelagem, na abanação e na lavagem do fruto do cafeeiro, enfim, em todo o processo que a colheita do café exige, para obterem lucros e não somente por mera sobrevivência.

A Sra. Geni trabalhou na lavoura cafeeira desde sua juventude. Quando questionada acerca do cotidiano do trabalho vivenciado por ela, a depoente nos relata que possuía uma dupla jornada de trabalho (podemos considerar uma tripla jornada). Pela manhã realizava os afazeres domésticos, preparava o café e cozinhava para sua família. Às 10:00 horas da manhã a entrevistada se dirigia à roça, levando consigo o almoço para seu esposo; permanecia na

¹³² THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura Popular Tradicional. São Paulo, 1998, p. 17.

lavou, onde iniciava sua segunda jornada de trabalho junto ao seu esposo, o Sr. Rubens, ficando no local até por volta das 17:00 horas. Ao retornar ao lar, a Sra. Geni realizava novos afazeres domésticos, lavava a roupa, limpava a casa e lavava a louça, serviços que eram executados à luz de uma lamparina a querosene.

A Sra. Geni nos relata como era sua jornada de trabalho e, como já constatado em sua fala, ela enfrentava uma longa jornada de afazeres, o qual realizava sem receber remuneração direta, uma vez que os trabalhos eram executados de forma coletiva e a renda de sua família era administrada por seu esposo. Nesse sentido, a Sra. Geni não era vista como uma trabalhadora da lavoura, mas sim como uma ajudante. A entrevistada inclusive se autodenomina dessa maneira: “eu ajudava na roça”¹³³.

A auto identificação de suas atividades como uma “ajuda” aponta para um aspecto importante que versa acerca da subvalorização dos trabalhos executados por mulheres, que com descaso são tratados como mera ajuda, que visava suplementar a “renda masculina”, algo reforçado, ainda que de forma inconsciente, pelas próprias mulheres.¹³⁴

Quando questionada acerca dos trabalhos executados na cafeicultura, a Sra. Geni nos relata que “ajudava” em quase todas as funções exigidas no cultivo do café, apenas não “abanava” o fruto, tarefa que era executada com uma peneira, pela qual se buscava separar os grãos de eventuais impurezas, função essa realizada por seu esposo.

Já a entrevistada Sra. Anita Bassanelo afirma que, desde criança, também esteve ligada à cafeicultura, mas de forma indireta, pois ela ficava em casa cuidando dos sobrinhos enquanto as cunhadas iam às roças trabalhar com seus esposos.¹³⁵

1.8 Sistema de trabalho da cafeicultura de São Pedro do Ivaí

No decorrer do trabalho por várias vezes citamos sistemas de relações de trabalho, conforme referência dos entrevistados. Dessa maneira, observa-se que essas pessoas citam os arrendatários, os meeiros e os boias-frias, esse último termo dado ao trabalhador volante, que vende sua mão de obra mais barata e não tem vínculo empregatício com o dono da terra.

No sistema de arrendatário, o proprietário da terra obtinha o lucro da seguinte maneira: o trabalhador arrendava as terras por um período de seis anos, e durante esse tempo o

¹³³ Idem.

¹³⁴ FONSECA, Cláudia. Ser mulher, ser mãe e ser pobre. In: PRIORI, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. Contexto: São Paulo, 2002, p. 517.

¹³⁵ BERBEL, Anita Bassanelo. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 11 de Dez. de 2018.

trabalhador formava as roças de café; na colheita a produção da lavoura era dividida: 60% dos lucros ficavam com o proprietário do lote e 40% com o trabalhador. No sexto ano, as roças eram entregues aos proprietários das terras e o trabalhador cultivava outras culturas ao meio das roças de café como feijão, arroz, melancia, amendoim e milho. Essas lavouras eram usadas para a subsistência desse trabalhador e de sua família, os excedentes eram vendidos para complementar a renda familiar.

Observou-se nas entrevistas com os trabalhadores da cafeicultura em São Pedro do Ivaí que há uma confusão em relação ao sistema de trabalhos da época, onde uns descrevem o sistema de arrendatário e outros o colonato, que, “como a parceria, é tipicamente um sistema de trabalho familiar”. Os fazendeiros preferiam famílias para trabalhar no café, pois essas não abandonariam os trabalhos.¹³⁶ Uma pessoa solteira talvez não permanecesse por muito tempo no local de trabalho.

Os trabalhadores descrevem esse sistema de trabalho somente como arrendatários, relatando a realidade da época, em que as famílias se envolviam nos trabalhos nas roças de café. O sistema de colonato, que aparece nas narrativas de alguns dos entrevistados, foi um sistema adotado nos anos iniciais da formação do município, devido alguns desses trabalhadores serem originários de São Paulo, onde o colonato era uma prática comum.¹³⁷

Verena Stolcke apresenta:

[...] Nos anos 60, quando se diversificaram os produtos de exportação no país. Até então, a política oficial do café, a par com a exploração desenfreada da mão de obra sob o sistema de colonato, o qual permitia aos cafeicultores comprimir fortemente os salários nas baixas dos preços, evidência a continuidade do seu poder político, o qual assegurava uma produção lucrativa do café, apesar das crises recorrentes.¹³⁸

Nesse período em São Pedro do Ivaí, segundo os entrevistados, havia várias fazendas no município que cultivavam a lavoura cafeeira e, por esse motivo, essas mantinham instaladas muitas famílias trabalhadoras da lavoura. Dessa maneira, essas pessoas viveram o período do colonato no município. A cafeicultura exigia uma grande quantidade de pessoas, devido aos processos de trabalho que ela exige, como carpa, poda, limpeza dos troncos da planta e a colheita que era realizada manualmente, lavagem do fruto e o rastelar do fruto no terreirão para secagem.

Verena Stolcke faz uma definição do colonato como sendo:

¹³⁶ STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, Mulheres e Capital [1850-1980]*. São Paulo, 1986, p. 14.

¹³⁷ LOVATO, Leda A. *De como o que o café deu o café tomou*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1992, p. 18.

¹³⁸ STOLCKE, Verena. *Op.cit.*, p. 12.

[...] uma nova forma de remuneração, um sistema misto de remuneração por tarefa e por medida colhida, o colonato. Fórmula que prevaleceria nas fazendas cafeeiras desde os anos 1880 até os anos 60 deste século. Nesse sistema, a carpa do café era paga a um preço anual fixo por mil pés tratados, e a colheita a um preço por alqueire de café colhido.¹³⁹

Esse sistema de trabalho foi adotado no município nas grandes fazendas de café de 1955 a 1960, período este em que a lavoura de café tomou conta das terras da localidade, tornando-se até atrativo para as pessoas que passavam como visitantes em São Pedro do Ivaí, que se deslumbravam com a qualidade dos frutos da planta. Tudo indica que o colonato era um sistema de trabalho explorado em algumas regiões do norte do Paraná até os anos de 1960 do século passado, até a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) pela Lei nº. 4.914, de 2 de março de 1963. Nesse modo de trabalho, o homem, a mulher e os filhos com idade acima de 14 anos são totalmente envolvidos nos processos de produção.¹⁴⁰

Ordalvo Rosseto, morador de São Pedro do Ivaí desde 1960, nos relata que quando seu pai adquiriu a propriedade na qual ele e sua família moram até a atualidade, as terras já eram cobertas pelo café. O entrevistado nos descreve que:

O café era vendido em São Pedro do Ivaí mesmo. A cerealista vinha buscar na propriedade. No caso, o Sr. Mário e Idalino Riciardi, antigos proprietários da cerealista, que venderam para o Sr. Fernando Pionerdo. O café era vendido e o total da colheita era dividido em 60% para o patrão e 40% ao empregado arrendatário.¹⁴¹

Seguindo as narrativas dos entrevistados para a realização da pesquisa, o sistema de colonato foi praticado no município em seu início, quando este contava com algumas grandes fazendas como a “fazenda Barbacena e fazenda São Jorge”, sendo essa última citada por Pedro de Olindo Polizelo e Anita Bassanelo Berbel “como um modelo, onde tinha café de qualidade, em suas terras tinham cafezais vistosos”¹⁴².

Anita ainda nos diz: “foi por causa dos cafezais dessa fazenda que meu pai decidiu vir embora para o Paraná”.

[...] meu pai veio para cá com aquela ilusão do café. Veio, o café da São Jorge. Ele comprou essa terra aqui, ele comprou a terra aqui no Paraná e

¹³⁹ STOLCKE, Verena. *Op.cit* 1986, p. 36.

¹⁴⁰ PRIORI, Angelo. *Legislação Social e Sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais do Norte do Paraná (1953-1963)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Assis. Assis, São Paulo, 1994.

¹⁴¹ ROSSETO, Ordalvo. 74 anos. Aposentado. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 20 de Out. de 2017.

¹⁴² POLIZELO, Pedro de Olindo. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 02 de Set. de 2015.

nós tinha uma fazendinha no estado de São Paulo, aí ele vinha no Paraná pra olhar a terra, né, e passava na Fazenda São Jorge ele quebrava os galhos de café carregado e ponzava bem na mala pra levar pra nós vê e ele veio com aquela ilusão do café, era enorme os pé, nem pra tirar uma fotografia, né, os pés vermelhinho, aqueles pé de café, tudo vermelho, ele veio com aquela ilusão do Paraná e viemos pra cá com aquela ilusão do cafezal.¹⁴³

Semelhante ao relato da Sra. Anita, sobre a migração de muitas pessoas ao Paraná, nota-se que sucessivamente está ligado ao aumento da produtividade cafeeira no estado, “segundo dados do SEP (Serviço Estatístico da Produção), o Paraná plantou 91.000 hectares de novos cafezais entre 1964 e 1966”¹⁴⁴. Mesmo diante a política brasileira de erradicação do café, através do GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura), ainda, nesse período se esperava muito da lavoura cafeeira.¹⁴⁵

O Sr. Pedro de Olindo Polizelo rememora como em sua percepção os imigrantes se comportavam ao chegarem ao Brasil: demonstrando entusiasmo e empenhados a realizar trabalhos com a lavoura cafeeira. O entrevistado se refere aos trabalhadores como *colonos*, termo esse que está ligado a um sistema de contratação da força de trabalho do indivíduo nas fazendas.

Esses colonos foram se adaptando aqui no Brasil muito rápido com muita vontade de trabalhar e aquelas famílias que tiveram bastante coragem mesmo de trabalhar eles chegaram a pegar café na fazenda de meeiro de café, meeiro, ele tocava uma lavoura o ano inteiro sem ganhar nada mais no fim quando ele panhava aquele café se ele colhia lá mil sacas de café, quinhentos ficava pra ele, ele tinha uma renda, então ele tinha um interesse muito grande de trabalhar no café e trabalhar bem [...].¹⁴⁶

Na entrevista, é notória a exaltação ao imigrante como sendo o indivíduo corajoso e motivado pelo trabalho, desenvolvendo bem sua função nas lavouras cafeeiras, mesmo no lugar de empregado nas fazendas. Comportamento esse que pode estar ligado à valorização e ao incentivo dos governantes à vinda dos imigrantes europeus para trabalhar na cafeicultura e em grandes construções públicas.

¹⁴³ BERBEL, Anita Bassanelo. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 11 de Dez. de 2018.

¹⁴⁴ PANAGIDES, Stahis. Erradicação do Café e Diversificação da Agricultura Brasileira. *Revista brasileira de Economia*, v.23, n°1, 1969, p. 52.

¹⁴⁵ Segundo Panagides, (1969, p. 44) GERCA, Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, esse órgão estava ligado ao IBC.

¹⁴⁶ POLIZELO, Pedro de Olindo. 78 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 02 de Set. de 2015.

Muitas pessoas chegaram a São Pedro do Ivaí com a ilusão que iam formar roças de café com lavouras tão produtivas quanto os cafezais das terras da fazenda São Jorge. Essas pessoas não contavam com as dificuldades apresentadas pelos terrenos pedregosos e, sem condições de retirarem essas pedras das terras, muitos venderam seu pedaço de chão e retornaram ao estado natal.¹⁴⁷

O Sr. Ordalvo Rosseto relembra que aquele era um período bom para se viver, considerando-o melhor do que hoje. Para ele, o café não é difícil vender. Ele cultivava o café Catuaí e “desde o mandato do prefeito Figueiredo (1997)” produz o café Iapar 59. Atualmente, segundo o entrevistado, “cultivar o café é mais lucrativo do que cultivar a soja, mesmo vendendo o café mais em conta ainda compensa mais do que outras lavouras”¹⁴⁸.

Os entrevistados relatam que trabalharam no sistema de arrendamento das terras no período de 1960 a 1970. Esse modo de trabalho arrendatário, conforme descrito por Leda A. Lovato em sua dissertação de mestrado, não era comum até 1970, em que predominava a figura do “porcenteiro”, que:

[...] pelo nível de controle sobre o processo de produção, e pela posse de todos os meios de produção, ou seja, ao arrendar a terra o arrendatário tem autonomia para a organização do trabalho e seu compromisso é com o pagamento da parte da renda estipulada no contrato com o proprietário das terras. O porcenteiro tem menor autonomia para decidir o que fazer. Pelo “contrato” são estabelecidas as atividades correspondentes as fases do processo de produção que ele deve desenvolver e que são desenvolvidas sob a fiscalização do proprietário.¹⁴⁹

A entrevistada Maria da Anatividade de Andrade, trabalhadora rural descreve o período cafeeiro no município como um tempo bom, revelando certo saudosismo ao relembrar como os vizinhos sitianteiros eram solícitos entre eles; mas, entre uma fala e outra, ouvimos “foi um tempo difícil e não tínhamos a fartura que temos hoje”¹⁵⁰.

A fala da entrevistada está ligada ao ritmo de vida que essas pessoas enfrentavam, desenvolvendo funções muito duras nos trabalhos braçais e na lida com as terras. Outra questão observada no decorrer da pesquisa foi que os entrevistados assumem uma postura de contentamento e satisfação por terem vivenciado a realidade do município de São Pedro do

¹⁴⁷ POLIZELO, Pedro de Olindo. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 02 de Set. de 2015.

¹⁴⁸ ROSSETO, Ordalvo. 74 anos. Aposentado. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 20 de Out. de 2017.

¹⁴⁹ LOVATO, Leda A. *De como o que o café deu o café tomou*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1992.

¹⁵⁰ ANDRADE, Maria da Anatividade de Andrade, entrevista cedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em sua residência em 30/03/2014.

Ivaí em seus anos iniciais, mesmo que entre uma fala e outra, escape a expressão “era um tempo difícil”¹⁵¹.

Ademais, constatamos que esses cidadãos desfrutavam de certo prestígio e reconhecimento regional por terem atuado como sujeitos na formação da cidade, e por essa razão os depoentes parecem enfatizar as dificuldades enfrentadas. O árduo trabalho cotidiano é ressaltado, destacando a capacidade de superação das adversidades e a robustez de espírito pioneiro, destacando suas contribuições para a localidade.

Em relação ao período da colheita, conforme os sitiantes vizinhos iam terminando a colheita, tinham o costume de ajudar os cafeicultores que ainda pelejavam com o término da colheita da lavoura, sendo como uma ajuda mútua. Esse comportamento é comum em cidades do interior, era como troca de favores, dessa maneira, os cidadãos cultivavam e preservavam a amizade entre a vizinhança. Porém, pontua-se seria isso possível, já que se trata de troca de trabalho, e se porventura, acontecesse algo com uma das partes e não pudesse retribuir o favor, como ficaria essa “amizade”.

A entrevistada Sra. Maria da Anatividade relata que por um período após a geada negra de 1975, ela e sua família trabalharam de boia-fria para vários fazendeiros da época. É louvável a iniciativa dessa mulher de, junto ao esposo, sair de sua casa, bem cedo, de 05:00 a 06:00 horas da manhã, ir para o ponto e esperar o caminhão, subir na carroceria desse, sem segurança alguma para chegar na roça de café e ali trabalhar por dia, exposta a todo tipo de privação e falta de privacidade em relação as necessidades fisiológicas no espaço “roça” desconsiderando tudo isso, para ganhar o sustento da sua família. Mal sabia ela, que em 1973, dois anos antes de sua peregrinação de trabalho, o “Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) era substituído pela Lei n.º. 5889, de junho”; isso ocorreu devido o ETR excluir os trabalhadores “avulsos, volantes ou provisórios de qualquer direito ou benefícios” por completo de qualquer proteção legal, “à exceção do salário mínimo”¹⁵². No ano de “1978, a Lei n.º.6.019 definiu o trabalhador eventual ou temporário como aquele que não ultrapassa noventa dias”¹⁵³. Essa definição colabora com o fazendeiro que trocava o trabalhador fixo que poderia lhe causar transtornos por direitos trabalhistas por trabalhadores eventuais.

Nossos entrevistados citam por vezes o trabalho do bóia-fria e Silva nos descreve perfeitamente sobre essa classificação de trabalhador rural;

¹⁵¹ Expressão frequentemente usada pelos entrevistados, o Sr. João Bonini e a Sra. Maria da Anatividade de Andrade.

¹⁵² STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital [1850-1980]*. São Paulo, 1986, p. 232.

¹⁵³ Idem. *Op. cit.*, p. 233.

[...] o "bóia-fria", trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O "bóia-fria" é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos. Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a nomenclatura de "bóia-fria", sentida como vergonha, humilhação, tal como as frases em epígrafe demonstram. Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador.¹⁵⁴

Maria da Anatividade discorre sem pudor sobre essa fase de sua vida, demonstrando em sua fala um destemor em ir à luta, trabalhando e enfrentando todos os tipos de adversidades. Maria era uma trabalhadora da terra, sem a posse da terra; ela reforça em sua fala sempre ter trabalhado na roça, ressaltando “todos esses fazendeiros (povo) antigos, me conhecem”¹⁵⁵.

O trabalhador bóia-fria ou trabalhador volante não é identificado como pertencente ao ambiente rural, ou seja, o indivíduo trabalha no campo, permanece nele de 10 a 12 horas, mas não pertence mais ao campo pois, tendo ele “a condição de volante, do *excluído da lei pela lei*”, resulta que “esse processo de volantização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola garantidos pelo ETR (1963) e pelo Proálcool (1975)”¹⁵⁶.

Entendemos que dentre os sistemas de trabalhos adotados pelos munícipes pode-se dar destaque aos trabalhos das mulheres na cafeicultura de São Pedro do Ivaí, pois mesmo quando as esposas não são entrevistadas, a mulher sempre é citada, como no caso da entrevista com o Sr. Ordalvo. O entrevistado diz que após a geada negra ele extinguiu a lavoura, porém passado um tempo sua esposa, a Sra. Dirce Rosseto, insistiu para que eles retornassem a cultivar a lavoura cafeeira e até a atualidade a família Rosseto produz a lavoura no município.

¹⁵⁴ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Os errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 66.

¹⁵⁵ ANDRADE, Maria da Anatividade. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Mar. de 2014.

¹⁵⁶ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Os errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 67.

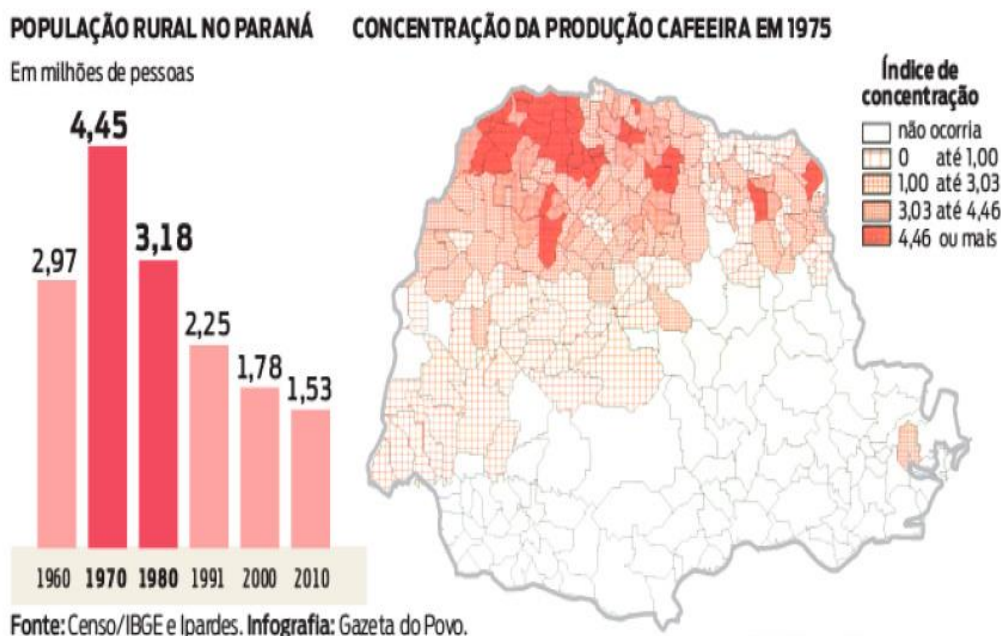
CAPÍTULO 2

FIM DA CAFEICULTURA NO NORTE PIONEIRO

Dissertar sobre a extinção da cafeicultura no norte do Paraná procurando abordar as principais causas para esse acontecimento é uma tarefa complexa, pois as bibliografias apontam que o fim da lavoura cafeeira do norte-paranaense se deu através da combinação de vários fatores. Dentre esses fatores, está também a modernização da agricultura. O Paraná apresentava uma grande mudança no número de sua população rural: no ano de 1970, essa população era de “4.425.490” e em 1980, esse número cai para “3.156.831”, reflexo dado à evasão das famílias que estavam ligadas a lavoura cafeeira.¹⁵⁷

Na imagem abaixo buscamos demonstrar a evasão rural após a geada negra de 1975, onde milhares de pessoas deixaram o campo no Paraná, rumando aos grandes centros de outros estados, sendo o estado de São Paulo o mais citado por nossos entrevistados.

Figura 7: População rural do Paraná de 1960 a 2010.



Fonte: ANTONELLI, Diego. O “Eldorado” não é mais aqui. Londrina: *Gazeta do Povo*, 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-eldorado-nao-e-mais-aqui-1ol5yhpg0f2byxduni7spp18l/>. Acesso em 20 jul. 2019.

¹⁵⁷ IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Censo Demográfico do Estado do Paraná, 2003, p. 12.

Observando o infográfico, a cafeicultura foi responsável pelo aumento da população paranaense, porém com o fim do cultivo desta, o decréscimo populacional das áreas rurais foi expressivo para o estado.

Nesse capítulo, busca-se realizar uma análise historiográfica acerca da memória coletiva dos habitantes de São Pedro do Ivaí sobre as relações socioculturais no período da cafeicultura no município, através de entrevistas realizadas com algumas pessoas que atuaram naquele contexto.

Embora as terras norte-paranaenses fossem altamente favoráveis ao cultivo da lavoura cafeeira, o fator climático passou a ser motivo de preocupação para os agricultores do estado, pois, hora ou outra, os trabalhadores e produtores da lavoura eram surpreendidos com as baixas dos termômetros e a ocorrência de geadas, que ocasionavam amplos danos à produção de café.

No entanto, uma delas se fez marcante: a ocorrida em 1975, a chamada geada negra, é considerada por muitos como sendo o marco do fim da cultura da lavoura cafeeira no norte do estado. Com esse evento, os produtores se viram em uma situação preocupante. Com as baixas temperaturas, a lavoura de café sofreu um golpe que acarretou a erradicação cafeeira. A geada negra de 1975, conforme descrito nas bibliografias e nos depoimentos orais, foi encarada por aqueles que viveram as consequências deste evento como a grande vilã que causou a erradicação da lavoura.

Diante essa situação, em 10 de maio de 1975, Mário Baltazar, através do *Jornal Tribuna da Cidade*, de Apucarana, divulga uma matéria em que aponta a discussão levantada pelo deputado Hermes Macedo na Câmara Federal sobre a real situação da cafeicultura no Paraná diante das geadas.

De acordo Mario Baltazar;

[...] afirmar que a cafeicultura brasileira está enfrentando atualmente uma das piores crises das últimas décadas já se tornou um lugar comum. Entretanto muito embora a época áurea do café tenha ficado para trás e a economia brasileira não dependa mais exclusivamente, como em outras épocas, do “ouro verde”, o certo é que ele continua sendo um produto de extrema importância dentro do contexto econômico nacional, do qual dependem milhões de brasileiros. Nos últimos meses, vêm se multiplicando os pronunciamentos angustiados, as críticas, as sugestões, os apelos, as reivindicações – numa palavra, o clamor – por parte de inúmeras Associações Rurais e outras entidades de classe, preocupadas com os problemas que afligem a cafeicultura. Chega inclusive a falar-se – não sem fundamento – na perspectiva de colapso iminente ou da falência total dessa

atividade. E, convenhamos, trata-se de uma perspectiva assustadora, que não pode ser encarada sem inquietação.

Dois fatores básicos se conjugam para que a crise assumia proporções verdadeiramente inquietantes: a ausência de preços remuneradores para o produtor e a queda das exportações. Passamos a dar em seguida alguns números que ilustram e, mais do que isso, evidenciam a gravidade da situação. As estimativas de custos para 1975, segundo o GERCA, são as seguintes, em comparação com o ano anterior: Para cafeeiros com produtividade de 0 a 5 sacas por mil pés – Cr\$1.017,68 (em 1974, Cr\$ 829,76); de 5 a 10 sacas por mil pés – Cr\$ 925,36 (em 1974, Cr\$ 711, 82); de 10 a 15 sacas por mil pés - Cr\$ 508,97 (em 1974, 391,52). Nessas estimativas, a inflação foi extrapolada pelo índice geral dos preços.

O atual preço de suporte de Cr\$418,00, é realmente insuficiente, já que, deduzindo-se 14,5% de ICM, 2% de Funrural, troca de sacaria, frete de descarga, juros etc. O preço real de suporte deverá ficar em torno de Cr\$ 333,00. Entretanto, segundo os produtores, a saca está custando à volta de Cr\$ 372,00, computando-se os insumos diretos, a mão de obra, maquinaria, administração e custo financeiro. A sua conclusão, portanto, não poderia ser outra: no fim de contas, estão subsidiando o consumo do café, interna e externamente. Segundo declarações recentes do Presidente da FAESP, quando o governo dava um preço de suporte de Cr\$ 90,00, o produto vendia-se a Cr\$ 120,00; quando o preço de suporte subia para Cr\$ 290,00, o café era vendido a Cr\$ 320,00, quando o preço de suporte atingiu Cr\$390,00, passou a vender-se a Cr\$ 420,00, não consegue mais do que Cr\$350,00. São números eloquentes, que na sua singeleza, dispensaria comentários. Na área de exportação, o panorama não é menos sombrio. Assim é que, no ano de 1973, a nossa exportação de café atingiu, 1.245 milhões de dólares, ou seja, aproximadamente 20% do total; em 1974, ela caiu para apenas 877 milhões de dólares – 11% do total. O resultado dos primeiros meses de 1975 evidencia a tendência alarmante para um declínio ainda maior da receita cambial proveniente das nossas vendas ao exterior. Inclusive a política brasileira de reduzir os preços não tem tido a contrapartida que seria previsível – o aumento da tonelagem exportada. Diante do “leilão para baixo”, que infelizmente tem sido promovido e liderado pelo nosso país, os importadores de café não têm se animado a comprar mais do que o necessário para o atendimento das necessidades de duas ou três semanas.¹⁵⁸

A citação denuncia a necessidade de “ser revista e reformulada tal política, que vem se revelando ineficiente”¹⁵⁹ aos trabalhadores e produtores naquele momento. Observamos que o jornalista faz críticas à narrativa de crise do café, tendo essa fala se tornado comum quando se refere à produção da lavoura. Era necessário discutir a política de preços da cafeicultura para trazer esperanças aos agricultores paranaenses. Em 1974 o café já sofria com a desvalorização no mercado internacional e, no início do ano de 1975, este já demonstrava que iria sucumbir. O produto deixava de ser o carro chefe da economia, mas não de ser importante para a economia nacional. Pode-se dizer que a geada negra era a figurante que faltava nesse cenário

¹⁵⁸ BALTAZAR, Mario. *Jornal Tribuna da Cidade*. Apucarana, Pr. 1975

¹⁵⁹ Idem. *Op.cit.*

crítico que a lavoura cafeeira enfrentava, pois outras geadas também foram intensas, “e assim, não foi somente a geada, mas toda uma conjuntura que fez com que o plantio do café na região diminuísse drasticamente” até sucumbir.¹⁶⁰

Anos antes da geada negra, as pessoas que se dedicavam aos trabalhos do campo sofriam pressões diante da modernização agrícola. De acordo com os estudos de Nildo Aparecido Melo,

A modernização agrícola no estado do Paraná seguiu as características históricas da transformação da base técnica do campo brasileiro, representando a mecanização e a tecnificação da produção agrícola, o desemprego no campo e a consequente transferência da população rural para as cidades e a manutenção da estrutura fundiária no estado a partir da década de 1970.¹⁶¹

Percebe-se que a modernização agrícola causou fatores negativos como desemprego e a expulsão das pessoas as periferias dos grandes centros urbanos, o que justifica a modernização da agricultura no Brasil ser designada como a “modernização dolorosa”¹⁶². Diante tudo isso, é compreensível a fala do entrevistado, o Sr. Alécio Bianchini quando nos descreve que, mesmo antes da geada de 1975, ele e sua família já vinham eliminando os cafezais de sua propriedade, visando o cultivo de outras lavouras, principalmente as de ciclos anuais.¹⁶³ A visão de Alécio seria aderir à comentada modernização da agricultura.

Sobre a modernização da agricultura podemos dizer, de modo sumário, que a adesão a essa tendência capitalista surgiu no período da ditadura militar e que esse processo seria marcado pelo “uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura”¹⁶⁴. O que, de modo geral, hoje é comum. Assim, a diversificação e a modernização da agricultura estão incorporadas, portanto, a um novo padrão tecnológico na sua produção.¹⁶⁵ Dessa maneira essas mudanças no campo estariam ligadas à Revolução Verde.

¹⁶⁰ MORES, Lucas. *História ambiental do agroecossistema do café (Coffea arábica) no norte do Paraná (1945-1975)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2017, p. 11.

¹⁶¹ MELO, Nildo Aparecido. *Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa vilas rurais no norte do Paraná*. geoAtos—Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia da FCT/UNESP. Presidente Prudente, n.11, v.1, p. 58-76, jan/jun., 201, p. 59.

¹⁶² MORO, Dalton. Aspectos Geográficos da Modernização Agrícola no Norte do Paraná. *Boletim de Geografia*. Maringá, v.13, n.1, p.79-93. 1995.

¹⁶³ BIANCHINI, Alécio. 59 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Mar. De 2014.

¹⁶⁴ ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. *CE S Re v i s t a*, v.21. Juiz de Fora, 2007, p. 44.

¹⁶⁵ TRINTIN, Jaime Graciano. *A nova economia paranaense: 1970 — 2000*. Maringá, PR : Eduem, 2006, p. 114.

Não se pode esquecer também a construção e adoção de um maquinário pesado, como: tratores, colheitadeiras, para serem utilizados nas diversas etapas da produção agrícola, desde o plantio até a colheita, finalizando, assim, o ciclo de inovações tecnológicas promovido pela Revolução Verde.¹⁶⁶

Para a Revolução Verde tornar-se realidade no Brasil, “o Estado foi de grande importância” nesse contexto.¹⁶⁷ Na cafeicultura, conforme os entrevistados relataram, não era necessário o uso de fertilizantes; já nas lavouras de soja, trigo e milho o uso de fertilizantes e de agrotóxicos são indispensáveis para atingir uma boa produção. Entretanto, há um grande custo para o meio ambiente e, conseqüentemente, para a sociedade “em termos da saúde da população, isso é comprovado pelos inúmeros trabalhos científicos que versam sobre essa temática, porém, a discussão sobre esse problema mundial não é o foco da presente pesquisa”¹⁶⁸.

Na perspectiva de Valdete Boni

[...] o Brasil, passou por significativas mudanças nas últimas três décadas. A modernização da agricultura alterou as relações sociais no meio rural: os pequenos proprietários, arrendatários e meeiros sofreram um intenso processo de empobrecimento por não poderem acompanhar os preços dos novos insumos, enquanto a mecanização das lavouras substituiu a mão de obra, fazendo com que os assalariados formassem contingentes de desempregados.¹⁶⁹

Conforme observamos, os riscos de desempregos passam a ser constante após o fim do cultivo cafeeiro. A “erradicação do café no Paraná acelera, portanto o processo de transformações econômicas do setor agrícola, que leva a uma maior mecanização e a mudanças profundas na utilização dos fatores de produção”, essa mudança na agricultura aconteceu, mas fica marcado pelo descarte dos braços do trabalhador.¹⁷⁰ O entrevistado Sr. João Bonini migrou para o cultivo da soja e trigo após a geada negra com apenas uma diferença: o mesmo ainda reserva um espaço em sua propriedade para o cultivo da lavoura de café, considerando o valor sentimental que ele alega ter em relação à lavoura.¹⁷¹ Assim, o

¹⁶⁶ ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. *CE S Re v i s t a*, v.21. Juiz de Fora, 2007 p. 45.

¹⁶⁷ Idem. *Op. cit.*, p. 49.

¹⁶⁸ Idem. *Op. cit.*, p. 50.

¹⁶⁹ BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12(1): 289-302, janeiro-abril/2004, p. 289.

¹⁷⁰ SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, Catherine et.al (org.) *Fronteiras*. Brasília: EdunB, 1988, p. 31.

¹⁷¹ BONINI, João. Aposentado. 78 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos. São Pedro do Ivaí. 01 de Mai. de 2014

entrevistado mantém viva a memória através da preservação desse espaço de plantio da lavoura cafeeira, segundo ele, dos bons tempos de cultivo da lavoura que o ajudou a manter sua família.

O fim da cafeicultura está ligado no imaginário popular, à geadas negra de 1975, considerando as entrevistas dos trabalhadores e produtores da lavoura cafeeira que colaboram para a construção dessa pesquisa e pelo fato do episódio ter sido noticiado por vários jornais como uma catástrofe, o que pode ter impactado nessa percepção coletiva. O *Jornal Tribuna da Cidade*, de Apucarana, apontou a geadas como sendo responsável pelo fim da cafeicultura no norte do Paraná. Porém, curiosamente, esse mesmo jornal no mês de maio de 1975, dois meses antes daquele evento, divulgava a crise enfrentada pela lavoura cafeeira. Para Mario Baltazar:

O certo é que as dificuldades crescentes dos cafeicultores estão estimulando a progressiva erradicação da rubiácea e sua substituição por produtos alternativos de maior rentabilidade. Se a curto prazo tal medida pode ser aceitável ou compreensível, ela traz no seu bojo, a médio e a longo prazo, um grave perigo -- o perigo, de no futuro, termos condições de exportar mais, a melhores preços, e não termos o produto em quantidade suficiente.¹⁷²

Assim caminhou a história da cafeicultura. Ademais, a geadas negra de 1975 deixou rastros de destruição na região norte-paranaense e “o ouro verde virou cinzas da noite para o dia”¹⁷³. Onde havia café só ficou o “cheiro forte de café torrado”¹⁷⁴. A geadas desse ano foi a “pá de cal na cafeicultura paranaense”¹⁷⁵. O dezoito de julho do ano supracitado ficou marcado na memória dos paranaenses como sendo um dos piores dias para os agricultores da lavoura de café.

Quando se debruça sobre essa temática, percebe-se que o fim do cultivo da cafeicultura no Paraná teve vários motivos, dentre eles a superprodução, o baixo valor de mercado e, conforme análise de José Miguel Arias Neto e Margarete Yasho,

Entre os fatores que levaram os cafeicultores paranaenses a abandonar o café e passar a plantar outras culturas, principalmente a soja e o trigo estão o preço do café se elevou, após a Segunda Guerra Mundial, estimulando o aumento da produção. Porém, de 1959 a 1962, grandes safras acarretaram

¹⁷² BALTAZAR, Mario. *Jornal Tribuna da Cidade*. Apucarana, Pr. 1975.

¹⁷³ ANTONELLI, Diego. *Paraná, uma história*. Curitiba, Paraná. 2016

¹⁷⁴ Idem. *Op.cit.* Loc.cit.

¹⁷⁵ TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná, Histórias e Fantasmagorias*. Curitiba, Paraná, 199, p. 260.

uma superprodução. Na safra de 1962, o Paraná produziu quase 1/3 da produção mundial e metade da produção brasileira.¹⁷⁶

Essa superprodução da lavoura preocupava os produtores que ficaram à espera de iniciativas governamentais para mudar a situação delicada em que se encontrava a cafeicultura. Uma ameaça que rondava os envolvidos direta e indiretamente na produção da lavoura.

Como tratado acima, o clima oscilante englobava esse cenário favorável à eliminação dos cafezais paranaenses. Outro fator determinante foi o aumento das reivindicações das leis trabalhistas, determinando que os patrões pagassem os direitos mínimos de seus empregados, algo que gerou descontentamento nos detentores da terra, principal meio de produção daquela realidade social.

Para José Miguel Arias Neto e Margarete Yasho:

Paralelo a esses problemas, os proprietários também estavam descontentes com a política cambial adotada pelo governo federal a partir de 1951. Alegavam que o governo se apropriava de grande parte da renda obtida com a venda do café para exportação. A implantação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, também contribuiu no processo de erradicação da cafeicultura.¹⁷⁷

Além de essas questões dificultarem a continuação do cultivo da lavoura de café, “a decadência da cafeicultura teve como consequência a transformação nas relações de trabalho”¹⁷⁸. O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), publicado no governo do Presidente João Goulart, tinha o intuito de garantir direitos ao trabalhador rural, já que muitas vezes se afirmava que o trabalhador rural ficou excluído da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. O documento garantia vários direitos ao trabalhador rural como:

[...] o salário mínimo, a obrigatoriedade da carteira profissional, a fixação da jornada de trabalho, aviso prévio, as férias e descansos remunerados, a proteção do trabalho do menor, a obrigatoriedade do contrato individual, e o limite de 30% do valor do salário para os pagamentos em bens, como alimentação, moradia e vestuário.¹⁷⁹

¹⁷⁶ ARIAS NETO, José Miguel; YASHO, Margarete. *O trabalho na cafeicultura paranaense*. Londrina, Paraná, 2007, p.10;

¹⁷⁷ Idem. *Op. cit.* Loc.cit

¹⁷⁸ Idem. *Op.cit.* Loc.cit

¹⁷⁹ WELCH, Cliff. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 280.

Mas a falta de vontade política por parte dos governantes não fez valer esses direitos e os fazendeiros resistiam. Não foi criado nenhum órgão para “fiscalizar o cumprimento da lei”¹⁸⁰, “o empregador teria que pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes”, assim o ETR colaborou no processo do fim da cafeicultura.¹⁸¹ Soa contraditório um estatuto do trabalhador rural que acaba por colaborar com a expulsão do trabalhador rural do campo (sítios e fazendas) e este foi até mesmo considerado um regulamentador “da exploração da força de trabalho”¹⁸².

Atrelado a esses episódios, houve uma extensa evasão da população rural. Em Jandaia do Sul, na *Folha Jandaia do Sul*, em 1965 já se noticiava com preocupação a crise que a cafeicultura enfrentava e a negligência da classe política à frente da Secretaria da Agricultura em relação ao assunto.

Raimundo Pinheiro Costa descreve:

Segundo os observadores mais credenciados, as perspectivas não são as melhores, pois os ministros Roberto Campos e Gouvêa de Bulhões parece que não “sentiram” ainda o problema com café e estão presos a esquemas suicidas. Mas ainda é tempo de evitarem um erro fatal e de atender as ponderações dos técnicos. Nesse sentido, vários estudos estão sendo e ainda serão apresentados àquelas autoridades, indicando qual o melhor caminho, o único que permitirá alcançarmos os resultados esperados. O problema é realmente vital, pois envolve aspectos internos dos mais importantes, seja de confisco, de preços, de comercialização, de produção, de estocagem. E, ao lado disso, o mercado internacional, a concorrência africana, os acordos que já deveriam ter sido revistos, o problema das cotas, enfim uma série de questões que envolvem governos e vultuosos interesses em jogo.¹⁸³

Além de todas as situações adversas que a agricultura cafeeira enfrentava, outro aspecto ameaçador era a concorrência do café africano, que apresentava qualidade superior ao café brasileiro. Um dos entrevistados, Alécio Bianchini, relata as dificuldades enfrentadas em relação à continuação da lavoura de café: “além da geadas, o preço pago aos grãos, era na maioria das vezes abaixo do que eles esperavam”¹⁸⁴, causando um descontentamento e falta de perspectiva em relação à produção da lavoura.

¹⁸⁰ RAMBO, Marcos Alberto. *O Estatuto do Trabalhador Rural (1963): lutas, impasses e contradições na extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural no Brasil*, 2019, p. 3.

¹⁸¹ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Os errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

¹⁸² Idem. *Op.cit.* Loc.cit

¹⁸³ Jornal *Folha de Jandaia do Sul*. Problema do momento: café. Diretor responsável Raimundo Pinheiro Costa. Jun, 27 de 1967

¹⁸⁴ BIANCHINI, Alécio. Trabalhador rural. 59 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Mar. De 2014.

2.1 As pragas e animais peçonhentos dos cafeeiros

As pragas presentes nas lavouras de café, também preocupavam os trabalhadores da cafeicultura. Alécio Bianchini diz que “a broca (doença do cafezal) atacava o café”¹⁸⁵. Nessa conversa, o trabalhador aponta a doença conhecida popularmente como “broca”, cujo nome científico é *Hyphotenemus hampei*¹⁸⁶, e a “ferrugem” (causada pelo fungo *Hemileia vastatrix*)¹⁸⁷, essa doença acometeu a lavoura de café em 1969 sinalizando a necessidade de renovação da lavoura. As pragas que atacavam os cafezais, também foram protagonistas para desestimular a família do Sr. Alécio Bianchini em dar continuidade à lavoura cafeeira.

Os cafeeiros sofriam constantemente ataques de pragas como o *Leucoptera coffeella Guérin-Mèneville*, popularmente conhecido como bicho mineiro. O ataque dessa praga era identificado:

[...] através de lesões típicas, escurecidas, de contorno irregular e tamanho variável, na qual a epiderme da folha é facilmente removida. Essas lesões, que se iniciam na face dorsal da folha e atingem a face ventral, muitas vezes coalescem e resultam na destruição do parênquima da folha.¹⁸⁸

Após o cafeeiro ser atacado dessa maneira fica impossível a produção de grãos de café saudáveis, logo exigia dos cafeicultores uma vigilância constante nas plantas para identificação da presença dessa praga antes da destruição das folhas dos pés de café.

Já a entrevistada Sra. Anita Bassanelo Berbel rememora que antes da geada de 1975 não tinha as pragas nos cafezais e que tinha somente a broca do café, as outras doenças foram surgindo após a geada negra.¹⁸⁹

No manejo com a cafeicultura os trabalhadores encontravam muitos animais peçonhentos nos troncos dos cafeeiros. A entrevistada Sra. Zilda Gobeti, afirma que muitas vezes tinha receio de exercer a função de limpar o tronco do café, devido à possibilidade de ser picada por cobra. Em virtude disso, seu pai buscava prevenir possíveis acidentes, fabricando manualmente um “tipo de rastelinho”:

¹⁸⁵ BIANCHINI, Alécio. Trabalhador rural. 59 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Mar. De 2014.

¹⁸⁶ MOREIRA, Juliana Roberta Santos. *Modernização Agrícola e o declínio da Cafeicultura Pós-geada de 1975 (Norte do Paraná)*. Ponta Grossa, Pr, 2016, p. 94.

¹⁸⁷ Informações conforme *Dados estatísticos de São Pedro do Ivaí, 1957*. Prefeitura Municipal.

¹⁸⁸ MESQUITA, Carlos Magno de et al. **Manual do café: distúrbios fisiológicos, pragas e doenças do cafeeiro** (Coffea arábica L.). Belo Horizonte: EMATER-MG, 2016, p.22.

¹⁸⁹ BERBEL, Anita Bassanelo. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 11 de Dez. de 2018.

Meu pai fez um tipo de rastelinho assim, de 3 dentes, que era para enfia bem no meio da cova do café, pra vê primeiro pra vê, né? Se não tinha nenhuma aranha perigosa, um bicho ali, uma cobra, se tinha, chamava ele, se não tinha a gente aí limpava bem o tronco do café.¹⁹⁰

Os trabalhadores da lavoura cafeeira estavam expostos a diversas situações nas roças de café, era comum na época o aparecimento de serpentes nas plantas de café. Segundo o Sr. Alécio e o Sr. João Bonini, esse tipo de cobra não era perigosa, mas ao encontrá-la, os trabalhadores se assustavam, pois elas ficavam fixadas nas partes altas do cafeeiro. Outra cobra denominada dormideira, ou jararaquinha dormideira também era frequentemente encontrada por eles; essa por sua vez, ao ser descoberta, se enrolava toda em forma de círculo, o que explica o seu nome. A urutu cruzeiro era a temida das cobras, pois ao picar uma pessoa poderia levá-la à morte ou deixá-la deficiente. Outro animal peçonhento encontrado nas folhas secas do café que caíam no chão era o escorpião.¹⁹¹

Com a expansão cafeeira ficou evidente o desmatamento ocorrido nas regiões do Norte do Paraná, dessa maneira, os animais peçonhentos perderam o seu habitat, as roças cafeeiras genericamente passaram a ser um local de abrigo a esses animais, a planta do café no recorte estudado eram grandes arbustos, gerando sombra e um ambiente fresco, principalmente quando as folhas da planta começavam a cair, sinalizando que o fruto estava propício para a colheita.

Conforme Giselle Agostini Cotta¹⁹², a alimentação das cobras “são os roedores”; quando as folhas dos cafeeiros caíam ao chão e o solo, coberto pelas folhas, ficava úmido, tornava-se um ambiente propício ao aparecimento de pequenos roedores e de escorpiões, o que atraía as cobras para as roças de lavoura do café.

Quando o assunto é serpentes, existe certo misticismo acerca do animal. Segundo o Sr. Ordalvo, ao capturar as cobras era retirado o guizo para saberem qual era a idade desta, já que a quantidade de guizo indicava os anos de vida da serpente. Além do mais, esse guizo era guardado e usado pelo trabalhador como um amuleto para afastar a presença de outros animais. Acreditavam também que, colocado dentro do violão, os ajudariam no aprendizado de tocar o instrumento. Posto isso, a cobra tem então, um “enorme peso simbólico” a esses trabalhadores.

¹⁹⁰ GOBETI, Zilda. 64 ANOS. Aposentada. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 24 Jul. de 2017.

¹⁹¹ BIANCHINI, Alécio. Trabalhador rural. 59 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Mar. De 2014.

¹⁹² COTTA, Giselle Agostini. *Guia de bolso. Animais Peçonhentos*. Belo Horizonte, Março de 2015. Disponível em <http://www.vitalbrazil.rj.gov.br/arquivos/guia-bolso-funed.pdf>. Acesso em 19 Jul. 20019.

Dentro dessa cultura popular, muitos faziam uso do guizo da cascavel para combater enfermidades como dores de cabeça. Ouvir essas falas nos faz pensar na obra *O massacre dos gatos*, de Robert Darnton, que descreve a representação do gato nos costumes e tradições dos franceses no século XVIII e XIX.

Para se recuperar de uma queda forte, a pessoa devia sugar todo o sangue da cauda amputada de um gato macho. Para se curar de pneumonia, bebia-se o sangue da orelha de um gato, misturado com vinho tinto. Para fazer a cólica passar misturava-se o vinho com excremento de gato. Alguém poderia até tornar-se invisível, pelo menos na Bretanha, comendo o cérebro de um gato que acabara de ser morto desde que ainda estivesse quente.¹⁹³

O misticismo e superstição são sempre apontadas como “o povo de antigamente acreditava”, como uma negação das gerações mais novas em tais casos.¹⁹⁴ Fato é que ainda são presente essas histórias nas rodas de conversas quando se referem aos trabalhos e ao cotidiano do trabalhador da cafeicultura. Se tratando das serpentes, existe entre alguns trabalhadores muita superstição e temores envolvendo esse animal que vez ou outra, circulava ao meio dos cafeeiros do município. Especialmente se o animal encontrado fosse a cascavel, essa apresentava muito risco ao trabalhador.

2.2 Memórias: A Geada Negra

Nesse subitem discorreremos acerca das análises das entrevistas dos entrevistados trabalhadores e produtores da lavoura cafeeira do município. Abordaremos aspectos da percepção dessas pessoas sobre o passado por eles vivenciado em São Pedro do Ivaí, privilegiando seus relatos acerca da rotina nas lavouras de café da localidade e também como os mesmos lidaram com a geada negra de 1975: o que eles registraram em suas memórias, sobre esse período, considerado uma época determinante que mudou a história da jovem cidade.

As geadas sempre estiveram presentes na história do Paraná e, portanto, a lavoura cafeeira era prejudicada pelas baixas temperaturas que deixavam consequências negativas nas plantações de café. Como descrevemos no capítulo anterior, geou no Paraná nos anos de

¹⁹³ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*; tradução Denise Bottmann. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 126.

¹⁹⁴ Os entrevistados, o Sr. Alécio, o Sr. João e o Sr. Ordalvo frisaram se tratar de uma crença dos antigos ou tinham uns conhecidos que acreditavam.

“1953, 1955, 1963 e 1969”, 1972, porém a geada de 1975 está gravada na memória dos entrevistados e dos ivaíenses.¹⁹⁵

As geadas de pequena, média e grande intensidade causavam danos às lavouras e afetavam as safras de café dos anos subsequentes.¹⁹⁶ Em virtude da vulnerabilidade da cafeicultura frente às geadas, o governo já buscava diversificar a produção agrícola.¹⁹⁷

Segundo o jornalista Widson Schwartz, da *Folha de Londrina online*:

Nos primeiros anos da década de 1960, o próprio governo estadual conduzia um “plano de diversificação da lavoura”, estimulando a mecanização e o uso de sementes selecionadas de soja, algodão e trigo. “Achávamos que um Estado sujeito a geadas não podia depender da monocultura cafeeira”, segundo o então governador Ney Braga.¹⁹⁸

Assim, partia dos políticos, à frente do poder nesse período, fomentar o cultivo de novas culturas agrícolas, para dessa forma, diversificar a economia desta região do estado, superando a instabilidade da cafeicultura marcada pelo impacto das geadas.

A geada negra de 1975 é considerada o marco do fim da lavoura cafeeira, representada como a “era de ouro” da cidade de São Pedro do Ivaí. Apesar da crescente decadência enfrentada pela cafeicultura ainda antes da geada, que já sofria pelo baixo valor do produto e pela falta de incentivo estatal¹⁹⁹, no imaginário popular a expansão da cafeicultura foi fatídica e abruptamente encerrada pelo evento de 1975, dando fim a uma era entendida como sendo de grande prosperidade, progresso e desenvolvimento.

Voltando às nossas fontes, indagamos o Sr. João Bonini sobre qual atitude ele tomou diante dos prejuízos causados pela geada negra de 1975 e ele disse que a saída foi “não desanimar, erguer a cabeça e continuar” em meio ao cenário deixado pela geada negra que o entrevistado rememora.

Parece que foi ontem essa geada, coisa incrível! Você olhava o pé de café, um dia ou dois atrás o pé de café estava verdinho e de repente amanhece e você via aquele melado preto descer do ponteiro do pé de café. Vinha escorrendo pela madeira até chegar no chão, pau de café na grossura de 15 cm de espessura foi cortado, decepada tudo rente à terra, um palmo alto do

¹⁹⁵ POZZOBON, Irineu. *A epopéia do café no Paraná*. Londrina: Grafmarke, 2006, p. 143-144

¹⁹⁶ Idem. *Op.cit.*, p. 125.

¹⁹⁷ MOREIRA, Juliane Roberta Santos; LAVERDI, Robson. *Modernização agrícola e o declínio da cafeicultura pós-geada de 1975 (norte do Paraná)*. Ateliê de História UEPG, v.4, n.1, p. 93-109.

¹⁹⁸ SCHWARTZ; Widson. *Geada Negra - 'Marco divisor' na agricultura do Estado*. Disponível em <https://www.folhadelondrina.com.br/reportagem/geada-negra-marco-divisor-na-agricultura-do-estado-921891.html>. Folha de Londrina. Jul.12.2015.

¹⁹⁹ Sobre a crise da cafeicultura ler: STOLCKE, Verena. *Cafeicultura, Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo, 1986.

chão, você vê de tão forte que foi essa geada, queimou a lenha dentro do chão!²⁰⁰

Após a geada, a incapacidade da classe política em amenizar os danos à cafeicultura culminou em um cataclisma social. Muitos das pessoas que compunham os setores populares em São Pedro do Ivaí, ao se verem incapacitados de adquirir sua subsistência no município, migraram para diversos centros urbanos maiores em busca de oportunidades. Isso resultou em um quadro de marginalização de parte dessas pessoas, uma vez que mesmo os maiores centros urbanos, como a cidade de Londrina, não estavam preparados para integrar esse excedente populacional.²⁰¹

A entrevistada Sra. Zilda Gobeti contrapõe, descrevendo que os políticos de São Pedro do Ivaí, na época fizeram de tudo para ajudar os cafeicultores para evitar a evasão populacional:

Os políticos daquela época foram fazendo de tudo para a população ficar na cidade. Quem mais ficou foi os fazendeiros, mas mesmo assim não segurou. Tinha muito colono, esses colonos foi indo tudo embora, porque aí veio o trator e não tinha serviço pra eles. A maioria foi embora pra São Paulo.²⁰²

As autoridades se viam de mãos atadas diante de tais problemas, e o impacto da decadência da cafeicultura foi esmagador para o município. Diante daquela realidade, os proprietários de terras levaram prejuízos, mas alguns foram ao banco e negociaram suas dívidas, dando início ao cultivo da soja e trigo. Os que vendiam sua mão de obra foram os mais prejudicados.²⁰³

Outro fator abordado pelo Sr. João Bonini em relação às dificuldades de execução dos trabalhos na cafeicultura foi o elevado número de braços que esta exigia. O entrevistado relata que a sua lavoura era cuidada por seus familiares. Porém, quando a família não conseguia dar conta do trabalho o jeito era recorrer à mão de obra temporária, os chamados boias-frias, que

²⁰⁰ BONINI, João. Aposentado. 78 anos. Entrevista Concedida a Pós-graduanda Eliane Aparecida Miranda. São Pedro do Ivaí, 01 de maio de 2014.

²⁰¹ ARIAS NETO, José Miguel Arias; YASHO, Margarete. *O trabalho na cafeicultura paranaense*. Londrina, Paraná, 2007, p. 17.

²⁰² GOBETI, Zilda. Aposentada e hoje comerciante. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 21/07/2017

²⁰³ Referimos que alguns proprietários foram ao banco porque, conforme observado nas entrevistas, os pequenos proprietários de terras ficaram com os prejuízos e os mesmos relataram que não tiveram nenhum auxílio. Ficando evidente que os mais abastados tiveram essa saída, ou seja, buscaram auxílio do Proagro (Programa de Garantia de Atividade Agropecuária). O jornal *Folha de Londrina* de 20/7/1975, p.4 traz uma matéria sobre esse assunto da assistência desse programa aos agricultores prejudicados pelos efeitos da geada de 1975, porém é citado que: as normas do “PROAGRO” não havia chegado às agências bancárias do interior.

moravam na cidade e vendiam seus trabalhos aos fazendeiros e pequenos sítiantes que tinham a posse das terras.²⁰⁴

Dessa maneira, “em certas ocasiões, quando havia uma safra muito grande, o trabalho da família colona seria suplementado com o trabalho assalariado temporário”²⁰⁵. Assim “os trabalhadores volantes, por sua vez, caracterizam-se por serem mão de obra flutuante, que recebia através de diárias, estando na linha divisória do trabalho e marginalidade”²⁰⁶.

Ouvimos tanto falar de geada negra, assim indagamos o porquê dessa nomenclatura, e conforme a *Revista Cafeicultura*, existe a geada branca e a geada negra e sua definição está teoricamente ligado à aparência das geadas;

Estes tipos de geada são denominados em função da aparência. A geada branca é a típica geada de radiação, com deposição de gelo sobre as plantas, o que confere uma coloração branca sobre a vegetação. Muitas vezes a geada branca não provoca danos para culturas mais tolerantes, pois embora a água congele a 0°C, a temperatura letal pode estar bem abaixo deste valor. A geada negra típica ocorre quando o ar está muito seco e a planta morre antes que ocorra formação e congelamento do orvalho. Nas condições brasileiras normalmente se conhece como Geada Negra os danos de ventos frios que desidratam os tecidos expostos. Por isso também se chama a geada negra de geada de vento.²⁰⁷

A geada negra é mais nociva às plantações, causando a morte das mesmas antes mesmo do congelamento do orvalho, pois “congela a parte interna da cultura” e a geada branca que é a mais frequente “congela a parte superficial da cultura”²⁰⁸. Dessa maneira, a última causa menos prejuízos aos agricultores, que podem recuperar suas culturas.

Para o engenheiro agrônomo Irineu Pozzobon:

[...] a decadência do café no Paraná se inicia com a geada de 1969, agravada pela escalada inflacionária, pelo surgimento da ferrugem do café, pela aplicação da legislação trabalhista no campo, pela concorrência do salário industrial e pelo surgimento da soja como cultura alternativa.²⁰⁹

Destarte, percebe-se que a decadência da cafeicultura parecia inevitável. Talvez, pelas geadas terem sido um fator climático que causou um grande impacto social e financeiro e

²⁰⁴ BONINI, João. Entrevista cedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em São Pedro do Ivaí em sua residência em 01 de maio 2014

²⁰⁵ STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital [1850-1980]*, São Paulo, 1986, p. 196.

²⁰⁶ PAZ, Francisco, (org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: 1991, p. 105.

²⁰⁷ REVISTA CAFEICULTURA. *Como ocorre a geada e o que acontece?* Disponível em <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=66265>. Acesso 24 de Jun.2019.

²⁰⁸ PINTO, H.S; ZULLO, J.Jr. *Portal São Francisco*. Disponível em <https://www.portalsaofrancisco.com.br/geografia/geada>. Acesso em 24. Jun. 2019.

²⁰⁹ POZZOBON, Irineu. *A epopéia do café no Paraná*. Londrina, Grafmarke, 2006, p. 150.

também por ser palpável às pessoas que trabalhavam nessa atividade, pois viviam seus efeitos diretamente, com o passar do tempo alguns munícipes da localidade formularam a ideia de que a geada de 1975 foi a grande causadora das mudanças ocorridas no município e no estado. No entanto, vai se delineando outra realidade, em que se acredita tratar de uma junção de acontecimentos que favoreceu o término do cultivo da lavoura de café na região.

A geada negra de 1975 faz parte da memória do passado do município e, como questiona Beatriz Sarlo, é possível não falar do passado, seja ele da família, do estado ou de um governo? Indagamos, seria mesmo possível não lembrar os acontecimentos importantes que corroboram com as mudanças de uma cultura, de um hábito, de uma maneira de viver? Discutir o passado leva-nos a entender o presente de uma localidade ou de uma instituição.²¹⁰ Dessa maneira objetiva-se, partindo de nossa fonte primária (as entrevistas realizadas com alguns dos primeiros moradores), recuperar aspectos da memória coletiva dos sujeitos sociais excluídos da história da cidade de São Pedro do Ivaí.

Considerando as contribuições do historiador Alessandro Portelli no texto *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*, buscamos analisar nossas fontes partindo da noção de memória dividida proposta por Portelli. Tal conceito ajudará na análise de como a geada negra foi percebida e vivenciada por nossos entrevistados, uma vez que há divergência entre as entrevistas: enquanto um entrevistado lamenta, pois, para ele, a geada de 1975 foi a grande causadora do fim da cafeicultura, outro entrevistado tem o sentimento de gratidão, já que, segundo ele, foi graças à geada negra que eles abandonaram o cultivo da lavoura cafeeira e a partir daí puderam perceber mudanças na vida financeira da família.

Ao analisar aspectos que envolvem a memória dos entrevistados nos apoiamos nas concepções de Maurice Halbwachs acerca da memória coletiva, por meio da qual buscamos, através da análise dos relatos dos entrevistados, recuperar elementos da história do município de São Pedro do Ivaí, uma vez que a memória é construída a partir de aspectos que envolvem a coletividade.

Como destacado por Halbwachs:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. 'E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam

²¹⁰ SARLO, Beatriz. *Tempo passado cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freitas d' Aguiar, São Paulo: Companhia das letras, Belo Horizonte, UFMG, 2007, p.10.

lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.²¹¹

Os entrevistados que vivenciaram a realidade dos trabalhos da cafeicultura e o impacto da geada negra sobre o município, trazem à tona, a partir da memória coletiva, a realidade do trabalho e a vulnerabilidade social dos trabalhadores rurais, marcada pela instabilidade da cafeicultura. Busca-se, portanto, além de abordar a participação desses sujeitos, recuperar as experiências dos setores populares tanto no cotidiano na cafeicultura quanto a decadência da lavoura cafeeira. Sobre o trabalho com a memória dos setores populares, Michael Pollak destaca que:

Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional.²¹²

Discorrer usando os recursos da história oral, trabalhando as narrativas do que as pessoas trazem na memória, é algo já muito explorado pelos historiadores, e mesmo lidando com frequência com a memória de alguém para legitimar uma gama de trabalhos científicos, “eles quase sempre desconfiaram dela”²¹³. Conforme a análise das entrevistas com os trabalhadores rurais, observamos que as falas dos depoentes vão se complementando.

Nas entrevistas realizadas com os trabalhadores da lavoura observa-se um silêncio em relação às ações realizadas pelo governo municipal e regional em auxiliá-los nesse período pós-geada. Muitas vezes essa situação é simplificada por “foi um tempo difícil”²¹⁴. Silêncio esse compreensível, pois, conforme pesquisa realizada nas atas das reuniões da Câmara Municipal dos meses de julho, agosto e setembro de 1975, sequer foi mencionada alguma medida referente ao trabalhador da cafeicultura ou comentado por algum vereador membro da casa legislativa o drama vivenciado pelos trabalhadores rurais.

Na fala da Sra. Maria da Anatividade de Andrade, uma trabalhadora da lavoura de café, fica evidente o quão difícil era trabalhar nos cafezais. Apesar de todos os esforços, não raro ela e a família tiveram dificuldades em sua subsistência. Carência de alimentos e

²¹¹ HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*, São Paulo, 1990, p. 26

²¹² POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro. vol.2. n.º3,1989, p. 5.

²¹³ HARTOG, François. *Regimes de Historicidade, Presentismo e Experiências do Tempo*, Belo Horizonte, 2013, p. 158.

²¹⁴ BONINI, João. Aposentado. 78 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos. São Pedro do Ivaí. 01 de Mai. de 2014

vestimentas foram aspectos que marcaram a sua realidade e de sua família enquanto trabalhadores na cafeicultura de São Pedro do Ivaí. Por essa razão, a entrevistada afirma que “hoje tá bom pra viver”²¹⁵.

Quando ouvimos essa expressão em referência aos dias atuais, percebemos um desencontro, pois, quando tratamos da temática cafeicultura, costumamos nos deparar com trabalhadores(as) que nos descrevem, com certa dose de idealização, uma época que, conforme suas falas, estava marcada pela prosperidade. Porém, quando essas pessoas começam a detalhar esse contexto, aos poucos se forma outro cenário, de muitas lutas, trabalho árduo e grandes carências. Nesse diálogo com a Sra. Maria da Anatividade de Andrade nos é relatado sobre o sentimento de uma vida boa, pois hoje ela tem eletrodomésticos que não imaginava ter, por exemplo. A entrevistada afirma:

Eu não tinha fogão a gás, eu não tinha uma geladeira, eu não tinha água encanada e não tinha luz, só na lamparina, a vida não tinha luxo, no sítio nós criava uma galinha, um porquinho. Tinha fartura. Nós ia no mercado e comprava tudo fiado comprava de saco, naquele tempo o arroz era a granel, o trigo era a granel.²¹⁶

Percebe-se que a entrevistada descreve uma vida simples e o fato de “criar galinhas” é relacionado na visão da entrevistada, a fartura. Para os entrevistados, descrever sobre a cafeicultura, os cuidados que ela exigia, enfim, descrever o cotidiano, tem um significado sentimental aos trabalhadores.

A geada negra abalou a vida dos trabalhadores e, excetuando algumas entrevistas que enfatizam que eles não sofreram muito com o evento, em maior ou menor escala, todos sentiram os reflexos daquele episódio vivido pelos paranaenses do norte do estado.

Talvez os trabalhadores que continuaram residindo no município tenham essa percepção de menos sofrimento, porém, levando em consideração os números do censo da década em questão, percebemos a diminuição da população de 19.388 habitantes (em 1970) para 10.450 (em 1980). Dessa forma fica evidente que a geada de 1975 foi impactante para São Pedro do Ivaí; acredita-se que o evento acelerou a migração das famílias aos grandes centros na perspectiva de mudança de vida, considerando que essas praticamente foram obrigadas a se adaptar aos modos de vida de pessoas urbanas. A maioria dos trabalhadores

²¹⁵ ANDRADE, Maria da Anatividade de. Aposentada. 83 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos. São Pedro do Ivaí. 30 de Mar. de 2014.

²¹⁶ Idem.

buscaram moradias nas periferias dessas cidades, o que culminou em “um inchaço demográfico e um crescimento desordenado delas”²¹⁷.

Dessa maneira, percebe-se que esses trabalhadores e produtores de café do município de São Pedro do Ivaí possivelmente enfrentaram uma crise de identidade. Segundo Stuart Hall, “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”²¹⁸. Assim, indagamos se fatores externos podem contribuir na formação da identidade de um indivíduo na sociedade, ou seja: acontecimentos inesperados teriam a capacidade de abalar e deslocar a identidade de uma população.

Sobre a geada negra de 1975, a Sra. Maria da Anatividade de Andrade diz que foi difícil, sim, lidar com os problemas acarretados pelo episódio. Porém, em sua concepção, foi mais difícil para os patrões, que foram mais prejudicados.

Foi mais prejuízo para o patrão do que para nós. Nós, só plantando e plantando, dava o lucro pra eles. Muitos cortaram o café, queimaram, mas muitos plantou de novo. Outra hora, serrava. Cê sabe que a geada não cai por igual e na baixada ela sente mais. O café que não queimava, ficava e os que queimavam a gente serrava.²¹⁹

Para a trabalhadora, eles só plantavam o café, e quem ficava com os lucros eram os proprietários das terras. Dessa maneira, eram esses os maiores prejudicados. O que a Sra. Maria da Anatividade de Andrade nos descreve é que muitos trabalhadores rurais ficaram durante um período sem trabalho nas lavouras de café, mas logo os proprietários das terras começaram a produção de outras lavouras, como a soja e o trigo. Assim, logo muitos trabalhadores retornaram ao campo para o trabalho com estas lavouras.

Percebemos que a trabalhadora entrevistada, quando fala que o patrão ficava com todo o lucro, se refere a trabalhar nas lavouras, no caso a lavoura do café. Como o valor da sua mão de obra dependia do que o patrão estipulava, mesmo se tratando de um período posterior ao Estatuto do Trabalhador Rural, os trabalhadores se constrangiam em reivindicar direitos trabalhistas por várias situações. A mais comum é que por morar em cidade pequena, rapidamente aconteceriam comentários sobre determinadas atitudes do trabalhador, e eles temiam não conseguir trabalho novamente, já que a parte mais vulnerável da sociedade é que

²¹⁷ YASHO, Margarete; ARIAS NETO, José Miguel. *O Trabalho na cafeicultura Paranaense: Representação e Prática Social*. Londrina, Paraná. 2007, p. 4.

²¹⁸ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, 1997, p. 13.

²¹⁹ ANDRADE, Maria da Anatividade de. Aposentada. 83 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos. São Pedro do Ivaí. 30 de Mar. de 2014.

acaba sofrendo com repreensões indiretamente e diretamente, até mesmo julgamentos de valor de seus pares.

Os efeitos causados pela geada negra foram sentidos por todas as classes sociais do município, porém, por meio das entrevistas, percebe-se que as classes populares estavam habituadas a vários contextos de adversidades, já que o evento climático foi mais um golpe entre tantos outros que a realidade lhes apresentava. O vínculo da entrevistada com a lavoura cafeeira era uma ligação de necessidade, pois era do manejo com a cafeicultura que a Sra. Maria conseguia o sustento para a sua família. As atividades desenvolvidas pela entrevistada na lavoura estavam relacionadas à sua vida e ao seu cotidiano, e o “trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade”²²⁰.

Na fala da Sra. Maria da Anatividade de Andrade, podemos identificar empatia para com os detentores do meio de produção, aqueles que possuíam a propriedade da terra, que em sua visão, seriam os maiores prejudicados²²¹.

Verena Stolcke aponta-nos que:

[...] A consciência de classe é um fenômeno histórico não só porque está sujeita à mudança, mas também porque as memórias das formas de exploração, injustiças e esperanças no passado formam uma parte inextricável da consciência e das lutas de classes de hoje.²²²

As memórias dos trabalhadores que trabalharam no sistema arrendatário são marcadas por todas as experiências vividas nesse período, enfatizando o lado positivo de toda a história, mas não deixando de evidenciar timidamente o lado negativo desse ciclo cafeeiro, como, por exemplo, toda a dificuldade que os trabalhadores enfrentavam para manterem a lavoura produtiva, desde a capinar a lavoura para que esse não fosse tomado por mato, limpar os troncos dos cafeeiros observar a florada, derriçar o fruto quando já estivesse no ponto (maduro), varrer ou rastelar o café, abanar, expor o fruto no terreirão ou terreiro para a secagem. Se o tempo mudasse para chuva recolhia-se todo esse café, ensacando e guardando no barracão, na popular tulha. Os entrevistados descrevem como ponto negativo as

²²⁰ THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*, São Paulo. 1998.

²²¹ THOMPSON, Edward P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. São Paulo. 2012, p. 204.

²²² STOLCKE, VERENA. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e capital [1850-1980]*, p. 15.

dificuldades e até mesmo a precariedade no modo de se vestirem, quando diz; “andávamos com as roupas remendadas”²²³.

As imagens a seguir demonstram como as matérias de alguns jornais paranaenses retrataram o ocorrido em 18 de julho de 1975, mencionando o fim da cafeicultura e a catástrofe trazida pela geada, automaticamente fazendo referência ao desequilíbrio causado à economia paranaense e medidas de apoio governamental aos agricultores.

Imagem 8. Cafeicultura queimada pela geada negra 1975



Fonte: disponível em: <<https://robertobondarik.blogspot.com/search?q=geada+negra+de+1975>>.

Acesso em 15/10/2018.

²²³ BIANCHINI, Alécio. 50 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos. 30 de Mar.2014.

Imagem 10: Governo promete ajudar aos cafeicultores.



Fonte: Biblioteca do Jornal Tribuna do Norte de Apucarana.

Diante do episódio da geadá negra o então governador Canet Junior sobrevoou a região norte do estado, em um itinerário que os jornais da época noticiaram como sendo de “tristeza e solidariedade [...] do governador” ao constatar os imensos prejuízos causados pela geadá, o governador afirmou “não sobrou um único pé de café”²²⁴.

²²⁴ *Jornal Folha de Londrina*, 19 de Julho de 1975. Londrina Paraná

Em 1978 a revista *Voga* publicava que “é hora de industrializar o norte do Paraná”. Em entrevista à revista, o empresário Ariovaldo Ferraz de Arruda, diretor administrativo da Kamby²²⁵, diz:

Industrialização é um processo indispensável à economia de qualquer comunidade. Nossa região é eminentemente agrícola. Vivemos o dia a dia a partir do resultado da produção de produtos primários [...] no eixo Maringá-Londrina existe a formação de um epicentro de cinco milhões de habitantes. O contingente mais expressivo se encontra no meio rural, não obstante tenhamos uma densidade populacional, na área urbana, agravando os problemas habitacionais e exigindo soluções para a frequente demanda de casas, meios de subsistência e de bens e serviços públicos.²²⁶

Evidentemente essa fala está relacionada às consequências da geadada de três anos antes, diante a realidade do desemprego dos trabalhadores rurais que precisaram migrar para os centros urbanos em busca de trabalho. O trabalhador entrevistado Sr. Alécio Bianchini recorda que após a geadada, muitas pessoas foram embora para Londrina, Curitiba e São Paulo. O mesmo faz referência a alguns conhecidos seus que deixaram o município, venderam suas terras e foram morar em cidades maiores que proporcionavam trabalho a suas famílias e hoje, ao visitarem a cidade, relatam que o motivo da migração era entenderem naquele momento que a única opção para melhorarem a vida financeira familiar era irem embora para outras regiões: “Nesse momento, a fé na cafeicultura foi realmente abalada. A imagem do Eldorado pareceu empalidecer”²²⁷.

Seguindo a explanação do Sr. Alécio, a geadada de 1975 prejudicou São Pedro do Ivaí e, conseqüentemente, o Paraná sofreu um forte impacto de evasão populacional com a erradicação da lavoura cafeeira. Observamos na fala do entrevistado que em sua perspectiva a geadada do ano de 1975 foi uma oportunidade de mudança e que essa, pelo menos para sua família não foi percebida como sendo o fim para os agricultores e o melhor a se fazer naquele momento era esquecer os problemas conseqüentes da geadada.

A cidade de Londrina se mostrava uma das principais opções a inúmeros trabalhadores ivaíenses que, em busca de melhores perspectivas, trocaram o pequeno município pelos grandes centros, sempre na expectativa de encontrar empregos com melhor remuneração; é preciso considerar que essas pessoas não tinham outra qualificação a não ser a experiência de trabalhos braçais nas roças de café.

²²⁵ Kamby SA Indústria de Produtos Alimentícios.

²²⁶ *Revista Voga*. Ano1. N.º1. Outubro de 1978. Londrina, Paraná, p. 6.

²²⁷ ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado. Representações da Política no Norte do Paraná - 1930/1975*. Londrina, Paraná, 1993, p. 173.

As lembranças da geadas marcaram a vida de grande parte dos trabalhadores paranaenses. Como destacado pelo entrevistado Pedro de Olindo Polizelo, foi uma triste visão dos cafezais todos queimados pelo frio intenso; ele ainda comenta que dez mil pessoas deixaram a área rural de São Pedro do Ivaí. As memórias da geadas de 1975 para os trabalhadores da cafeicultura são marcantes, pois elas simbolizam o fim do Eldorado²²⁸.

Conforme os nossos entrevistados destacam, os envolvidos com a cafeicultura sofreram muito com as geadas ocorridas em São Pedro do Ivaí, mas a geadas negra teria sido anormal em função de sua intensidade. Nas palavras do Sr. João Bonini, “aquela geadas foi fenomenal”²²⁹.

Posto isso, compreendemos que os entrevistados trabalhadores da cafeicultura falam pouco sobre a geadas de 1975, mesmo quando apontam como causadora do fim do cultivo da lavoura, pois não há como negar ter se tratado de um evento da natureza violenta, que causou desordem na vida dessas pessoas.

O Sr. Alécio Bianchini, ao rememorar sobre o episódio da geadas negra, descreve, aliviado, que a geadas de 18 de julho de 1975 deu a sua família um direcionamento, pois antes do evento climático ele e seus parentes tinham decidido que iam acabar com os cafezais da propriedade, pois segundo eles a cafeicultura favorecia os ricos. Alécio Bianchini nos diz:

[...] os grandes viveram em cima dos agricultores do café, portanto que no Rio de Janeiro tem coisa feita lá. Foi lucro em cima do agricultor. Tudo com o dinheiro do agricultor. Então eliminamos os cafezais. Pegamos e plantamos a lavoura branca, no começo plantamos a soja e a soja valia quase que duas sacas de café, era mais rentável.²³⁰

Segundo esse trabalhador, os pequenos sitiantes trabalharam para enriquecer ainda mais aqueles que já eram abastados em condições financeiras, faltava incentivo do governo, e segundo o entrevistado, em São Pedro do Ivaí muitos queimaram o café em sinal de protesto pelos baixos preços do produto.

Vindo ao encontro do que o entrevistado nos descreve, Tomazi pontua que através da cafeicultura alguns conseguiram alcançar riquezas em um curto espaço de tempo, o que

²²⁸ Expressão usada por ARIAS NETO, José Miguel. *Op. cit.*, p. 25.

²²⁹ MIRANDA, Eliane Aparecida; RAGUSA, Helena. Os efeitos da geadas negra de 1975 para os trabalhadores da lavoura de café de São Pedro do Ivaí-Paraná. *Ateliê de História UEPG*, v. 2, n. 2, p. 67-75, 2014, p. 71.

²³⁰ BIANCHINI, Alécio. 59 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Mar. De 2014.

saturou o mercado, “a lotação de cafés de baixa qualidade nos armazéns, a baixa dos preços internacionais e a pobreza para muitos”²³¹.

O Sr. Alécio rememora o período cafeeiro sem saudosismo, a não ser quando descreve que em São Pedro do Ivaí residiam muitas pessoas e tinha um fluxo grande de habitantes.

O historiador José Miguel Arias Neto descreve que nos anos sessenta e setenta passam a serem decisivos para a cafeicultura:

Nos anos sessenta e setenta, a crise da cafeicultura, o colapso do populismo e seus desdobramentos, bem como os rearranjos na ordem capitalista internacional, produziram, a nível local e regional, transformações que despertaram a consciência dos homens para o fato de que a Idade de Ouro chegara ao seu fim, transformando os temores dos anos cinquenta em dura realidade.²³²

Ou seja, a geada negra tirou a ilusão que envolvia os trabalhadores do café de se tornarem grandes fazendeiros da lavoura. Nas análises das entrevistas dos trabalhadores e proprietários de terras que cultivavam os cafezais, observa-se que 75% deles tinham uma vida muito simples e toda envolvida com a cafeicultura. O entrevistado Alécio Bianchini relata-nos que ele e sua família andavam com as roupas remendadas, o que revela um estado de precariedade de sua família, mesmo se tratando de pequenos proprietários. Como destacado por José Miguel Arias Neto:

Pouco a pouco, as ideias de Eldorado, de Nova Canaã, do pioneiro, da riqueza fácil, dos lucros fantásticos, da terra onde se anda sobre dinheiro foram se tornando histórias, parte do passado da cidade, e gradativamente deixam a cena pública para repousar na tranquilidade dos museus e dos arquivos. Esse movimento é lento, e parece seguir concomitantemente às transformações dos anos.²³³

Dessa maneira, essa ideia de eldorado em São Pedro do Ivaí também ficou no passado, o que facilita para os entrevistados trabalhadores rurais do município rememorarem sobre sua chegada ao local, sobre as derrubadas das matas para iniciarem o cultivo dos cafezais, contexto em que “se estabelecer e sobreviver eram as prioridades”. Esses relatos exaltam o esforço dos pioneiros, exprimindo certa visão idealizada da formação do município, aspecto reforçado por nossos entrevistados. Em contrapartida, quando indagamos nossos entrevistados acerca do episódio da geada negra, que marcou uma ruptura no processo de expansão

²³¹ TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná, Histórias e Fantasmagorias*. Curitiba, Paraná, 1997, p. 234.

²³² ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da Política no Norte do Paraná - 1930/1975*. Londrina, Paraná, 1993, p. 175.

²³³ Idem. Op. cit., p. 176.

habitacional, culminando no fim do sonho do Eldorado, percebemos que eles falam muito menos sobre esse episódio.²³⁴

Como destacado por Neto, “a nossa memória está em perigo”²³⁵ se não buscarmos o registro da memória. A presente pesquisa buscou contribuir com a preservação da memória de São Pedro do Ivaí por meio de nossos entrevistados. Destaca-se que, a memória e a história estão muito longe de serem sinônimos, a memória é a vida que é carregada por grupos vivos, em constante evolução, assim ela sempre se renova.²³⁶

As novas gerações, via-de-regra, não reconhecem os antigos habitantes de nossa cidade como pessoas ativas que foram e ainda são. A cidade agita-se nas águas revoltas do presente. As lutas e os conflitos pela sobrevivência absorvem nossa atenção, preenchem o nosso dia. Transferido para o remoto passado da cidade, os velhos são despojados de suas vidas e experiências: seu passado desapareceu, seu futuro é a morte!²³⁷

Sobre o trabalho com a lembrança e a memória, e para chegar ao objetivo da reconstrução da memória de São Pedro do Ivaí, nos baseamos nas concepções de Maurice Halbwachs. Conforme destacado por esse autor:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. Certamente, que se através da memória éramos colocados em contato diretamente com alguma de nossas antigas, impressões a lembrança se distinguiria, por definição, dessas idéias mais ou menos precisas que nossa reflexão, ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma idéia do que foi o nosso passado.²³⁸

As memórias dessas pessoas, portanto, nos permitem analisar parte da realidade vivenciada pelos trabalhadores rurais da cafeicultura em São Pedro do Ivaí, além de possibilitar medir os impactos do declínio da cafeicultura sobre os setores populares em São Pedro do Ivaí, preservando parte da memória coletiva diante daquela realidade que exigiu uma mudança no cenário da agricultura local.

²³⁴ BONI, Paulo César. *Certidões de Nascimento da História: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá*. Londrina- Paraná, 2009, p. 78.

²³⁵ ARIAS NETO, José Miguel. *Pioneirismo: discurso político e identidade regional*, 1995, p. 69.

²³⁶ NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n° 10, 1993, p. 9.

²³⁷ Idem. *Op. cit.*, Loc.cit.

²³⁸ HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*, São Paulo, 1990, p.71.

2.3 A (re) construção da Memória dos Ivaíenses

Quando usamos o termo *(re)construção*, nos referimos a unir fragmentos em cada fala dos trabalhadores da agricultura cafeeira que foram entrevistados, já que buscamos conhecer a história da localidade habitada. É comum, em nosso cotidiano, nos depararmos com falas reproduzidas fazendo menção a uma cidade ou a um lugar sem memória, onde seus habitantes desconhecem sua história. Destarte, percebe-se que, “a necessidade de memória é uma necessidade da história”²³⁹. Através dela, o historiador consegue analisar o contexto da época a ser trabalhada.

Observa-se que a memória dos entrevistados se renova a cada narrativa dos fatos por eles vivenciados. O que os depoentes relatam são experiências vividas por eles, ou seja, compartilham trechos de suas vidas e do seu cotidiano que auxiliam na análise de parte da história do município.

Para Michael Pollak;

[...] A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.²⁴⁰

Na coleta dos depoimentos dos entrevistados percebe-se que uma fala interliga a outra, mesmo quando esses não possuem acesso um ao outro. Na história oral são coletados depoimentos de pessoas que permitem o acesso à participação de sujeitos sociais que atuaram em determinada realidade. É, no entanto, através de suas experiências que estes sujeitos produzem suas memórias em sintonia com o presente, que por sua vez concedem ao historiador a possibilidade de analisar as representações da realidade vivenciada por estes atores, que sendo devidamente analisadas, possibilitam recuperar parte da realidade social de São Pedro do Ivaí dentro do recorte proposto.

Conforme destacado por Maurice Halbwachs;

É possível que no dia seguinte de um acontecimento que sacudiu, destruiu em parte, renovou a estrutura de uma sociedade, um outro período comece. Mas disso nos aperceberemos somente mais tarde, quando uma nova

²³⁹ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n° 10, 1993, p. 14.

²⁴⁰ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro. vol.5. n.º 10, 1992, p. 1

sociedade, realmente, tiver tirado de si mesma novos recursos, e quando ela se propuser outros objetivos.²⁴¹

A sociedade ivaíense, conforme as entrevistas, após a geada negra de 1975 conseguiu tirar de “si” novas maneiras de sobrevivência, mesmo quando os entrevistados pontuam que o evento, significou para eles algo marcante e difícil de esquecer. Quanto à memória e o que os entrevistados nos apresentam sobre o passado de São Pedro do Ivaí, Maurice Halbwachs analisa que:

Não esquecemos nada, porém esta proposição pode ser entendida em sentidos diferentes. Para Bergson, o passado permanece inteiramente dentro de nossa memória, tal como foi para nós; porém alguns obstáculos, em particular o comportamento de nosso cérebro, impedem que evoquemos dele todas as partes. Em todo caso, as imagens dos acontecimentos passados estão completas em nosso espírito (na parte inconsciente de nosso espírito) como páginas impressas nos livros que poderíamos abrir, ainda que não os abríssemos mais.²⁴²

As entrevistas fazem com que os entrevistados ao discorrerem acerca das suas experiências na cafeicultura possibilitam a observação da realidade social vivenciada por estes sujeitos sociais dentro daquele contexto histórico.

Analisando as entrevistas dos trabalhadores da lavoura de café, os mesmos relatam que seus familiares vieram a São Pedro do Ivaí devido à expectativa de melhora de vida e devido às terras ser promissoras para o cultivo da lavoura do café, tendo em vista que no “Paraná, além dos fatores já mencionados, contribuíram também para o desenvolvimento da economia cafeeira, a terra de boa qualidade”²⁴³.

2.4 Cultura, religiosidade e identidade

Tratando da temática da cafeicultura, estamos discutindo a identidade e a cultura das pessoas de São Pedro do Ivaí que cresceram na lida com a lavoura cafeeira, casaram e tiveram seus filhos, cuja boa parcela deles continua a trabalhar no campo.

²⁴¹ HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*, São Paulo, 1990, p.83.

²⁴² Idem. *Op. cit.*, p. 77.

²⁴³ OLIVEIRA, Semi Cavalcante. *Importância do café*. Curitiba, Paraná. 2009, p. 1.

A cultura está ligada a costumes e hábitos de uma sociedade. Peter Burke afirma que “cultura” é um termo “problemático” e faz referência a Burckhardt, que em 1882 já define que:

O termo cultura costumava se referir as artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares ---música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) práticas (conversar, ler, jogar).²⁴⁴

Nessa perspectiva, observamos que a cultura e a identidade ivaíense possui um forte vínculo com as relações de trabalho, norteando as práticas culturais do local. Conforme observou-se nas entrevistas, a religiosidade também está inserida na identidade dos ivaíenses. Os relatos do Sr. João Bonini e da Sra. Zilda Gobeti reforçam a prática da reza do terço Mariano nas residências e os terços juninos em louvor a São João. A Sra. Zilda descreve que à noite seu pai lia a Bíblia para ela e os irmãos, punha algum deles para ler o salmo. Observamos que o hábito da reza do terço perpassou as gerações que ainda mantém essa tradição.

Assim, a religiosidade se destaca no dia a dia dos moradores do município. Muitos encontros giram em torno das atividades religiosas, além dos encontros nas missas dominicais e as missas das quartas e sextas-feiras. Foi implantado o terço dos homens em que, com frequência considerável, homens da comunidade se encontram todas as terças-feiras. Para esse grupo de pessoas (no caso os homens), as reuniões são importantes e, mesmo que as intenções que os levam a participarem do terço não sejam verbalizadas, observamos que os homens buscam apoio dentro desse rito para suportarem as angústias vivenciadas durante o decorrer da semana.²⁴⁵

O sociólogo Émile Durkheim afirma que

As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que só surgem no interior de grupos coordenados e se destinam a suscitar, manter ou refazer alguns estados mentais desse grupo.²⁴⁶

Assim, o grupo foi se identificando e se fortalecendo, dessa maneira percebeu-se a adesão de muitos homens da comunidade que não tinham por hábito frequentarem esse espaço

²⁴⁴ BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro. ZAHAR, 2008, p. 42

²⁴⁵ Segundo Durkheim (1996), um rito nos prescreve a maneiras de agir.

²⁴⁶ DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fonseca, 1996, p.16.

religioso de São Pedro do Ivaí. No momento do rito do terço dos homens fica em aberto a palavra para aqueles que sentirem a necessidade de se manifestarem, expondo suas intenções para aquele momento de oração, o que faz desse espaço um ambiente também de socialização e conscientização entre os pares em relação às necessidades sociais e políticas do município.

Sabe-se que a reza do rosário e do terço é uma devoção religiosa antiga. Trata-se de uma oração que foi se formando ao longo do tempo e o formato da oração que se segue até a atualidade foi organizada por São Domingos, que viveu entre o ano de 1170 a 1221; o Papa Leão XIII, em sua encíclica de 1883, orienta como rezá-lo.²⁴⁷ Muitos religiosos leigos praticam em casa a devoção, sendo que algumas paróquias dedicam um dia de cada mês para que a devoção do santo terço a Maria mãe de Jesus, seja rezado nas igrejas diante do sacrário. A presença das mulheres é predominante nesses momentos, assim é algo novo na igreja católica a reunião semanal dos homens para praticarem a devoção do terço. Essas práticas religiosas vão sobrevivendo ao tempo, devido à memória coletiva, sendo como heranças deixadas de nossos antepassados.

Através do terço dos homens, o recinto religioso da igreja Matriz de São Pedro do Ivaí passa a ser um lugar homogêneo, já que crianças, adolescentes e adultos estão aderindo a essa prática religiosa e sucessivamente vão aderindo a outros trabalhos pastorais da igreja católica.

Dessa maneira, percebe-se que a religião, de um modo ou de outro, tem desempenhado uma função social e, conforme se observa nos trabalhos desenvolvidos pelas pessoas envolvidas nas atividades religiosas da igreja católica do município, analisa-se que essa função está em total desenvolvimento, já que o pároco expõe nas reuniões paroquiais o aumento da participação das pessoas nas missas, terços e demais pastorais e movimentos existentes na igreja.²⁴⁸

Geralmente as práticas religiosas do município, quando envolve datas comemorativas, estão ligadas a festividades. Percebe-se que essa prática vem sendo exercida desde o período da lavoura cafeeira, especialmente ao término da colheita, pois identificamos essa praxe nas entrevistas de alguns dos entrevistados, quando citam o número de pessoas que a pé,

²⁴⁷ CARTA APOSTÓLICA. *ROSARIUM VIRGINIS MARIAE* do sumo pontífice João Paulo II ao episcopado ao clero e aos fiéis sobre o Rosário. Vaticano, 16 de outubro de 2002. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/2002/documents/hf_jp-ii_apl_20021016_rosarium-virginis-mariae.html. Acesso em 01 de jul. 2019.

²⁴⁸ BERGSON, Henri. *As duas fontes da moral e da religião*. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 1978.

passavam nos trios formados dentro das lavouras de café, seguiam de guarda-chuva para se proteger do sol, rumo à igreja matriz do município.²⁴⁹

Quanto ao lazer dos trabalhadores da cafeicultura, conforme a entrevistada Zilda Gobeti, seu pai, “quando acabava a colheita do café, sempre dava aquela festinha”²⁵⁰. A entrevistada chama de festinha, o que seria uma confraternização após a conclusão da colheita de café, assim seria servido pão com carne moída, acompanhado de bebidas. Essas festas ao final das colheitas eram um costume da época. Mesmo os empregados não tendo maior participação nos lucros das colheitas, eles festejavam o término dentro do estipulado daquela ação de colher o café e entregá-los aos cerealistas. Segundo a entrevistada, “eles ainda assim partilhavam a realização, o profundo envolvimento do trabalho”²⁵¹. Quando se trata de relacionamentos entre empregado e empregador, existem costumes que seguem séculos a fora, e percebemos que a fidelidade é algo mantido entre empregado e empregador. .

Conforme Edward P. Thompson;

(...) na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação “entre o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados - o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa—e não há grande senso de conflito entre o trabalho e “passar do dia”.²⁵²

Para a trabalhadora da cafeicultura, essa ação do pai contribuía para a unidade entre a vizinhança, que os ajudava no término da colheita do café. Os estudos do autor supracitado contribuem para a análise do comportamento dos trabalhadores e produtores de café de São Pedro do Ivaí no que tange a suas festividades. O lazer ora relacionava-se com as atividades de trabalho, ora existia em separado.

Todos os anos, nos meses de maio e setembro, acontecem as festas da Igreja do Bairro Dois Palmitos e da igreja matriz, envolvendo as pessoas que moram na cidade e no campo. Há quatro anos realiza-se, geralmente no mês de novembro, um jantar dançante aberto a todos da comunidade ivaíense, também relacionado com a igreja. Porém, não havendo opções para os

²⁴⁹ O entrevistado João Bonini mencionou essa situação, em que muitas pessoas passarem no trio abaixo de sua casa com destino à missa que era celebrada na cidade e depois, mais ou menos às 12:00 horas, aquelas pessoas retornavam com os guarda-chuvas aberto para se protegerem do sol, (citação completa na p.85).

²⁵⁰ GOBETI, Zilda. 64 ANOS. Aposentada. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 24 Jul. de 2017.

²⁵¹ THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo, 1998.

²⁵² THOMPSON, Edward P. *Op.cit*, p. 271.

que não se sentem confortáveis frequentando esses espaços religiosos, percebe-se uma carência para o lazer da população em geral.

Roger Chartier expõe que a cultura vem sofrendo transformações radicais em seu significado:

Outra transformação radical situa-se antes e depois do surgimento de uma cultura de massa: supõe-se que os novos instrumentos da mídia tenham destruído uma cultura antiga, oral e comunitária, festiva e folclórica, que era, ao mesmo tempo, criadora, plural e livre. O destino historiográfico da cultura popular é, portanto, ser sempre abafada, recalçada, arrasada, e, ao mesmo tempo, sempre renascer das cinzas.²⁵³

Na visão de Chartier, a cultura passa a ser considerada uma cultura geral modificando a cultura da população, que se tratava de uma cultura diversificada, para se tornar uma cultura homogênea - mas a cultura da sociedade renasce sempre e ela por si só se preserva e emerge de seu meio.

O entrevistado João Bonini, trabalhador e pequeno proprietário de terras de São Pedro do Ivaí, relembra o apreço dos trabalhadores rurais pelas cerimônias religiosas, que se incorporavam às festividades populares.

Então aqui vou falar pra você era coisa mais linda do mundo, na época de 72 e 73 por aí, acho que antes um pouco em 68, o Padre Orlando vinha rezar a missa uma vez por mês, as 10:00 horas do dia, aqui tinha o trio que saía dos Magri, lá naqueles dois coqueiros no meio do cafezal, aquilo você olhava assim era uma pessoa atrás da outra, pra ir à missa, quando era 12:00 dia, voltava tudo com sombrinha com guarda-chuva, mas não deixava de ir à missa. Era assim, de gente.²⁵⁴

Percebe-se que a realidade social dos trabalhadores rurais estava vinculada à religiosidade, sendo um aspecto transmitido “de geração para geração”. Esse hábito de primeiro participarem das atividades religiosas e depois frequentarem as festas e bailes é algo que ainda persiste na atualidade.²⁵⁵ Outro fator interessante que aparece em algumas entrevistas é a referência à quantidade de pessoas que habitavam no campo, a satisfação que os entrevistados demonstram ao relembrem sobre esse fato.

²⁵³ CHARTIER, Roger. “*Cultura Popular*”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n.16, 1995, p. 170-192/1995, p. 3.

²⁵⁴ BONINI, João. Aposentado. 78 anos Entrevista Concedida a Eliane Aparecida Miranda. São Pedro do Ivaí, 01 de maio de 2014.

²⁵⁵ THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura popular tradicional*, São Paulo, 1998, p. 18.

O entrevistado João Bonini até à atualidade mantém o hábito de celebrar em sua propriedade o terço em homenagem a São João. Pessoas de São Pedro do Ivaí e região prestigiam a festa que, à exemplo da década de 1960, mantém a tradicional quadrilha, fogueira, queima de fogos e é regada a quentão, pé de moleque e alimentos derivados do milho. Essas festas populares passam a ser uma particularidade não apenas do sítio do Sr. João Bonini, mas de São Pedro do Ivaí, onde muitas pessoas prestigiam esse evento que perpetua a tempos, mantendo a tradição da localidade.

Todo sábado, difícil o sábado que não tinha uma brincadeira com cavaquinho e violão, não era sanfona porque naquele tempo quase não tinha sanfoneiro, era cavaquinho e violão. O cara armava quatro a cinco furquia, uma no meio e quatro em volta com quatro a cinco lampiãozinho desse daqui, (nos mostra o lampião que ele guarda) um em cada canto e um perto do tocadô de violão né! E aí o povo rodava até quatro e meia da manhã. Era toda semana, eu vou falar para você não tinha uma semana que não tinha um terço e depois do terço era café, anisete, amendoim torrado. Era aquela festa! E dava gente!²⁵⁶

Percebe-se que as reuniões religiosas, os terços e as comemorações após a reza do terço reforçam o sentimento de pertença dos ivaíenses ao município. O espaço do sítio passa a ser um local de memória.²⁵⁷ No caso, essas festas após orações também serviam de termômetro que quantificava o número de participantes que eram, na maioria das vezes, moradores da área rural. O Sr. João reforça que hoje não dá muita gente na reza, “mas, naquele tempo não, qualquer um que sabia de um terço, vinha, você olhava assim, parecia uma festa, tinha muita gente!”²⁵⁸. Os encontros eram realizados quase que religiosamente, toda semana, segundo o entrevistado.

Bergson descreve que

Mas basta o hábito e, no mais das vezes, basta-nos ir a esmo para dar à sociedade o que ela espera de nós. Ademais, ela facilitou singularmente as coisas ao intercalar intermediários entre nós e ela: temos família, exercemos um ofício ou uma profissão; pertencemos à nossa comunidade, à nossa vizinhança, ao nosso bairro; e onde a inserção do grupo na sociedade é perfeita, basta-nos a rigor, cumprir nossas obrigações para com o grupo para estarmos em dia com a sociedade.²⁵⁹

²⁵⁶ BONINI, João. Aposentado. 78 anos Entrevista Concedida a Eliane Aparecida Miranda. São Pedro do Ivaí, 01 de maio de 2014.

²⁵⁷ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n° 10, 1993.

²⁵⁸ BONINI, João. Aposentado. 78 anos Entrevista Concedida a Eliane Aparecida Miranda. São Pedro do Ivaí, 01 de maio de 2014.

²⁵⁹ BERGSON, Henri. *As duas fontes da moral e da religião*. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 1978, p. 15.

Assim, o indivíduo passa a pertencer a um grupo, seja ele o grupo da reza, ou o grupo frequentador dessas festas, ou o grupo dos que frequentam os bares. Esse sentimento de pertença é importante para as pessoas, pois seria essa interação que nos torna um ser social, já que “as pessoas encontram um meio de estabelecer relações amáveis com seus semelhantes”²⁶⁰. Observa-se que esse é o ponto, a sensação de estar em dia com a sociedade, com o que vai resistindo ao tempo através do hábito. Uma característica das festas de São Pedro do Ivaí é que elas acontecem após as celebrações religiosas, tendo uma conexão entre religiosidade e festividades.

Dessa maneira, a identidade dos ivaíenses é formada de vários fragmentos entre a conservação de alguns hábitos e a busca na contemporaneidade de algo que identifique o perfil da população do município.

Stuart Hall aponta-nos que

O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora”.²⁶¹

Por meio das análises das entrevistas, podemos constatar que, pelo fato do município de São Pedro do Ivaí, desde sua formação, possuir a agricultura como principal atividade econômica, existe um forte vínculo de seus habitantes com a terra, que foi o principal meio de produção da cidade e o meio de subsistência de muitas pessoas. Em face da desigualdade gerada por não a possuir, estes vendiam sua mão de obra nos trabalhos da cafeicultura. Nesse contexto, diante da geada negra de 1975, observamos que o fenômeno climático pode ter contribuído com uma forte crise de identidade nas pessoas que foram forçados a mudar seus estilos de vida, uma vez que o trabalho nos grandes centros urbanos apresentava melhores perspectivas.

²⁶⁰ ALENCAR, Ana Lúcia Hazin. *Estilo de vida e sociabilidade: relações entre espaço, percepções e práticas de lazer na sociedade contemporânea*. Um estudo de caso em Gravatá, Pernambuco. Recife, 2007, p.71.

²⁶¹ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, 1997, p. 12.

CAPÍTULO 3

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E CRIANÇAS NA CAFEICULTURA EM SÃO PEDRO DO IVAÍ

A discussão exposta neste capítulo possui como objetivo central a recuperação da participação feminina e infantil na agricultura cafeeira do município de São Pedro do Ivaí. Buscou-se discorrer sobre a importância dessa mão de obra para a lavoura de café do município, já que essa não é mencionada pelos memorialistas da cidade e em nenhuma comemoração é abordado a participação desses sujeitos.

Como destacado pela historiadora Michelle Perrot “as mulheres não são passivas nem submissas” e por mais que “a miséria e a opressão” vivenciadas em sua realidade deva ser denunciada, isso não basta “para contar sua história”. Nesse sentido, buscamos nos desvincular de uma análise na qual a figura feminina seja vitimizada; almejamos, ao invés disso, evidenciar a contribuição das mulheres ivaíenses nas lavouras de café do município em questão, mesmo quando a mão de obra feminina é tida como secundária na história do município²⁶².

Recuperar a participação das mulheres e das crianças na lavoura cafeeira em São Pedro do Ivaí, analisando-as enquanto sujeitos históricos ativos, constitui, portanto, uma tarefa complexa já que os entrevistados assumem o papel de meros figurantes do período, o que sabemos não condizer com a realidade daquele contexto. Mesmo quando negligenciada a participação das mulheres, das crianças e adolescentes na história, sabe-se que estes estavam presentes construindo a história de um povo.

Falando de mulher, observamos que a presença das mulheres em todos os ambientes de trabalho que hoje elas estão inseridas, gera mesmo que inconscientemente um desconforto e uma disputa. Mas as mulheres, de modo geral, precisam se conscientizar de seu valor e acreditar que “não estamos aqui só pra lavar louças”²⁶³. Somos sujeitos históricos importantes dessa sociedade onde o machismo ainda predomina e, infelizmente, a mulher ainda é vista como o sexo frágil. Com o desenvolvimento da pesquisa algo que ficou muito claro é que a cafeicultura exigia atenção o ano todo, dessa maneira, não só a figura feminina (que tinha

²⁶² PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1984, p. 212

²⁶³ ALMEIDA, Marisangela Lins de. “Nós não estamos aqui só pra lavar louças”: A inserção das trabalhadoras rurais da região central do Paraná no sindicato rural de Pitanga (1980-1990). GUARIZA, Nádia Maria; SCÖRNER, Anselmo (org.) *História e conflitos uma análise em várias escalas*. Guarapuava: Unicentro, 2018.

dupla e, até mesmo, tripla jornada de trabalho), como as crianças e adolescente eram de grande relevância para todo o processo da lavoura cafeeira.

3.1 Mulheres e a invisibilidade de seu trabalho na cafeicultura

Buscando analisar o papel das mulheres na cafeicultura, foram coletados depoimentos com as entrevistadas que vivenciaram a realidade do município de São Pedro do Ivaí, contexto que engloba a expansão e o declínio da cultura cafeeira. O capítulo, portanto, além de atuar na rememoração da participação feminina na lavoura, também busca problematizar o discurso que idealizava aquele contexto histórico como uma época dourada.

Para tanto, nos baseamos nas entrevistas de quatro entrevistadas: a primeira, a Sra. Geni Fernandes de Souza, aposentada, 75 anos; a segunda, a Sra. Zilda Gobetti Bolonhini, aposentada, 64 anos; a terceira, a Sra. Maria da Anatividade de Andrade, aposentada, 83 anos²⁶⁴ e a quarta mulher, a Sra. Anita Bassanelo Berbel, aposentada, 75 anos²⁶⁵.

A história oral está intercalada com a memória, sendo nesse caso uma ferramenta muito importante que nos permite o acesso ao passado dessas mulheres, que colaboraram com os trabalhos na lavoura cafeeira, e fazem parte da história local. Eclea Bosi nos descreve que “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança”²⁶⁶. As lembranças dessas pessoas, por sua vez, nos auxiliam para que o passado do município seja conhecido pelas novas gerações, para que possam mensurar as experiências vividas por essas mulheres ivaíenses.

Partindo dos pressupostos de uma memória coletiva, é interessante destacarmos que nos baseamos nas entrevistas de quatro mulheres distintas, mas que acreditamos poder referenciar a atuação das mulheres na lavoura cafeeira em São Pedro do Ivaí.

Com a chegada dos filhos, a Sra. Geni executava quase a mesma rotina diária, não fosse o fato de que agora, além dos afazeres domésticos e o trabalho na roça, a mesma também passou a se empenhar nos cuidados dos filhos. Geni desde a juventude trabalha nas tarefas da lavoura cafeeira, sendo que esta foi criada por um tio.

²⁶⁴ ANDRADE, Maria da Anatividade de. Entrevista concedida à Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em março de 2014.

²⁶⁵ BERBEL, Anita Bassanelo. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 11 de Dez. de 2018

²⁶⁶ BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, 1994, p. 53.

Sobre suas atividades, como destacado pela própria entrevistada:

Eu fazia o almoço e levava na roça para o esposo se alimentar, permanecia na roça até umas 18:00 horas, ao retornar pra casa ia fazer todos os afazeres domésticos, lavar louça, lavar roupa, cozinhar no fogão a lenha e passar as roupas das crianças com o ferro a brasa (colocava fogo no fogão, pra fazer o fogo colocava uns sabugos para fazer a brasa para por no ferro) deixava as roupas deles arrumadas para ir para a escola, cuidar das crianças e tudo isso no clarão da lamparina, não tinha água encanada, tinha que tirar a água do poço, não tinha geladeira ou fogão a gás, não tinha nada disso.²⁶⁷

Com a fala da Sra. Geni, podemos observar a diversidade de funções que esta desenvolvia durante o seu dia. No decorrer das entrevistas a presença da mulher é notória na execução das tarefas exigidas pela lavoura cafeeira. Mesmo sendo um período marcado pelo patriarcalismo, que faz questão de colocar a mulher trabalhadora da cafeicultura como mera figurante nesse cenário, é evidente o discurso de desvalorização da mão de obra feminina e, mesmo que às vezes involuntariamente, a posição masculina de deixar a mulher “fora dos acontecimentos” prevaleça, não tem como negar que a presença dessas mulheres nas roças faziam toda a diferença, sendo praticamente impossível não mencionar o papel delas na história da cafeicultura no município de São Pedro do Ivaí²⁶⁸.

Ao analisar essa parte da vida da Sra. Geni como trabalhadora da cafeicultura, desde sua mocidade, imaginamos que esta quando deu por si já estava casada e o crescimento da família só era percebido “através de sucessivas parturições”; o seu cotidiano mesclava com a “expansão dos cafezais, a época de plantar e de colher”²⁶⁹. Assim esta entrevistada via sua vida sendo gasta com os cuidados domésticos e com os trabalhos dedicados a lavoura.

A mulher agricultora do período de 1970 a 1980 era vista como dependente, sendo que “as casadas, na sua maioria, eram tidas como dependentes do marido, enquanto as solteiras, dependentes do pai”²⁷⁰. A mulher estava à margem da história. Completamente expropriada do próprio direito à memória. A sociedade de modo geral é educada para dividir os sexos.

Quanto a isso Pierre Bordieu, em sua obra *A dominação masculina*, apresenta-nos que,

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela

²⁶⁷ SOUZA, Geni Fernandes. Aposentada. 64 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Out. de 2018.

²⁶⁸ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro, Bauru, SP; EDUSC, 2005.

²⁶⁹ MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. Nos retalhos, a memória da mulher. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 79

²⁷⁰ BONI, Valdete. *Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 289-302, janeiro-abril/2004, p. 290.

está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.²⁷¹

Desses exemplos citados pelo autor é sensato registrar que também nas roças, nos trabalhos com a agricultura, existe essa divisão. A ação das trabalhadoras pode até não ser citada, mas é impossível ignorá-la e é muito interessante quando a autora Verena Stolcke cita o trabalho da mulher na cafeicultura como essas sendo “submissas em suas famílias eram as mais esforçadas no trabalho”. Essas lidavam com várias situações durante o dia que exigiam grande desenvoltura para que as tarefas do lar e da roça fossem concluídas, se sujeitando mais ao serviço. A mulher trabalha mais porque tem brio e quando eram repreendidas no exercício dos trabalhos, não respondiam, pois não tinham “voz para responder”²⁷². Percebe-se que até mesmo o elogio da dedicação feminina aos trabalhos na cafeicultura, faz referência que: a mulher é submissa, “ela não tem voz para responder”. Ou seja, pelo olhar desse turneiro, a mulher é o sexo frágil²⁷³.

Desde a história da criação do mundo é reservado às mulheres o direito do silêncio, com isso muitas mulheres passam a não valorizar a sua presença e a sua contribuição para com a nossa história, “o passado é a referência para nosso conhecimento de regras e para nossa capacidade de selecionar acontecimentos”²⁷⁴.

Luc Capdevila, em entrevista à historiadora Maria Joana Pedro, reforça que

[...] os homens perderam uma parte de sua autoridade sobre as mulheres, na medida em que não estavam presentes, e as mulheres tinham de se virar sozinhas, adquirindo, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, uma autonomia financeira com o desenvolvimento do trabalho assalariado.²⁷⁵

Dessa maneira, a mulher inicia a luta por sua autonomia, luta essa que permanece até a atualidade em especial na igualdade salarial, já que o trabalho da mulher está inserido na maioria das funções que no passado somente o sexo oposto desempenhava, como motorista de táxi, de caminhão, de ônibus, de ambulância, mecânicas, sapateiras e cargos políticos estamos citando atividades que no imaginário eram atribuídas aos homens, e essa situação ainda causa

²⁷¹ BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. *A dominação masculina*. - 11º ed. - Rio de Janeiro, tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012, p. 17.

²⁷² STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, mulheres e capital [1850-1980]*. São Paulo, 1986, p. 267.

²⁷³ Idem. *Op. cit.* Loc.cit. Turneiro seria o indivíduo que controlava as turmas, ou seja, os trabalhadores.

²⁷⁴ LEE, Peter. *Por que apreender História*. Tradução: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. UFPR. Curitiba, 2011.

²⁷⁵ Idem. *Op. cit.* Loc.cit.

desconforto para a sociedade machista. Ainda existe o pensamento de que a mulher deve ficar em casa tomando conta dos afazeres domésticos.

Joana Pedro nos descreve sobre a separação das esferas que na verdade são espaços criados para a separação em ambientes de trabalho do sexo feminino do masculino²⁷⁶. Mesmo no século XXI presenciamos cotidianamente separação ou, diríamos, preconceito, em relação à mão de obra feminina. Muitas vezes essa separação não é delimitada fisicamente, mas demonstrada verdadeiramente em relações de poder.

Mesmo que marginalizadas nos estudos sobre o café, as mulheres entrevistadas na faixa etária de 60 a 80 estavam lá. Mesmo não tendo dados sobre essa participação feminina no espaço rural é de grande valia estas entrevistas, pois vai se desconstruindo a ideia que a mulher das áreas rurais ou que frequentavam esse espaço, vivia em total submissão ao sexo masculino.

No que tange às tarefas na lavoura cafeeira, a nossa entrevistada a Sra. Geni relembra certo receio no trato com o café, em virtude da eventual presença de insetos peçonhentos entre os galhos da lavoura, conforme as próprias palavras da entrevistada:

Eu mesmo saia de baixo de um pé e entrava de baixo de outro, mas dá medo de bicho, às vezes a gente pegava uma tabuinha com medo de enfiar a mão e ter algum bicho, aí tem que limpar tudo até sair as folhas, aquele galhinho, daí tem que limpar bem por baixo, deixar limpinho igual um terreiro, aí rastelava, né Rubens (esposo) eu era de rastelar, eu rastelava, mais o povo gostava do café que eu rastelava [...] um café limpinho e eles era de abanar, os homens abanavam.²⁷⁷

Segundo a Sra. Geni, o café que por ela era rastelado ficava com menos sujeiras, oriundas da própria planta, como folhas e até mesmo pedaços pequenos dos galhos da planta. A segunda entrevistada, a Sra. Zilda Gobetti Bolonhini, nos relatou ter participado dos trabalhos nos cafezais em São Pedro do Ivaí ainda enquanto criança. Desde muito cedo, por volta dos seis anos de idade, a depoente rememora que já era responsável pela entrega das refeições aos membros de sua família que trabalhavam na lavoura e de forma lúdica a mesma foi precocemente inserida ao trabalho na cafeicultura:

Entre os 6 a 7 anos de idade eu já ia levar café na roça que eles tava colhendo café, eu já ia leva o almoço e o café da tarde, ia eu e meu irmão mais velho, junto, porque um sozinho não levava tudo, então eu ia. Ai

²⁷⁶ PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 4, n. 4: 33-39, 2000.

²⁷⁷ SOUZA, Geni Fernandes. Aposentada. 64 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Out. de 2018.

quando passou dos 7 anos eu já ia na escola, 1º e 2º estudei de manhã, na parte da tarde que eu vinha, aí eu ia só no tempo da colheita.²⁷⁸

Dessa maneira, havia por parte dos responsáveis pelas crianças a preocupação de educar para o trabalho; a criança era motivada a contribuir desde cedo com a mão de obra, uma vez que a cafeicultura parecia não dispensar braços. A partir dos doze anos de idade, a entrevistada relata que já trabalhava integralmente na lavoura, rotina que manteve até seu casamento, em 1975, ano marcado pela ocorrência da geada negra.

Já a entrevistada Maria da Anatividade, de 83 anos, quando indagada acerca das atividades por ela exercida na lavoura de café, descreve que trabalhava desde o plantio à colheita, atuando em todos os processos, sem distinção de atividades.

A entrevistada e seu esposo eram “meeiros”, ou os também chamados “porcenteiros”, pessoas que trabalhavam durante o ano todo e como remuneração recebiam uma porcentagem da colheita, que girava em torno de 40%; os 60% restantes eram reservados ao proprietário da terra. Durante o ano a subsistência era proporcionada por meio do cultivo de lavouras que eram plantadas pelos meeiros em meio aos cafezais.

Como destacado pela Sra. Maria:

Quando plantava o café esperava nascer e já preparava aquela madeira, tudo assim, do mesmo tamanho, tudo cortadinha assim, pra fazer igual em um puleirinho, aí cercava, quando o café saia o broto fora, aí você tirava, tirava o café quando ele tivesse na base de uns dois palmo de tamanho, aí todos os meses que chovia você tinha que dá aquela limpeza. Ai depois que o café crescia você plantava no meio do café os mantimentos. Como é que nós colhia o café? O café, esse café novo nós colhia no pano. Abria aquele pano por baixo, até hoje tem café que colhe assim, colhia no pano. Ai antes da geada nós colhia no chão. Ai depois acabou o café, aonde era café nós plantava no meio do café, plantava arroz, plantava mio, tudo no meio do café. Quando chovia se ficava de joelho no chão e limpava o tronco, tirava aquele barro de dentro.²⁷⁹

Esse tirar o café, mencionado pela Sra. Maria, era na verdade um desbaste na planta, fazendo como uma seleção, “de modo a ficar em cada cova apenas quatro das melhores mudas” da lavoura²⁸⁰. Quando questionada acerca da extensão da lavoura cafeeira, Maria afirma: “Isso aqui [São Pedro do Ivaí] era tudo cafezal, era inteiro café”. Na sequência, a entrevistada relata o amplo uso de mão de obra exigida pela lavoura; de acordo com a Sra,

²⁷⁸ GOBETI, Zilda. 64 ANOS. Aposentada. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 24 Jul. de 2017.

²⁷⁹ ANDRADE, Maria da Anatividade. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Mar. De 2014.

²⁸⁰ POZZOBON, Irineu. *A epopeia do café no Paraná*. Londrina: Grafmarke, 2006, p. 39.

Maria, durante a colheita era entregue pelo patrão um saco com uma numeração crescente a cada chefe de família contratado para trabalhar na fazenda. A família, portanto, recebia um saco com a mesma numeração. Essa prática era utilizada como meio de determinar a produtividade de cada família durante a colheita. A entrevistada Maria destaca, no entanto, que não raro os sacos atingiam a numeração de 400 ou mais, o que revela o elevado número de braços empregados, uma vez que cada número marcado representava uma família.

Sobre o trabalho das mulheres na lavoura, a Sra. Maria destaca que o fato de ela ser mulher não a impossibilitou de trabalhar nos cafezais, executando todas as tarefas exigidas pela lavoura sem distinção de sexo. No caso as tarefas seriam: capinar, varrer ou rastelar entre os cafezais, derriçar os frutos, abanar, lavar o fruto separando as impurezas. Essa trabalhava como um homem. Inclusive ela rememora certa ocasião em que seu marido adoeceu, ficando internado em um hospital na cidade de Londrina. Sem o esposo, a entrevistada se viu obrigada a garantir o sustento familiar, tendo que enfrentar jornadas ainda mais extensas de trabalho, em prol da subsistência de sua família.

Em síntese, a entrevistada enfatiza as dificuldades enfrentadas por ela na lavoura cafeeira, reforçando a simplicidade da vida no campo “a vida não tinha luxo, no sítio nós criava uma galinha, um porquinho, isso era fartura, nós ia na venda e comprava tudo fiado”²⁸¹.

Sobre as consequências da geada negra, esta afirma que o fenômeno climático representou um dia fatídico para o município, prejudicando de forma endêmica a vida de toda a população, uma vez que abalou toda a estrutura econômica na qual se baseava a sociedade ivaíense. Os impactos, no entanto, foram mais incisivos aos proprietários, como destacado pela Sra. Maria: “aí foi mais prejuízo pro patrão, do que pra nós, a gente só ia plantando e plantando e dava o lucro pra eles”²⁸².

A realidade vivida, pela Sra. Anita Bassanelo Berbel se diferencia das demais mulheres entrevistadas, Anita trabalhou pouco na cafeicultura, pois o esposo trabalhava puxando o café dos vizinhos para o IBC em Jandaia do Sul. O sogro de Anita cultivava a cafeicultura e quando seu esposo ia para a roça trabalhar era junto com o pai. Passando o tempo o sogro dividiu as terras, assim eles continuaram trabalhando com a cafeicultura, mas ela pouco ia à roça por ter que cuidar dos filhos. A Sra. Anita relata:

²⁸¹ ANDRADE, Maria da Anatividade. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Mar. De 2014.

²⁸² Idem.

Meu marido trabalhava com o caminhão e puxava café para os vizinhos, é, mas ele tocava um pedaço de café eu ia ajudar, mas ele não gostava, por causa que tinha criança, né? Levava as crianças na roça, eles se perdiam no meio da roça (risos) aí ele falou, não, porque pode sair por aí, e ir pra estrada, na beira da estrada, não vai mais na roça, não. Cuida das crianças!²⁸³

No caso a entrevistada acatou o pedido do esposo e passou a ficar no lar cuidando dos filhos, já que o esposo demonstrava que não era a favor das idas da esposa para a cafeicultura, o que poderia ter outros motivos já que, conforme Anita, eles precisavam de ajuda na lavoura e na época tudo era difícil; inclusive o caminhão com o qual o esposo trabalhava foi comprado na base da confiança, ou seja, o veículo foi vendido a eles a prazo.

Por meio das entrevistas podemos constatar que as mulheres tiveram ampla participação no cultivo da lavoura cafeeira em São Pedro do Ivaí, embora essa participação não seja destacada e frequentemente esquecida. Como constatado por meio das entrevistas, a participação feminina na lavoura, se deu, em alguns casos, sem distinção de gênero, o que evidencia o empenho dessas mulheres para adquirir para si e para seus entes queridos a subsistência, através do trabalho árduo na lavoura, onde enfrentavam longas horas de trabalho.

Nesse sentido, os relatos das entrevistadas evidenciam que o cultivo da lavoura no município em questão foi marcado pelo trabalho árduo e com muitas dificuldades pelas mulheres se fizeram presentes em todo o processo da lavoura cafeeira trabalhando e não apenas ajudando a colhê-los, e mesmo diante a tudo, essas foram praticamente expropriadas da memória de São Pedro do Ivaí.

3. 2 As Crianças como sujeitos históricos

As crianças são hoje caracterizadas como seres humanos em formação. Por essa razão, são reconhecidos como cidadãos, dotados de direitos, como expressa a Constituição Federal de 1988, que ainda reconhece que as crianças e adolescentes devem ser reconhecidos como pessoas de “absoluta prioridade” por suas famílias, pela sociedade e pelo Estado.²⁸⁴ No

²⁸³ BERBEL, Anita Bassanelo. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 11 de Dez. de 2018.

²⁸⁴ SILVA, Ana Cristina Serafim; PEREIRA, Joelma Sirqueira. *O trabalho infanto-juvenil na agricultura no município de Tocantópolis*. Belo Horizonte, 2013.

entanto, a concepção de criança adotada em nossa sociedade contemporânea consiste em um fenômeno relativamente recente na história da civilização humana.

A concepção de criança, tal qual entendemos hoje, é caracterizada como um constructo histórico-social, que foi se desenvolvendo no decorrer dos séculos. Foi a partir dos séculos XVI a XVIII, ainda de forma rudimentar, que a concepção de criança começa a se desenvolver. Antes disso, as crianças a partir do momento em que se mostrassem aptas a se locomoverem com certa independência, já eram inseridas de forma, hoje considerada precoce, ao mundo dos adultos, sem qualquer diferenciação²⁸⁵.

A indiferença com relação à criança e à infância de um modo geral na Idade Média são refletidas inclusive nas artes, marcadas pela imprecisão das representações artísticas de crianças, caracterizadas por traços que representariam hoje um homem adulto em miniatura²⁸⁶.

Portanto, um dentre os vários desafios que se apresentam ao horizonte da disciplina de História da Infância, consistiria justamente na árdua tarefa de conceder visibilidade histórica às crianças e adolescentes, esses sujeitos históricos que comumente são esquecidos, não sendo, em boa parte dos casos, sequer mencionados nas fontes documentais e em trabalhos historiográficos. Percebe-se que “a criança e o adolescente só podem ser compreendidos no contexto da sociedade em que estão inseridos”, considerando que a partir da leitura da obra de Philippe Ariés compreendemos que nos séculos passados a criança era tida como um mini adulto²⁸⁷.

A concepção da criança como sendo frágil, um ser em construção começa a ser construído a partir do século XIX. Todo o cuidado com essas é uma construção histórica. Dessa maneira, parece injusto as comparações que são feitas entre as crianças de hoje e as crianças do passado. As classes sociais mais abastadas excluíram as crianças do mundo do trabalho e de suas responsabilidades, o que gradativamente se estendeu a todas as classes sociais: a criança passou a ser vista como pessoas que seriam “puros, assexuadas e inocentes”²⁸⁸.

²⁸⁵ Idem. *Op. cit.*, p. 10.

²⁸⁶ Idem. *Op. cit.*, p.51.

²⁸⁷ SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. Estudos de Psicologia I Campinas I 22(1) I 33-41 I janeiro - março 200, p. 34. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000100005. Acesso em 28 de Jul de 2019.

²⁸⁸ Coll, C., Palácios, J., & Marchesi, A. (1995). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva* (v.1). Porto Alegre: Artes Médicas.

Partindo dessa premissa, o presente tópico busca realizar uma breve análise historiográfica acerca do papel desempenhado por crianças e adolescentes na agricultura cafeeira no município de São Pedro do Ivaí, por meio de entrevistas realizadas com pessoas residentes no município e que trabalharam, enquanto crianças e adolescentes na lavoura cafeeira.

Buscamos, portanto, contribuir de maneira modesta, no âmbito local, com o processo que busca destacar as contribuições e participações efetivas das crianças e adolescentes dentro da conjuntura histórica, o papel infanto-juvenil na agricultura cafeeira.

O entrevistado Alcy Moreira da Silva afirma ter vindo de Nova Fátima, Paraná, a São Pedro do Ivaí quando tinha seis anos de idade e afirma ter trabalhado na lavoura do café. Ele descreve que o período trabalhado na cafeicultura foi curto, quase inexpressivo:

Então, eu não posso dizer que eu trabalhei muito na lavoura de café, mas trabalhei um pouco, né! Um pouco, pouco, é principalmente, porque eu estudava né?! Então geralmente era depois do almoço e, mais eu trabalhei sim, não muito, numa época de 10 e de 12 anos, por aí, mais ou menos.²⁸⁹

Quando indagado sobre o tipo de trabalho executado, o entrevistado afirma que dentro os serviços da colheita do café, o que mais realizou foi a tarefa de “limpar tronco” de café. De acordo com o entrevistado esse tipo de tarefa era moderado, considerada pelo mesmo como um “servicinho” mais leve, embora, hoje, ele acredite que tal serviço fosse perigoso, pela possibilidade de ser picado por algum inseto ou cobra, que porventura estivesse nos troncos dos pés de café. No entanto, o entrevistado afirma que isso nunca aconteceu com ele, mas “por aí acontecia”²⁹⁰. A fala do Sr. Alcy demonstra de certa forma os riscos a que os trabalhadores estavam expostos no manejo da cafeicultura.

Perguntamos ao entrevistado se o mesmo, ao trabalhar na cafeicultura, sentia algum tipo de diferenciação por ser criança, recebendo tratamento especial de sua família por isso, havendo um zelo e preocupação familiar sob as atividades por ele exercidas na lavoura. O depoente respondeu que sim “meu pai, meu irmão, né? Sempre eles se preocupavam comigo e não exigia assim, que eu me esforçasse mais [...] É, não tinha pressão, na verdade até se eu não quisesse ir trabalhar eu nem ia”²⁹¹.

²⁸⁹ SILVA, Alcy Moreira. Funcionário Público. 59 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos. São Pedro do Ivaí, 13 de Julho de 2017.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ SILVA, Alcy Moreira. Funcionário Público. 59 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos. São Pedro do Ivaí, 13 de Julho de 2017.

Sobre a prática do trabalho infantil na cafeicultura, perguntamos ao depoente se era comum as crianças e adolescentes trabalharem na lavoura e ele nos relata que:

Mas era né?! Criança às vezes até com menos idade do que eu, também ia trabalhar, principalmente na colheita do café, colheita do café é um período assim, meio, é, como eu vou dizer, assim, é chegou naquele tempo você tem que colhê, né, você não pode deixar, qualquer ajudinha que tem, já conta ponto, então as crianças muitas vezes ia sim, mais era geralmente um servicinho mais leve igual eu fazia, né, lógico às vezes eu não ficava só no limpar tronco, às vezes eu ajudava também, até mesmo rastelando, até mesmo panhando o café, né, tinha o que panhava o café, colocava o pano por baixo do pé de café, iii, e ia panhando com mão mesmo, né, puxano nos cordãozinho lá os galhinho ia caíndo o café, ou até mesmo com um bambu, ia batendo no pé de café, né, bambu outro tipo de madeira batia pra ele cai, o seco caía, algum não caía, onde ai a gente puxava com a mão.²⁹²

Sobre a carga diária de trabalho, o entrevistado afirma que normalmente trabalhava meio expediente, salvo exceções em que não tivesse aula ou estivesse de férias - nessas ocasiões, ele trabalhava o dia inteiro.

Zilda Gobetti nos descreve como era sua rotina de trabalho na lavoura do café. Primeiramente, por volta dos seis ou sete anos de idade, a depoente auxiliava seu pai e seu irmão levando o almoço e o café da tarde no cafezal, trabalhando no café apenas na época da colheita, período em que ajudava “limpando o café”²⁹³.

Assim, pode-se perceber o quanto os pais incentivavam o espírito de trabalho nas crianças e a participação destas em tarefas aparentemente simples, nesse contexto era embutido nelas a ideia de contribuição com os trabalhos cotidianos da família. É de se notar que a fala da entrevistada é carregada de contentamento.

Mary Del Priori discorre sobre como o trabalho infantil é visto nas classes sociais baixas.

[...] o trabalho infantil continua, contudo, sendo visto pelas camadas subalternas, como “a melhor escola”. Pais pobres, com renda inferior a meio salário mínimo, exigem que seus filhos trabalhem para incrementar os rendimentos do grupo familiar. “O trabalho —explica uma mãe pobre— é uma distração para a criança. Se não estiverem trabalhando vão inventar moda, fazer o que não presta. A criança deve trabalhar cedo”. E pior, hoje, afogados pelo trabalho, quase 60% desses pequenos trabalhadores, no Nordeste, são analfabetos e entre eles a taxa de evasão escolar chega a 24%.²⁹⁴

²⁹² Idem.

²⁹³ GOBETI, Zilda. 64 anos. Aposentada. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 24 de Jul de 2017.

²⁹⁴ DEL PRIORI, Mary. *Infâncias, adolescências e famílias*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 238.

Percebe-se que na atualidade esse discurso de que o trabalho é a “melhor escola” está entranhada na fala dos entrevistados, pois foi essa formação recebida de seus pais.

A entrevistada Zilda, afirma que, antes de completar doze anos, estudava, estando cursando a quarta série do ensino fundamental. No entanto, após completar 12 anos de idade, parou de estudar e, portanto, trabalhava das 7 horas às 18 horas. Quando questionada se com a idade de doze anos a mesma sentia algum tipo de diferenciação ou recebia algum tratamento especial por ser uma adolescente, ou se seria ainda considerada como criança por seus pais, a entrevistada relata o seguinte:

Não, já achava que era uma adolescente pra trabalhar mesmo na roça, já, só que não era nada de serviço pesado, no serviço mais leve que eles ponzava a gente pra fazer, então o pai era assim, vai mais, como eu era muito miúda, a mais miúda de todos, né? Mais magrelinha, aí então ele falava assim, pra ela, ela vai fazer, ele tinha aquele cuidado comigo, ele sempre teve um cuidado comigo por eu ser a mais miúda de toda a família, né? Mas a gente fazia aquilo que podia também, também num tinha nada de obrigação, de fala tem que ser assim, e trabalhava o dia todo na roça o dia interinho, tem, sabe? Trabalha mesmo, nada disso, cê fazia o que o cê podia, mais ficava o dia todo na roça, o dia interinho, trabaiano.²⁹⁵

Questionada se enquanto criança tinha clara noção e encarava as tarefas que executava como um trabalho, Gobeti respondeu que não: ela acreditava que era o que deveria fazer. De acordo com ela, apesar de trabalhar durante um longo período, havia também momentos de descontração e “lazer”, no “intervalo do almoço” e do “café da tarde”²⁹⁶.

O entrevistado Sr. Sebastião Moreira da Silva, residente em São Pedro desde 1963, afirmou, assim como os demais entrevistados, ter trabalhado na lavoura de café no município, já no ano de 1963, quando ele tinha oito anos de idade. Nessa idade, em paralelo com os outros entrevistados executava serviços mais leves:

Trabalhei, já ia pra roça, ia de época da colheita de café, já ia limpar tronco, cata grãos de café no chão, que espalhava fica pra trais no pé de café, colhe o café na mão, quando não era na mãe era no... chovia a gente falava derriça o café, que era com uma vara, uma vara de bambu daí derriçava o café, aí o café caia a gente esperava enxuga, aí com o rastelo a gente ia e rastelava fazia os montinhos que eles falava bandeira na época, bandeira de café.²⁹⁷

²⁹⁵ GOBETI, Zilda. 64 ANOS. Aposentada. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 24 Jul. de 2017

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ SILVA, Sebastião Moreira da. Aposentado 62 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos. São Pedro do Ivai, 13 de Julho de 2017.

Quando perguntamos se ele recebia algum tipo tratamento especial no trabalho da lavoura, a resposta foi não, porém esse diz sentir que seus pais tinham a preocupação em relação a presença de animais peçonhentos que ficavam nos pés de café, como cobras. No entanto ele afirma que a partir dos 12 anos já trabalhava no café de forma integral, dessa forma era visto como um trabalhador, uma vez que o trabalho infanto-juvenil era algo comum no município²⁹⁸.

A entrevistada Anita Bassanelo Berbel relata que quando chegou a São Pedro do Ivaí tinha a idade de 10 anos e nessa idade era incumbida de levar o almoço a seu pai e seus irmãos na roça; depois, quando adolescente, passou a cuidar dos sobrinhos em casa para que suas cunhadas pudessem trabalhar durante todo o dia na cafeicultura.

Podemos, portanto, analisar por meio dos depoimentos que o trabalho infanto-juvenil na lavoura do café em São Pedro do Ivaí era entendido como algo comum, haja vista que os pais ou os responsáveis pelas crianças não viam o trabalho infantil como exploração ou algo do gênero. Os entrevistados afirmaram que apesar de existir alguns riscos, eles continuaram a trabalhar na lavoura. Como ficou evidente no relato do primeiro entrevistado, a colheita do café demandava grande quantidade de mão de obra, uma vez que havia ainda pouca mecanização na agricultura – portanto, a mão de obra infanto-juvenil era bem aceita nesse período.

Percebemos que o município de São Pedro do Ivaí foi caracterizado pela agricultura familiar e, nesse sentido, o trabalho das crianças era encorajado por suas famílias. Por essa razão as crianças eram inseridas muito cedo no mundo do trabalho. De acordo com Campos e Alverga:

[...] observa-se que tanto as famílias quanto outros setores da sociedade atrelam às justificativas de teor econômico razões de caráter subjetivo para estimular, encorajar as crianças a, cedo, ingressarem em alguma atividade produtiva. Ao tratar-se de certa parcela dos adolescentes, então, observa-se a defesa intransigente do direito e da importância do trabalho produtivo, na maior parte das vezes em detrimento de atividades esportivas, estudantis etc., ainda que o trabalho desenvolvido represente sério dano físico ou mental.²⁹⁹

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.6, n.2, 2001, p.228.

Nesse sentido, fica claro que o trabalho era entendido como uma ferramenta de “transmissão do patrimônio de práticas, habilidades e saberes historicamente acumulados”³⁰⁰. Portanto, o agricultor buscava ensinar seus filhos sob a moral do trabalho, iniciando-os desde muito cedo na prática produtiva, na condição de ajudantes. Como destacado por Vendruscolo;

As gerações mais velhas atribuíam ao trabalho das crianças um significado primordial em sua socialização, uma vez que elas se preparavam para tornarem-se os futuros agricultores ou donas de casa, assim como seus pais. Nessa perspectiva, o trabalho das crianças assumia um caráter fundamental no ciclo da formação intergeracional dos camponeses.³⁰¹

Além de ferramenta para transmissão de conhecimentos, o trabalho infantil era entendido como um agente formativo da cidadania, e a sua prática foi, entre outras razões, justificada pelo “objetivo de diminuir a vagabundagem e a criminalidade e formar cidadãos”³⁰².

Como destacado por Silva e Pereira, os estados da Região Sul do Brasil possuem um dos maiores índices de proporção de trabalho infantil na agricultura (203.281 ou 16,4% do total de meninos, e 109.122 ou 25,1% do total de meninas)³⁰³.

Mary Del Priori apresenta que:

No sul do país (...). Trabalhando em lavouras domésticas ou na monocultura, as crianças interrompem seus estudos na época da colheita, demonstrando que estar inscrito numa escola primária, não significa poder frequentá-la plenamente. Assim, o trabalho, como forma de complementação salarial para famílias.³⁰⁴

Algo que, como discorremos acima, pode ser percebido por meio de alguns aspectos em comum aos estados da região sul, como o maior peso da agricultura familiar, em que o trabalho infanto-juvenil, por conseguinte, é caracterizado em um contexto familiar. A terra nessas circunstâncias assume um “papel simbólico” que povoa o imaginário infantil como sendo “provedora do futuro”. Boa parcela das famílias que se instalaram na região são formadas por descendentes de imigrantes europeus, cujos filhos ajudavam na “plantação de

³⁰⁰ SILVA, Ana Cristina Serafim, PEREIRA, Joelma Sirqueira. *O trabalho infanto-juvenil na agricultura no município de Tocantinópolis*. Belo Horizonte, 2013.

³⁰¹ MARIN, Joel Orlando Bevilaqua et al. O Problema do Trabalho Infantil na Agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 4, p. 763-786, out/Dez 2012 – Impressa em janeiro de 2013.

³⁰² RIZZINI; PILLOT, 2009, apud SILVA E PEREIRA, 2013, p.60

³⁰³ KASSOUF, 2004, apud SILVA e PEREIRA, 2013, p.60

³⁰⁴ DEL PRIORI, Mary. *Infâncias, adolescências e famílias*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, p. 238.

grandes lavouras”, sendo o trabalho “internalizado como valor, forma de aprendizado, ajuda e distração”,³⁰⁵.

Com análise dos depoimentos nota-se que “o mundo do que a ‘criança deveria ser’ ou ‘ter’ é diferente daquele onde ela vive ou, no mais das vezes, sobrevive”,³⁰⁶.

³⁰⁵ MARIN, 2012, apud SILVA e PEREIRA, 2013, p.60.

³⁰⁶ DEL PRIORI, Mary. *Infâncias, adolescências e famílias*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, p. 233.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa percebemos que o período do cultivo da cafeicultura foi responsável pela formação de São Pedro do Ivaí. Dessa maneira circulava pela cidade e no campo um grande contingente de pessoas, devido à lavoura não dispensar braços desde os cuidados básicos com a plantação até o momento da colheita. A lavoura, como citado pelos entrevistados, necessitava de cuidados durante todo o ano.

Mesmo antes da geada negra, alguns agricultores já tinham decidido encerrar as atividades com a cafeicultura devido à falta de políticas governamentais de incentivo ao produtor, aspecto que refletia nos baixos preços do produto no mercado. No entanto, antes mesmo da ocorrência do fenômeno climático, já havia a busca pela diversificação agrícola e a procura pela modernização do campo, políticas de incentivo à industrialização com base no confisco cambial, outro fator relevante que somou para o rompimento com o cultivo dos cafeeiros foi a forte concorrência do café africano e colombiano.

Verificou-se, portanto, a existência de um discurso com raízes profundas no município, que afirma que o fim da lavoura cafeeira se deu quase que exclusivamente em resultado da geada negra. Porém, no processo da pesquisa constatamos que existiram diversos fatores que colaboraram para que gradativamente os agricultores chegassem à conclusão da inviabilidade do cultivo da lavoura cafeeira. Conclui-se também que alguns trabalhadores possuem uma ligação identitária com o cultivo do café, por se tratar de uma prática passada a eles de geração a geração, como uma continuidade de uma atividade familiar, o que explica um dos entrevistados manter um pedaço de terra reservado em sua propriedade, destinado ao cultivo da cafeicultura.

Com o desenvolvimento da pesquisa desmistificou-se a narrativa existente entre algumas pessoas de que unicamente a geada negra de 1975 foi a causadora do fim da cafeicultura, sendo responsável pela extinção quase integral da lavoura. Nas entrevistas analisamos a dualidade dessa argumentação quando é narrado por um dos entrevistados que, antes do fenômeno climático, já se articulava pôr fim ao cultivo cafeeiro. Concomitantemente as análises em fontes bibliográficas apontaram a essa mesma direção. Percebeu-se também, o quão importante foi a participação das mulheres e das crianças durante todo o período produtivo da lavoura cafeeira, mesmo que haja tentativas de expropriar a participação dessas pessoas da memória local. A história oral, através das entrevistas, nos possibilitou conhecer um lado da história sobre esse período da cafeicultura no município que estava à margem da discussão histórica de São Pedro do Ivaí.

PERIÓDICOS

BALTAZAR, Mário. *Tribuna da Cidade*. Apucarana, Pr.

Diário de São Paulo. “Bonito flagrante”. 02 de Setembro de 1934.

Folha de Londrina. 19 de Julho de 1975. Londrina Paraná.

Revista Voga. Ano1. N.º1. Outubro de 1978. Londrina, Paraná, p. 6

Folha de Jandaia do Sul. Problema do momento: café. Diretor responsável Raimundo Pinheiro Costa. Jun, 27 de 1967.

FONTES

Atas da Câmara Municipal de São Pedro do Ivaí- junho, julho, Agosto, Setembro de 1975 e Março, Abril, Maio de 1976.

RAINATO, Luiz Gonzaga. *A história do nosso Município*. Londrina, Paraná, 1997.

ENTREVISTAS

ANDRADE, Maria da Anatividade. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Mar. De 2014.

BIANCHINI, Alécio. 59 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Mar. De 2014.

BERBEL, Anita Bassanelo. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 11 de dez. de 2018.

BONINI, João. Aposentado. 78 anos. Entrevista Concedida a Eliane Aparecida Miranda. São Pedro do Ivaí, 01 de maio de 2014.

GOBETI, Zilda. 64 ANOS. Aposentada. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 24 Jul. de 2017.

PEGORARO, Nelson. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 21 Jul. de 2014.

POLIZELO, Pedro de Olindo. 78 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 02 de Set. de 2015.

SILVA, Alcy Moreira. 59 anos, funcionário público. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 13 Jul. de 2017.

SILVA, Sebastião Moreira da. Aposentado. 62 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos. São Pedro do Ivai, 13 de Julho de 2017.

SOUZA, Geni Fernandes. Aposentada. 64 anos. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 30 de Out. de 2018.

ROSSETO, Ordalvo. 74 anos. Aposentado. Entrevista concedida a Eliane Aparecida Miranda Gomes dos Santos em 20 de out. de 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Aparecida Eliete Pinto. O café no norte pioneiro do Paraná. In: *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: Produções Didático-Pedagógicas*. Jacarezinho, Paraná, 2013.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*. Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun., 2008.
- ALENCAR, Ana Lúcia Hazin. *Estilo de vida e sociabilidade: relações entre espaço, percepções e práticas de lazer na sociedade contemporânea. Um estudo de caso em Gravatá, Pernambuco*. Recife, 2007.
- ALMEIDA, Marisangela Lins de. “Nós não estamos aqui só pra lavar louças”: A inserção das trabalhadoras rurais da região central do Paraná no sindicato rural de Pitanga (1980-1990). In: GUARIZA, Nádia Maria; SCÖRNER, Ancelmo (org.) *História e conflitos: uma análise em várias escalas*. Guarapuava: Unicentro, 2018.
- AMADO, Janaina. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Org.) *República em Migalhas*. São Paulo: ANPUH/CNPq/Marco Zero, 1990.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. *CE S Revista*, v.21. Juiz de Fora, 2007.
- ANTONELLI, Diego. *Paraná, uma história*. Curitiba, Paraná, 2016.
- _____. *Jornal on line Gazeta do Povo*. Londrina, Paraná. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-dia-antes-do-fim-0cq6bwgyf403z8w3q8e5k6ow5/>. Acesso 24 de Jun. 219.
- _____. *O “Eldorado” não é mais aqui*. Londrina: Gazeta do Povo, 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-eldorado-nao-e-mais-aqui-1o15yhpg0f2byxduni7spp18l/>. Acesso em 20 Jul. 2019
- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. História, historiadores e imagem: algumas notas introdutórias. In: *História, linguagens e temas: escritor e ensino de história*. Guarapuava, Unicentro, 2006, p.25-58.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da História*. Belo Horizonte, 2013, p. 87.
- BERGSON, Henri. *As duas fontes da moral e da religião*. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 1978.
- BISCARO, Guilherme Augusto. *Meteorologia Agrícola Básica*. 1 ed. Mato Grosso do Sul: Unigraf, 2007. Disponível em:

<http://www.do.ufgd.edu.br/guilhermebiscaro/arquivos/meteorologia.pdf>. Acesso em 09 de Jul. de 2019.

BONDARIK, Roberto. *A Geada Negra de 1975*. Disponível em <https://robertobondarik.blogspot.com/search?q=geada+negra+de+1975>. Acesso em 15/10/2018.

BONI, Paulo César. *Certidões de Nascimento da História: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá*. Londrina- Paraná, 2009.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1): 289-302, janeiro-abril/2004

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, 1994.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. *A dominação masculina*. 11º ed. - Rio de Janeiro. Tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular História e Imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro. ZAHAR, 2008.

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.6, n.2, 2001.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense- 1900/1970*. Curitiba, Paraná, 1981.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*, São Paulo. Contexto, 2011.

CARVALHO, Josiane Fernandes. *Os assalariados rurais e a agroindústria canavieira na mesorregião noroeste paranaense; temas sobre o território e modernização da agricultura*. 2008. Dissertação de mestrado. UEM, Paraná.

CASTRO, Guilherme Augusto Paiva. *Revista Bragantia. Revista Científica do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo*. Vol. 35.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1998.

CESÁRIO, Ana Cleide. Norte Novo- A expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. PAZ, Francisco (org.). *Cenários de Economia e Política*. Paraná. 1991.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n.16, 1995, p. 170-192.

Coll, C., Palácios, J., & Marchesi, A. (1995). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva* (v.1). Porto Alegre: Artes Médicas.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização espacial*. São Paulo, Ática, 2000.

COTTA, Giselle Agostini. *Guia de bolso. Animais Peçonhentos*. Belo Horizonte, Março de 2015. Disponível em <http://www.vitalbrazil.rj.gov.br/arquivos/guia-bolso-funed.pdf>. Acesso em 19 jul. 20019.

COSTA, Tatiane Lourenço da. *Do Ouro ao Pó: cafeicultura e erosão no norte do Paraná*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012, p. 1-15.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*; tradução Denise Bottmann. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820- 1920*. Tradução de Waldivia M. Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEL PRIORI, Mary. *Infâncias, adolescências e famílias*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012

DINIZ, Bruno. *Conversão hipotética dos Réis para o atual Real*. Disponível em <http://diniznumismatica.blogspot.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>. Acesso em 30 de jun. 2019.

DOMENACH, Jean-Marie. *A Propaganda Política*. Tradução de Ciro T. Pádua. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1955.

DUARTE, Geni Rosa. *História Oral, Desigualdades e Diferenças*. Entre o que era e o que poderia ser: a história oral e os desafios para pensar o passado. Recife, 2012.

DURKHEIM, David Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fonseca, 1996.

FERREIRA, Marieta de Morães. *História Oral*. Desafios para o século XXI. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2000, pg.11-115.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, ser mãe e ser pobre. PRIORI, Mary Del. (org.) *História das Mulheres no Brasil*, Contexto: São Paulo. 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, 1984.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. A “mística do pioneirismo”, antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o norte do Paraná dos anos 50 e 60. *Revista de História Regional*, v. 2, n. 1, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo, 1990.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, 1997.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade, Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte, 2013.

HOFF, Sandino. A ocupação do norte. PAZ, Francisco (org.). *Cenários de Economia e Política*: Paraná. Curitiba, Prephácio, 1991

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em http://WWW.ibge.gov.br/home/estatística/população/censo2010/tabelas_pdf/total+populacao+Paraná.pdf. Acesso em 30 out. 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Censo Demográfico do Estado do Paraná, 2003.

KEINERT, Rubem Cesar. *Regionalismo e anti-regionalismo no Paraná*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP, São Paulo, 1978.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê editorial, 2001, p.45-50.

LEE, Peter. *Por que apreender História*. Tradução: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. UFPR. Curitiba, 2011.

LIMA, Lucas Viana das Chagas. *A cafeicultura no estado do Paraná: sua implementação, desenvolvimento e auge*. Curitiba, Paraná, 2014.

LOVATO, Leda A. *De como o que o café deu o café tomou*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1992.

LUCA, Tania Regina. *Fontes Históricas*. São Paulo, 2005.

MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Maria Cecília. *História do Paraná*. Curitiba, Paraná, 1969.

MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua et al. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 4, p. 763-786, 2012.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. (Org.) *A história da Imprensa no Brasil*. 2. Ed. São Paulo. Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. *Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. Capitalismo e tradicionalismo*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1975.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MELO, Nildo Aparecido. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do

programa vilas rurais no norte do Paraná. *geoAtos—Revista Geografia em Atos*, Departamento de Geografia da FCT/UNESP. Presidente Prudente, n.11, v.1,p. 58-76, jan/jun., 2011.

MIRANDA, Danilo Eduardo Pinto de; BOTTON, Fernando Bagiotto. A memória do café: o olhar fotográfico de Haruo Ohara. *Ateliê de História UEPG*, v. 5, 2017.

MIRANDA, Eliane Aparecida; RAGUSA, Helena. Os efeitos da geada negra de 1975 para os trabalhadores da lavoura de café de São Pedro do Ivaí-Paraná. *Ateliê de História UEPG*, v. 2, n. 2, p. 67-75, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História Oral*. Como fazer, como pensar. São Paulo. Contexto, 2007.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.). *Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI*. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2018.

MESQUITA, Carlos Magno de et al. *Manual do café: distúrbios fisiológicos, pragas e doenças do cafeeiro (Coffea arábica L.)*. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2016.

MICHELLON, Ednaldo. *Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil*. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

MOREIRA, Juliana Roberta Santos. *Modernização Agrícola e o declínio da Cafeicultura Pós-geada de 1975 (Norte do Paraná)*. *Ateliê de História UEPG*, v.4 n.1, p. 93-109, 2016.

MORES, Lucas. *História ambiental do agroecossistema do café (Coffea arábica) no norte do Paraná (1945-1975)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2017.

MORO, Dalton. Aspectos Geográficos da Modernização Agrícola no Norte do Paraná. *Boletim de Geografia. Maringá*, v.13, n.1, p.79-93. 1995.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. *Geografia*, Londrina, Paraná, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun., 2001.

MUSSALAN, Rene. *Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos*. 1974.

MUSEU PARANAENSE. *Histórico da Erva-mate*. Disponível em <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>. Acesso em 14 set., 2018.

NAKAGAWARA, Y. Café, do colonato ao bóia-fria. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*. Londrina, v. 15, n. 3, p.270-279, set.1994.

NETO, Miguel José Arias. *O Eldorado: representações da Política no Norte do Paraná - 1930/1975*. Londrina, Paraná, 1993.

_____. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. *História & Ensino*. Londrina, Paraná, 1995.

_____; YASHO, Margarete. *O trabalho na cafeicultura paranaense*. Londrina, Paraná, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. Considerações extemporâneas. In:_____. *Obras incompletas*. Coleção Os Pensadores: seleção de textos de Gérard Lebrun. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999, p. 267-298.

NORA, PIERRE. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n° 10, 1993.

OLIVEIRA, Semí Cavalcante. *Importância do Café*. Curitiba-Pr. 2009, p. 1-8.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná*, Curitiba, Paraná, 2006.

PANAGIDES, Stahis. Erradicação do Café e Diversificação da Agricultura Brasileira. *Revista brasileira de Economia*, v.23, n°1, 1969.

PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Santa Catarina: Barba Ruiva, 2007.

PEDRO, Joana Maria. As guerras nas transformações nas relações de gênero: entrevista com Luc Capdevila. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

_____. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos, DHI/UEM*, v. 4, n. 4: 33-39, 2000

PESAVENTO, Sandra Jatahy. In. SILVA, Marcos A. da (Org.) *República em Migalhas*. São Paulo: ANPUH/CNPq/Marco Zero, 1990.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1984.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro, Bauru, SP; EDUSC, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro. vol.5. n.º 10, 1992, p. 200-212.

_____. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2. n.º 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. Tadução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

_____. O que faz a história oral diferente. Tradução: RIBEIRO, Maria Therezinha Janine. São Paulo, 1997.

POZZOBON, Irineu. *A epopéia do café no Paraná*. Londrina, Grafmarke, 2006.

PRIORI, Angelo. *A legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais do Norte do Paraná (1956- 1963)*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Assis, 1994.

_____. et.al. *História do Paraná (séculos XIX e XX)*. Maringá, Paraná, 2012.

_____. Conflitos agrários e resistência: os camponeses de Porecatu. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.). *Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI*. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2018.

_____. *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Campo (1942-1952)*. Tese de Doutorado, apresentado a Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2000.

RAMBO, Marcos Alberto. *O Estatuto do Trabalhador Rural (1963): lutas, impasses e contradições na extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural no Brasil, 2019*. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202638/Rambo_O%20estatuto%20do%20trabalhador%20rural%20-1963.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 09 de Nov. de 2019.

RÉMOND, Réne. *Por uma História Política. Uma História Presente*. Rio de Janeiro, 2003, p. 9.

RICOEUR. Paul. *A memória, a História, o Esquecimento*. Campinas, São Paulo, 2007.

RODRIGUES, João Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Memória e história. Os dissabores da Geada negra em Ivatuba- Paraná*. Maringá, Paraná, 2012.

_____. Imprensa e memória: a geada negra de 1975 no estado do Paraná. *Revista Labirinto, Porto Velho (RO), Ano XVII, vol. 27 (JUL-DEZ)*, n. 1, 2017.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estudos de Psicologia I*. Campinas I 22(1) I 33-41 I janeiro - março 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000100005. Acesso em 28 de Jul de 2019.

SALLUM Jr., Brasílio. *Capitalismo e Cafeicultura, Oeste-Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Duas cidades, 1982.

SCHLICHTING, Juliana de Souza Bello. As artes visuais e a construção de uma identidade paranaense. In. SOCHODOLAK, Hélio; NETO, José Miguel Arias (Org.) *Capítulos de História do Paraná*. Guarapuava, Paraná. Unicentro, 2012.

SARLO, Beatriz. Tempo passado. In: *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar - São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 09-22.

SCHREINER, David Félix. Dinâmicas coletivas e novas subjetividades: significados e conflitos nas relações sociais no MST. *História Oral, Desigualdades e Diferenças*, Recife, Pernambuco, Universitária: 2012.

SILVA, Ana Cristina Serafim; PEREIRA, Joelma Sirqueira. *O trabalho infanto-juvenil na agricultura no município de Tocantinópolis*. Belo Horizonte, 2013

SILVA, Lucia Helena Oliveira. Escravos e libertos no Paraná. *Temas e Questões*. Londrina, Paraná, 2013.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Os errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SISCATO, José Luis. *Material didático sobre a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá*. Curitiba, Paraná. 2012

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital [1850-1980]*. São Paulo, 1986.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, Catherine et.al (org.) *Fronteiras*. Brasília: EdunB, 1988.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná, Histórias e Fantasmagorias*. Curitiba, Paraná, 1997.

THOMPSON, Edward P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. São Paulo, 2012.

_____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura Popular Tradicional*. São Paulo, 1998.

TRINTIN, Jaime Graciano. *A nova economia paranaense: 1970 — 2000*. Maringá, PR: Eduem, 2006

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, 1958.

WESTPHALEN, Maria Cecilia; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. *Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno*. Boletim da UFPR. Departamento de História. Curitiba. n 7, 1968.

WELCH, Cliff. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 31 de Outubro de 2019.

Campos